

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IVAN ARAÚJO LIMA

**ENTRE OS CRISÂNTEMOS E AS ARAUCÁRIAS: A UNIÃO DOS GAKUSSEIS  
DE CURITIBA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NIPO-  
BRASILEIRA NO PARANÁ (1949-1953)**

CURITIBA

2015

IVAN ARAÚJO LIMA

**ENTRE OS CRISÂNTEMOS E AS ARAUCÁRIAS: A UNIÃO DOS GAKUSSEIS  
DE CURITIBA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NIPO-  
BRASILEIRA NO PARANÁ (1949-1953)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

CURITIBA

2015

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta obra aos meus pais, Domingos e Socorro, que apoiaram e incentivaram todos os caminhos que escolhi para minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é fruto de dois anos de pesquisa, feitos com uma paixão enorme pelo tema, e derramando muito suor para conquistar meus objetivos. Não teria sido possível sem a companhia inspiradora de muitos que acompanharam minha trajetória do primeiro aos últimos dias.

Agradeço primeiramente aos meus pais Domingos e Socorro, por terem desde cedo me inspirado e me apoiado, nunca me deixando faltar nada, sempre sendo compreensivos e me incentivando a dar sonhar alto.

Aos meus irmãos Felipe, Iuri e Thiago, por serem os enormes companheiros que são, e as influências culturais e comportamentais mais exemplares que tive em minha vida e figuras pelas quais tenho admiração quase obsessiva.

Às minhas fantásticas orientadoras, Maria Luiza Andreazza, com quem este projeto foi concebido, e Roseli Terezinha Boschilia, com quem foi finalizado, que me conduziram brilhantemente ao longo de toda a pesquisa, e pessoas pelas quais tenho enorme carinho.

Aos professores Luiz Geraldo Silva, que foi meu primeiro orientador na graduação e Renata Senna Garraffoni, por três anos e meio tutora em minha passagem pelo PET História, e uma das pessoas mais doces que já conheci.

A todos os ugecenses e ex-ugecenses que não mediram esforços para tornar esta pesquisa possível. Em especial Maria Helena Uyeda, Sérgio Takaoka, Nobutero Matsuda, Marcelo Tamada, Rui Hara, Thiago Morihiro Suzuki além de Lina Saheki, do Tomodachi.

Aos companheiros de Confraria, eternos melhores amigos, que no mínimo desde 2008 levantam minha moral a cada fim de semana. Mari, Pepeu, Arthur, Paulinha, Tadeo, Daniel, Eugênio, Carleira, Becel, Alberto, Poli, Erich, Hu, Purga, Pêx, Zé... meu coração está sempre com vocês!

À Dani, Fran e Lari, que foram as melhores e mais queridas amigas que fiz ao longo da graduação, que nos melhores momentos sorriram comigo, e que nos piores não me deixaram cair. Pessoas que sei que estarão sempre ao meu lado, e que ao lado delas sempre estarei eu.

À Caroline, por ter feito com que eu acreditasse mais em mim mesmo, e me exigisse mais a cada momento, por saber que eu sempre tinha a capacidade para fazer melhor.

À Isaque e Willian, amigos queridíssimos que fiz na universidade, e que em todos os momentos em que precisei de apoio moral ou acadêmico nunca tardaram em me ajudar.

A todos os companheiros do GRR 2011 que estiveram comigo de segunda à sexta na sala de aula sobrevivendo por pelo menos quatro anos. Em especial à Paula, Aline, Maybel, Anne, Camila, Helena, Eduardo, Pedro, Gabriel, Tamara, Augusto, Alexandre e Gregório, todas pessoas pelas quais guardo um carinho incalculável, e que não poderia deixar de mencionar neste agradecimento.

A meus companheiros de PET, companheiros, porque “colegas” seria pouco para descrever a admiração que tenho por vocês e as alegrias que passamos juntos nas manhãs de sexta-feira.

À Zheng, um velho amigo que demonstrou a mim todo seu companheirismo por duas vezes para salvar esta pesquisa em um momento chave.

E por fim, às pessoas que foram e são igualmente importantes para minha vida, Blanny, Ana Laura, Caio, Bel, Helô, Felipe, Gabriel, Ju, Yuria, Niki, Tay, Rai, Pipe, Fabi, Rodela, Goiás, Jean e a todos que amo, mas que não foram aqui mencionados.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação da União dos Gakusseis de Curitiba (UGC) entre 1949, ano de sua fundação, e 1953, ano do Centenário da Emancipação Política do Paraná. Composta por estudantes nisseis, filhos de imigrantes japoneses, a associação contribuiu para a construção de uma identidade nipo-brasileira no Estado das araucárias. Esta entidade diferenciou-se tanto das demais agremiações da colônia japonesa, quanto dos variados órgãos estudantis. Suas atividades dividiam-se entre estes dois campos, o movimento estudantil, no qual militava junto com a União Paranaense dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos e a comunidade nipo-brasileira, junto a qual realizou sua sociabilidade a partir de exposições cinematográficas, práticas esportivas e outras atividades. O título *Entre os crisântemos e as araucárias* denota o caráter dual da identidade do ugecense. A UGC se propôs representante da colônia no ambiente estudantil, e representante dos estudantes no ambiente da colônia. O fio condutor que liga estas duas frentes de atuação é o esforço em promover a imagem do nipo-brasileiro no Paraná a partir da integração dos nisseis no espaço urbano. Tratava-se de um contexto no qual os descendentes de japoneses migravam para Curitiba em busca do ensino de qualidade que lhes garantiria ascensão social. Porém, a integração nesta sociedade só seria possível caso os estigmas imputados historicamente aos nipo-brasileiros fossem de alguma maneira superados. A organização e o crescimento experimentado pela UGC ao longo dos quatro anos estudados possibilitou que fosse ela a articuladora da *Comissão da Etnia Japonesa* nos *Festejos do Primeiro Centenário de Emancipação do Paraná*. Este foi o momento que marcou a inclusão de japoneses e seus descendentes na identidade paranaense, e com ele se encerra o recorte proposto. As fontes utilizadas na pesquisa foram em sua maioria produzidas pela UGC, e se encontram no arquivo desta agremiação. São livros de atas, ofícios recebidos e expedidos, e cartas recebidas pela associação. Também se utilizaram entrevistas realizadas em função do cinquentenário da UGC em 1999, e uma concedida por um ex-presidente especialmente para esta pesquisa.

Palavras Chave: Paraná, União dos Gakusseis de Curitiba, Nipo-Brasileiros, Identidade

## **ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 – Reunião da UGC na República Baitaca.....	37
FIGURA 2 – Integrantes da UGC com uniforme de beisebol.....	72

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: A CAMINHO DE CURITIBA.....</b>	<b>15</b>
1.1 O migrante <i>nikkei</i> e o crescimento populacional do Paraná.....	15
1.2 O migrante <i>nikkei</i> e o crescimento populacional de Curitiba.....	19
1.3 <i>Entusiasmo pela educação</i> .....	22
1.4 O perfil dos primeiros ugecenses.....	25
1.5 A fundação da UGC e a busca do nissei por um lugar na sociedade brasileira .....	29
<b>CAPÍTULO 2: SAUDAÇÕES ESTUDANTIS.....</b>	<b>37</b>
2.1 Fechando o espaço associativo.....	40
2.2 A UGC e o movimento estudantil.....	50
2.3 Mulheres da UGC.....	57
2.4 O <i>Manifesto</i> da UGC.....	65
<b>CAPÍTULO 3: A UGC E A COLÔNIA.....</b>	<b>72</b>
3.1 Uma trajetória de estigmatização.....	73
3.2 Vitoristas e Derrotistas.....	79
3.3 O cinema e as excursões.....	86
3.4 A <i>Comissão da Etnia Japonesa</i> .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>111</b>





## INTRODUÇÃO

Não é difícil encontrar em Curitiba logradouros que rememoram a trajetória dos diversos grupos de imigrantes que ajudaram a construir o Estado do Paraná. A *Praça da Ucrânia*, ou o “bairro italiano” de *Santa Felicidade* estão entre os principais pontos turísticos de uma cidade que se orgulha do legado deixado por aqueles que o imaginário paranaense considera “pioneiros” de sua modernização, os imigrantes europeus. Para muitos, a capital paranaense é uma verdadeira “cidade europeia” dentro do Brasil. Trata-se de um imaginário construído no qual Curitiba ocupa lugar de destaque na nação, pela sua capacidade de organização urbana, a maneira diferenciada de seus habitantes se comportarem, o gélido clima em relação a outras capitais brasileiras e o “peculiar” perfil étnico de sua população, fortemente ligada à ancestralidade europeia.

Esta idealização de Curitiba como uma “cidade modelo” tem fortes ligações com um projeto de nação difundido entre os séculos XIX e XX, que partia do pressuposto de que o país seria melhor enquanto fosse mais branco. Ideário que desde o primeiro momento repeliu indígenas e negros da identidade nacional pensada pelas elites, e que posteriormente, voltou-se também contra os asiáticos, representados quase integralmente pela figura do imigrante japonês no Brasil da primeira metade do século XX.

Estudar a fundo a trajetória dos japoneses e seus descendentes no Brasil nos leva rapidamente a duas observações concretas. A primeira é a de que atualmente uma grande parte dos *nikkeis*<sup>1</sup> integra a “elite social” do país, ocupando profissões liberais e um grande número de vagas nas mais renomadas universidades brasileiras. A segunda é a de que – tendo 1908 como o marco referencial da chegada dos primeiros imigrantes nipônicos no Brasil – os quarenta anos iniciais de sua presença no Brasil foram marcados por xenofobia e preconceito contra eles. Neste período, estigmatizou-se o imigrante japonês como um elemento “fanático” pela sua pátria de origem e “inassimilável” do ponto de vista social, devido à “incompatibilidade” de sua cultura com os costumes brasileiros, legitimando políticas de Estado repressoras, racistas e xenófobas, que tiveram como mais notável consequência o desencadeamento de um quadro de violência na colônia japonesa ao longo da década de 1940.

---

<sup>1</sup> *Nikkei* é o termo utilizado para descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, ou para japoneses que residem fora do país.

Em que momento se deu a virada do que era uma minoria étnica marginalizada e estigmatizada para o grupo étnico que atualmente é por vezes colocado como uma “minoria modelo”? Este é um dos principais questionamentos que motivou o presente trabalho. As transformações históricas, é claro, não são tão maniqueístas.

Atualmente ainda existem diversos estereótipos sobre nipo-brasileiros. Discursos que ligam a ascensão social conquistada pelo grupo a uma herança cultural relacionada ao Japão. Representam a mistura de um reconhecimento pela sua trajetória de sucesso econômico com a permanência de uma visão do *nikkei* como um elemento *diferente* daquilo que se concebe como o “brasileiro padrão”. Coube ao nipo-brasileiro encontrar uma maneira peculiar e etnicizada de inserir-se na identidade nacional, à margem do *Mito das três raças*, representada – como demonstra o historiador Jeffrey Lesser – por um hífen que lhe permite abraçar ao mesmo tempo sua brasilidade e sua niponicidade.

Ao menos no campo dos discursos oficiais e dos espaços de memória interessou ao Paraná incluir o *nikkei* em sua identidade. Em Curitiba, isso se reflete na existência espaços públicos como a *Praça do Japão* ou o *Parque da Imigração Japonesa*, ou pela realização de eventos como o *Imin Matsuri*, que conta com o apoio da prefeitura e do governo do Estado para apresentar aos curitibanos o melhor que a cultura nipo-brasileira tem a oferecer.

Pesquisadores como Rogério Dezem, Elena Shizuno, Jeffrey Lesser, Alexandre Kishimoto ou Célia Sakurai tem contribuído para uma nova abordagem nos estudos sobre a comunidade nipo-brasileira. Retiram o enfoque da trajetória particular de imigrantes pioneiros, ou dos grandes fatos que marcaram este percurso. Abordam a formação contínua de sua identidade, a construção de um imaginário em torno da figura do *japonês*, a História dos *nikkeis* como um grupo étnico que se formou a partir de sua experiência no Brasil, não de uma afinidade cultural intrínseca aos seus integrantes. Influenciado por esta tendência, *Entre os Crisântemos e as Araucárias* liga a (re)construção de uma identidade nipo-brasileira no pós-Segunda Guerra ao contexto paranaense da época, no qual também se buscava renovar a imagem do Estado e de sua população.

Este trabalho remonta ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a propagação de estigmas anti-nipônicos fora particularmente complicada para os nisseis<sup>2</sup>. Possuir nacionalidade brasileira não os livrou de todo o preconceito imputado à sua etnia. Se viram na situação de não poder e nem querer renunciar à cultura imigrante de seus pais, ao passo que se tinha a noção de que era necessário integrar-se na sociedade brasileira, à parte destes estigmas. O progresso econômico obtido por várias famílias de imigrantes japoneses possibilitou que muitos deles deixassem as colônias no campo e as pequenas cidades pela primeira vez rumo a espaços urbanos maiores, onde além de completarem seus estudos dando mais um passo rumo à ascensão social, tiveram de lidar de frente com os demais brasileiros e habitar o meio pouco familiar ao qual passaram a pertencer.

O objeto de estudo deste trabalho é uma entidade integrada por jovens nisseis interioranos, que migraram para Curitiba visando ingressar no ensino superior. *Entre os crisântemos e as araucárias* é onde se encontrava a associação que construíram a *União dos Gakusseis Curitiba*<sup>3</sup> (UGC), que se caracterizou por ser uma das entidades mais ativas de um “fervilhante” ambiente universitário curitibano, e ao passo, a representante maior da *colônia japonesa* da cidade. Analiso o amplo leque de ações da agremiação – concentradas entre o movimento estudantil e as atividades internas do grupo étnico – visando relacioná-lo com um processo de reconfiguração da identidade *nikkei* no Paraná. O recorte proposto inicia-se com a fundação da UGC em setembro de 1949, quando o intuito inicial era atender aos nisseis que “se perdiam” ao chegar a Curitiba, e encerra-se com a participação da *Comissão da Etnia Japonesa* nos *Festejos do Primeiro Centenário do Paraná* em 1953, que contou com a presença de lideranças étnicas de todo Estado e cuja articulação foi feita pelos ugecenses.

No primeiro capítulo, faz-se uma análise do contexto histórico que envolveu a chegada destes estudantes à capital paranaense, entendendo o acesso à universidade como uma etapa a mais de um processo de ascensão social já há anos vivido pelos nipo-brasileiros. Para analisar esta questão, me utilizo principalmente dos estudos de Teiiti Suzuki (1973) e Ruth Cardoso (1995). Foi um processo no qual o nissei se inseriu de maneira peculiar, formando o que Mannheim (1982) denomina por *unidade de geração*.

---

<sup>2</sup> O termo *nissei* é utilizado para denominar filhos de imigrantes japoneses, sendo aplicado também para imigrantes chegaram muito jovens ao Brasil.

<sup>3</sup> A palavra *gakusei* significa estudante em japonês.

No caso, a *unidade de geração* foi constituída dentro da colônia japonesa, diferenciando os nisseis de seus pais imigrantes. A fundamentação da discussão sobre o papel particular do nissei na integração de seu grupo étnico à sociedade brasileira se fez principalmente a partir dos trabalhos de Jeffrey Lesser (2001) e Tomoo Handa (1987).

Discute-se no segundo capítulo a fundação da UGC, interpretada como um fechamento de fronteiras para dois lados, tanto para o seu grupo étnico quanto para o meio universitário, visando criar uma identidade particular para o *estudante nissei*. A partir da consolidação desta identidade os ugegenses inserem-se no movimento estudantil, atuando nele como representantes da colônia, levando pautas deste meio para ela, e afirmando-se no espaço étnico como um segmento “progressista”. A análise de Ruth Cardoso (1973) sobre o papel cumprido por associações de nisseis em sua adaptação aos meios urbanos é essencial para a fundamentação deste capítulo. Um melhor entendimento do ambiente universitário curitibano nos anos 1950 foi possível através do contato com o trabalho de Ana Paula Vosne Martins (1992) sobre a fundação da Casa da Estudante Universitária de Curitiba. O conceito de grupo étnico utilizado é o desenvolvido por Fredrik Barth (2011), partindo do princípio de que as fronteiras étnicas são flexíveis, e se mantêm apesar da redução de diferenças culturais. O conceito de identidade trabalho é o proposto por Stuart Hall (1997), que a concebe como uma posição estratégica acima de uma qualidade natural.

Por fim, analiso no terceiro capítulo a atuação da UGC em seu espaço étnico, uma comunidade imaginada denominada de *colônia japonesa*. Abordo esta relação pela premissa compartilhada por várias das lideranças ugegenses de que era necessária uma “renovação de espírito” para o grupo, visando superar os estigmas imputados a ele, transformando-se consequentemente em um projeto de renovação identitária. O momento marco no qual os estigmas começam a ficar para trás são as comemorações em torno do *Primeiro Centenário de Emancipação do Paraná*. Nelas a UGC teve um papel de protagonista e articuladora das diversas associações e lideranças nipo-brasileiras, exercendo uma liderança étnica. A construção desta estigmatização imputada ao nipo-brasileiro foi abordada principalmente a partir dos trabalhos de Jeffrey Lesser (2001) e Roney Cytrynowicz (2002). Os eventos e políticas que marcaram os festejos de cem anos de Emancipação no Paraná foram analisados com base no trabalho de Aparecida Bahls (2007). O conceito de estigma utilizado é o desenvolvido por Erving Goffman (2004). A ideia de *comunidade imaginada* é a

construída por Benedict Anderson (1993). Para definir o que significa liderança étnica, me apoio no trabalho de Regina Weber (2013).

As fontes utilizadas na realização desta pesquisa são em sua maioria produzidas pela UGC, e foram encontradas nos arquivos da entidade. Incluem-se o livro de atas de reuniões da diretoria (1949-1952), o livro de atas do departamento esportivo (1953), o conjunto de ofícios recebidos e expedidos durante o recorte proposto, as cartas recebidas pela entidade neste período e o estatuto da agremiação. Também foram utilizadas entrevistas concedidas por ex-presidentes na ocasião do cinquentenário da UGC em 1999. A edição da transcrição destas entrevistas se encontra no livro *A força de um ideal* (1999). No caso da que foi concedida por Américo Sato, primeiro presidente da associação, utilizei a versão em vídeo, disponibilizada a mim por um ex-integrante da UGC. Compõe também este conjunto de fontes uma entrevista realizada em 2014 com Nobutero Matsuda, presidente da UGC na gestão 1953/54.

Estas fontes constituem um acervo rico e extenso, e mesmo com um recorte de apenas quatro anos, muito foi deixado de lado. Esta pesquisa visa relacionar a trajetória da entidade sob a hipótese de que a identidade nipo-brasileira estava em reconstrução no pós-guerra, reconstrução esta que no contexto curitibano, teve na figura do *estudante nissei* um de seus principais protagonistas. Brasileiros “de primeira viagem” os nisseis serviram como uma ponte entre dois espaços que pouco contato tinham entre si, o da colônia japonesa e o da sociedade urbana paranaense.

## CAPÍTULO 1: A CAMINHO DE CURITIBA

Curitiba, setembro de 1949. Um grupo de estudantes se reúne na casa de Nobuo Fukuda, acadêmico do segundo ano de Engenharia na Universidade do Paraná, para concretizar a fundação de uma associação que congregava o crescente número de estudantes nisseis que chegavam à capital paranaense. Inicialmente sem um nome definido, foi apenas em abril de 1950 que a entidade foi denominada de *União dos Gakusseis de Curitiba*. No livro *A força de um ideal* (UGC, 1999), os depoimentos dos ex-presidentes da UGC nos levam frequentemente a dois tipos de resposta sobre as razões desta fundação, a primeira é a assistência aos estudantes que chegavam do interior sem experiência de vida na cidade, a segunda é a busca por uma maior coesão dentro da chamada *colônia* japonesa de Curitiba. Naquele momento, atuavam em Curitiba órgãos estudantis como a UPE (União Paranaense dos Estudantes) ou os Diretórios Acadêmicos de cada curso, além de duas associações nipônicas voltadas para nisseis, *Uberaba Seinenkai* e *Glória Seinenkai*. A nova agremiação em colocava-se como a representante dos *estudantes nisseis* da capital paranaense, marcando assim uma fronteira que tornava seus integrantes um segmento específico tanto do universo estudantil curitibano, como da colônia japonesa da cidade.

Explicar a emergência de um grupo de estudantes nisseis em Curitiba perpassa por explicar a chegada dos *nikkeis*<sup>4</sup> no Paraná. A trajetória deste marcada por constantes migrações internas, que começaram dentro do meio rural de São Paulo, e encontra no Norte do Paraná uma de suas frentes de expansão o que culmina em uma posterior migração para Curitiba, o que em muitos casos era motivado pelo ingresso ao ensino superior, seja através da entrada no ginásio ou em um vestibular, seja diretamente para a universidade.

### 1.1 O migrante *nikkei* e o crescimento populacional do Paraná

Após a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil, em 1908, existem registros de diversos imigrantes que transitando pelo país chegaram a Curitiba. De um modo geral, eram de pessoas de passagem, buscando outras localidades como destino final, ou que por motivos de trabalho permaneciam apenas algum tempo na cidade, como vendedores ambulantes ou trabalhadores temporários (KOJIMA, 1991, p. 16).

---

Pelo que se sabe, o primeiro imigrante japonês a residir na capital paranaense chegou em 1915, para instalar uma fábrica de artefatos de bambu (KOJIMA, 1991, p. 17). Outros migraram para terras curitibanas nos anos seguintes, por iniciativa própria ou motivados por amigos, para trabalhar como copeiros, jardineiros ou agricultores (KOJIMA, 1991, p. 20). Durante os anos 1910 e 1920 não se pode falar propriamente em uma comunidade japonesa em Curitiba em termos de organização de um espaço étnico. Não existiam associações, escolas ou qualquer forma de representação coletiva na sociedade curitibana até 1927, quando se fundou a primeira associação nipônica na cidade.

A primeira colônia de imigrantes japoneses do Estado, a Colônia Cacatu, foi fundada em 1917, na cidade de Antonina. Cacatu foi idealização de imigrantes japoneses já estabelecidos no Estado de São Paulo, que compraram terras a um preço baixo no litoral paranaense. Para sua formação, foram chamados outros agricultores japoneses que trabalhavam em terras paulistas. Esta comunidade foi tragicamente extinta pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Sua história está muito bem a partir relatos e documentos recolhidos por Seto e Uyeda (2002). Cacatu esteve em constante contato com Curitiba, para onde se escoava parte de sua produção, e onde foram despejados a maioria de seus habitantes após um desmembramento forçado pelo Estado Novo (SETO;UYEDA, 2002, p. 240).

Ainda pouco numerosa, a comunidade japonesa no Paraná cresceu pelo grande número de migrantes vindos do de São Paulo para o Norte. Um censo de 1940, nove anos antes da fundação da UGC, aponta que existiam 210 *amarelos*<sup>5</sup> residindo em Curitiba, enquanto o número total no Estado era de 13.482 (SETO; UYEDA, 2002, p. 214). Aumento populacional que se deu em ritmo bastante acelerado a partir da década de 1930, e é fruto da entrada vertiginosa de imigrantes japoneses no Brasil<sup>6</sup>, da expansão da fronteira do café para o Norte paranaense, de uma política pública de incentivo à vinda de migrantes para o Estado das araucárias – principalmente no norte e no oeste – e da própria característica deste grupo de imigrantes de estar frequentemente

---

<sup>5</sup> Considerando que na época não existia no Brasil nenhum outro grupo numeroso de imigrantes asiáticos, pode-se imaginar que a contagem de *amarelos* representa o total de imigrantes japoneses no Estado.

<sup>6</sup> Segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1951, entre 1931 e 1934 entraram 63.734 imigrantes japoneses no Brasil, correspondendo este triênio a 33,8% do total de entradas até 1941. No período de 1908-1923 entraram 32.266 imigrantes, e no período 1924-1930 entraram 68.387 (SAKURAI, 2000, p. 60)



em trânsito, buscando na migração interna uma maneira de ascender socialmente, visando em primeiro lugar chegar à condição de pequeno proprietário.

Em um estudo realizado pelo IBGE 68 anos depois, em 2008, o Paraná apareceu como o segundo Estado com a maior população nipo-brasileira em números absolutos, estando atrás apenas de São Paulo. Com um total de 143.588 indivíduos, os *nikkeis* paranaenses representam pouco mais de 10% do total nacional<sup>7</sup>. Número que chama a atenção se levarmos em conta que não existiu uma corrente de imigração japonesa diretamente direcionada para o Estado, ao menos antes da Segunda Guerra. Os descendentes e imigrantes instalados no Paraná foram atraídos pela expansão da fronteira do café para norte do Estado, pela modernização patrocinada pelo poder público a partir da década de 1920 – que trouxe grande expansão econômica e melhora nas condições de vida – e pela ação de companhias de imigração que tinham como público alvo os imigrantes já estabelecidos no país.

A fronteira do café se expandiu para o Norte paranaense a partir das ferrovias paulistas. É verdade que o café era produzido no Paraná já no século XIX, porém é a abertura de novos municípios e propriedades agrícolas, e o maior crescimento populacional, que impulsiona o Estado à liderança da produção no país. No biênio 1929/30 o Paraná foi responsável 2,1% do total da produção cafeeira do Brasil, triplicando sua participação no biênio 1944-45 para 6,3%, e posteriormente atingindo um pico de 62,8% no biênio 1962-1963 (ROSANELI, 2009, pp. 54-56). Terras baratas, abundantes e férteis, interesse do governo em lucrar com a produção, parcerias com companhias colonizadoras e uma lei que restringiu o plantio de café por três anos em São Paulo no ano de 1932 (HANDA, 1987, p. 459) serão fatores decisivos para o sucesso desta empreitada do chamado *Ouro Verde*. A indústria também se aproveitou dos efeitos da expansão cafeeira, em 1950, cresceu 850% em relação à década anterior, ainda que permanecesse representando apenas 3,06% do total nacional (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 98). O café foi o produto que enriqueceu todo o Paraná, e levou o Estado a outro patamar na economia brasileira.

Expansão econômica que veio acompanhada de explosão demográfica. Pequenos proprietários, médios e grandes empresários e inúmeros despossuídos esperançosos de obter melhor sorte com um posto de trabalho migraram para o Paraná. A população

---

<sup>7</sup> Números retirados de <http://madeinjapan.uol.com.br/2008/06/21/ibge-traca-perfil-dos-imigrantes/>

paranaense saltou de 685.000 para 2.115.000 entre 1930 e 1950 (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, pp. 98-99). Entre 1923 e 1955 fundaram-se 81 novos municípios no Norte do Estado, entre eles Londrina (1930), e Maringá (1947) que estão hoje entre as cidades paranaenses mais populosas e dispõe também de uma grande comunidade nipo-brasileira, e Assaí (1932) e Uraí (1936) que guardam a especificidade de terem se constituído a partir de colônias instaladas por companhias japonesas de imigração, que investiram em uma colonização feita por imigrantes já estabelecidos no Brasil.

A política de atração de mão de obra via migração interna permaneceu em plenos vapores, durante a primeira metade da década de 1950, tornando-se prioridade dos governos de Moysés Lupion (1947-1951) e Bento Munhoz da Rocha (1951-1955). Estas gestões buscaram grande ampliação na produção econômica via setor agrícola, pautada por concessões de terras e grandes investimentos em infraestrutura. A modernização era a palavra de ordem, e para isso necessitava-se de mais braços. O déficit de mão de obra na indústria e no campo era suprido pela atração de trabalhadores tanto de outros Estados quanto do exterior. Paulistas e gaúchos foram fundamentais no processo de migração, pois além de chegarem a grandes contingentes, possuíam refinadas técnicas de produção, e apostaram na policultura, que diversificou a produção paranaense (IPARDES, 1989, p 62). Desta maneira, como apresenta Sérgio Nadalin, os migrantes internos tornaram-se mais importantes para a economia que os imigrantes estrangeiros, sendo o motor que impulsionou as transformações no Estado (NADALIN, 2000). A migração foi a chave da expansão econômica paranaense, e também da mudança na condição social dos imigrantes japoneses.

Segundo Saito, a mobilidade espacial é característica dos imigrantes nipônicos, e está relacionada com propriedade, residência, *status* e ascensão social. De um modo geral, cada mudança de residência significou uma nova mudança de status (SAITO, 1973, p. 469-470). Cardoso afirma que com rapidez seu um processo no qual os japoneses deixaram de ser assalariados. Ascender à condição de proprietário era o primeiro objetivo destes imigrantes, e um número grande deles conseguia fazê-lo em menos de dois anos (CARDOSO, 1995, p. 53-57). Ao analisar o censo da população de origem japonesa em 1958, Suzuki constata que as famílias de imigrantes que nunca mudaram de localidade correspondem a apenas 3,5% do total. As mais frequentes são as que mudaram três vezes (22,5%). A média geral está entre três e quatro mudanças (SUZUKI, 1973, p. 225). Do total destas mudanças, 75,9% vieram acompanhadas de

uma mudança ocupacional ou de *status* e a porcentagem de colonos agrícolas caiu de 87,9% no começo para 2,9% em 1958, enquanto a de proprietários saiu de 5,1% para 64% (SUZUKI, 1973, p. 238-39).

O estudo de Suzuki comprovou também que a entrada de migrantes nipônicos até 1958 foi sempre predominante nas regiões de São Paulo (capital) e suas cercanias, Vale do Paraíba, Sul de São Paulo, Norte do Paraná Novo e Sul do Paraná (SUZUKI, 1973, p. 231). Em muitos casos, a migração para o Paraná não era o primeiro deslocamento interno realizado pela família. É o caso de Tomi Nakagawa, que chegou do Japão para trabalhar em Ribeirão Preto (SP) em 1908, mudou-se para Promissão (SP) em 1928, para Marília (SP) em 1934, retornou à Promissão (SP) em 1947, e em 1952 fixou-se em Cambé (PR), para em seguida ir para Londrina (PR) (WAWZYNIAK, 2006, p. 78).

Durante este período, os fluxos migratórios intensificaram-se em todo o país. Não apenas os grandes centros, como as pequenas cidades ganharam muito em população a partir da década de 1950. Além da migração do meio rural para o urbano, havia também a de um meio urbano para o outro. Da Mata afirma que os fluxos entre dois espaços urbanos acabam se revelando os mais importantes, uma vez que era comum o migrante deixar o espaço rural rumo a uma pequena cidade próxima, para algum tempo depois migrar para a cidade grande em um processo que transformava a configuração do espaço urbano de todo o país (DA MATA, 1980, p. 832). No Paraná, há contornos específicos, a população rural do Estado em 1970 representa 10% do total nacional frente aos 3% de 1940 ao passo que a migração entre cidades no Estado é proporcionalmente a mais alta do país (DA MATA, 1980, pp. 833-835).

Em outras palavras, coexistiu um forte crescimento produtivo e demográfico tanto no meio rural quanto no urbano. É a partir da combinação de migrações internas das populações nipônicas visando ascensão social, crescimento populacional e expansão econômica do Paraná, e migração para os meios urbanos que os primeiros integrantes da UGC chegam a Curitiba. Cabe agora analisar mais detalhadamente o processo de crescimento da capital paranaense em especial, aliado a uma nova etapa da ascensão social dos *nikkeis*, a migração para a cidade.

## **1.2 O migrante *nikkei* e o crescimento populacional de Curitiba**

O Paraná cresceu em população e economia a partir da expansão da fronteira do café, e da ocupação e povoamento de áreas do norte e oeste, mas este avanço não apenas transformou o cenário destas então quase inabitadas áreas do Estado, como também impulsionou a modernização da capital. Dentro do boom econômico e demográfico paranaense, Curitiba era centro econômico, militar, estudantil e cultural, que se desenvolveu acentuadamente ao longo do processo. Um jornal da época exaltava o florescimento e a modernidade da cidade, dando-lhe as alcunhas de “Princesa do Sul”, “Cidade Sorriso” e “Noiva eterna da graça e da beleza”. Com base neste discurso, muitos migrantes eram atraídos do interior buscando melhores condições de trabalho na capital (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 100).

A cidade em verdade já passava por um processo de modernização desde a década de 1910, quando se deu a criação estações de rádio, difusão do cinema, e ampliação dos espaços de diversão como parques, praças e clubes (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 80). Porém com o crescimento econômico experimentado a partir dos anos 1930, as transformações se aceleraram, podia-se nota-las na vida privada, com a instalação de eletricidade e proliferação de eletrodomésticos nas casas, e no espaço público, através de planos de urbanização como o Agache que visavam melhorar a comunicação da cidade, desafogar a concentração populacional no centro e remodelar arquitetonicamente a capital. O aumento do número de habitantes sempre cresceu em ritmo forte, explicitando a dimensão destas mudanças. Em 1900 a população curitibana era de 49.755 pessoas, vinte anos depois passou para 78.986, em 1940 a capital chegava à marca de 140.656 habitantes, em 1950 este número era de 180.575 e em 1960 a população atingia 361.309 pessoas. Em apenas sessenta anos, a população de Curitiba cresceu mais de 700%, número que seguiu avançando em ritmo alucinante até 1990<sup>8</sup>.

A migração de *nikkeis* para Curitiba acompanhou o crescimento da cidade, da mesma maneira que acompanhou o crescimento o do Norte do Paraná. Um processo não sucedeu o outro, trava-se de fenômenos concomitantes. Ao passo que muitos chegavam ao Norte motivados pela expansão da fronteira do café, outros tantos migravam para Curitiba. Como já mencionado, os censos apontavam 80 nipônicos em Curitiba em 1932, 210 em 1940 e 690 em 1950. Em dezembro de 1956, a UGC realizou um estudo chamado *Endereços e estatísticas da colônia japonesa de Curitiba e cidades próximas*

---

<sup>8</sup> Dados retirados de <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1287&z=t&o=3>

que localizou 252 famílias de origem japonesa na cidade, totalizando 1638 pessoas, considerando também que a cidade de Araucária tinha um total de 25 famílias e 163 pessoas (KOJIMA, 1991, p. 30). Se os números totais não chegam a impressionar, e percentualmente os *nikkeis* provavelmente não somavam 1% da população de Curitiba, o crescimento em relação ao dado anterior é bastante significativo. Entre 1940 e 1960, a população curitibana cresceu aproximadamente 158%, entre 1940 e 1956, a população *nikkei* da capital cresceu exatos 680%.

Este notável incremento de nipo-brasileiros em Curitiba se explica pela modernização da cidade e pelo contexto histórico específico vivido pelo grupo. Fatores como a revogação de leis restritivas, descongelamento de bens, fim da necessidade de salvo conduto para viagens, acirramento de conflitos do pós-guerra em algumas comunidades, busca por melhores postos de trabalho, escoamento da produção agrícola, impossibilidade de retorno ao Japão devido ao resultado da Segunda Guerra Mundial, compra de terras na região, estabelecimento de pequenos negócios e acesso à educação são os principais motivadores deste afluxo (SETO ; UYEDA, 2002, p. 314).

A desestruturação de colônias financiadas pelo governo japonês no pós-guerra também teve certamente um impacto importante. Com o final da guerra os financiamentos cessaram, a produção teve que se readaptar a um novo contexto, e as companhias se afastavam cada vez mais dos colonos. No caso de Bastos (SP), a crise econômica somada com a perda de confiança dos colonos na companhia e a substituição de atividade principal da sericultura pela avicultura gerou um abandono (MITA, 1999, p. 183). Um documento apresentado por Chiyoko Mita, escrito por um morador da localidade, descreve bem este cenário “Os que ficaram na colônia não podiam abandona-la por causa das dívidas ou da família, mesmo que quisessem sair (...) A colônia de Bastos se tornou desgraçada como se estivesse desaparecendo desse mundo, como uma colônia imprestável” (MITA, 1999, p. 156).

O movimento de migrações rumo às cidades foi encarado por estudiosos do tema como a etapa final dos processos de mobilidade de populações nipônicas rumo à ascensão social, principalmente quando a educação dos filhos era o motivo do deslocamento. O fenômeno não foi exclusivamente paranaense, também ocorreu no Estado de São Paulo. Segundo a antropóloga Ruth Cardoso

Há um trajeto típico destes imigrantes que começam sua vida no Brasil como colonos em alguma fazenda de café, passam em seguida a trabalhar como arrendatário, o que lhes dá condições para virem a ser proprietários em pequenos lotes de terra. Só mais tarde é que se transferem para a zona urbana<sup>9</sup>

Cardoso constata que a urbanização ocorre depois de um longo período na zona rural, trata-se de um processo de ascensão econômica que se tornou possível graças aos ganhos na agricultura (CARDOSO, 1995, p. 55).

Em seu estudo realizado com base no censo da população de origem japonesa de 1958, Teiiti Suzuki observa que ao todo, 94,3% dos imigrantes japoneses de antes da Segunda Guerra vieram para o Brasil como agricultores, mas no ano de 1958, a população urbana já somava 44,9%, revelando a importância do fenômeno de migração rural-urbana (SUZUKI, 1973, p. 235). O autor também percebe que a diminuição da população rural e crescimento da população urbana aceleraram a partir de 1942, e que no fim da década de 1940 e ao longo da década de 1950, a migração interna de *nikkeis* para “São Paulo e Suas Cercanias” passa a ter supremacia nas correntes migratórias, correspondendo quase 30% do total (SUZUKI, 1973, pp. 229-235).

Entre as décadas de 1920 e 1950, o Paraná viveu intensas transformações demográficas, tanto no interior quanto na capital. Os *nikkeis* marcaram sua presença nos dois movimentos migratórios, a partir de correntes vindas do Estado de São Paulo. A população do Estado crescia a porcentagens extraordinárias, a população de origem japonesa cresceu percentualmente acima desta média. Falando sobre o abandono da lavoura por parte de nipônicos, Ruth Cardoso afirma que “a maioria o faz depois de 10 anos e, entre os que continuam agricultores, a prosperidade permite enviar os filhos para escolas urbanas” (CARDOSO, 1995, p. 62). O estudante nissei, fundador da UGC, é o protagonista central deste caminho conjunto dos nipo-brasileiros rumo à ascensão social.

### 1.3 *Entusiasmo pela educação*

Entre os vários fatores que acarretaram no crescimento da população curitibana um é de especial interesse para a fundação da União dos Gakusseis de Curitiba, trata-se da migração para a capital em busca de melhores condições de estudo. Ainda durante os anos 1910, o Paraná passa pelo referido *entusiasmo pela educação*, corporificando a

---

<sup>9</sup> CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar e mobilidade social** – estudo dos japoneses em São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995, p. 55.

crença de que ampliar o número de instituições escolares conduziria à popularização do ensino e o subsequente progresso econômico e cultural. Neste período, ocorreu a fundação da Universidade do Paraná em 1912, com a existência das faculdades de Direito, Medicina e Engenharia (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 80). A partir do fim da década de 1940, os governos Lupion e Munhoz da Rocha ampliam a política educacional para todo o Estado, que visava agora expandir a educação pública por convênios com prefeituras do interior.

Lupion criou 500 escolas primárias em seu primeiro período de governo. Munhoz da Rocha priorizou a instrução ao homem do campo a partir da criação das Escolas de Pesca e Trabalhadores Rurais e os serviços de publicidade agrícola. Se junta a isso a reforma das orientações de programas escolares, a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e a política de especialização de professores e distribuição destes pelo território do Estado (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 105).

A Universidade do Paraná, que recebia desde o princípio grande número de estudantes vindos de outros Estados era ao fim dos anos 1940 um dos marcos de Curitiba, dando à capital paranaense a fama de cidade universitária. Uma publicação da Revista Guaíra no ano de 1950 classificava Curitiba como *uma das capitais mais cultas do Brasil* colocando-a também como *única cidade universitária do país*. Os estudantes se tornaram presença marcante na vida social e cultural da cidade, dando-lhe um colorido especial (ANDREAZZA; TRINDADE, 2000, p. 100-101). Segundo Martins, o número crescente de estudantes vindos do interior do Paraná e de outros Estados para a universidade era fruto de uma revalorização no valor da educação, que passava na época a garantir posição social mais elevada para os segmentos médios, não estando mais relegada apenas à elite (MARTINS, 1992, p. 11).

Da parte dos imigrantes japoneses, é importante destacar também que a educação sempre foi tida como prioridade, ainda que ela não tivesse relação com o sistema educacional oferecido pelo Estado brasileiro. Os imigrantes que chegaram ao Brasil são herdeiros da mentalidade constituída na Era Meiji (1868-1912), período histórico do Japão no qual a educação foi colocada como um dos principais pilares da modernização idealizada pelo Estado. Sakurai expõe que no Japão criou-se um ideário nacionalista de que a educação tinha ligação direta com a riqueza do país. Sua massificação permitiu que 99% da população japonesa estivesse alfabetizada no ano de

1940. A autora afirma também que rapidamente o país assimilou o imaginário de que a infância deve ser baseada na educação (SAKURAI, 2013, p. 142-143).

Considerando isto, não é surpresa que os núcleos de colonização japonesa tenham sido marcados pelo estabelecimento de escolas voltadas para as crianças. Tomoo Handa, em sua clássica obra que narra a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil até 1968 reproduz um ditado segundo ele popular entre os imigrantes japoneses *Os europeus constroem uma igreja; os japoneses uma escola* (HANDA, 1987, p. 281). Ainda que as escolas comunitárias também tenham sido características de diversos grupos de imigrantes europeus, a frase demonstra o quanto elas eram valorizadas pela comunidade nipônica.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, aumenta o número de descendentes de imigrantes acedendo ao ensino público brasileiro. Se inicialmente muitos japoneses visavam ganhar dinheiro rápido como agricultores em seguida retornando para seu país de origem, com a derrota do Japão na Guerra e a chegada de novos imigrantes esta possibilidade se torna irreal. Aumenta o número de *nikkeis* que enxerga no acesso ao ensino superior e a profissões liberais uma possibilidade de dar ainda mais um passo rumo à ascensão social.

Suzuki e Cardoso analisam este fenômeno da migração de nipo-brasileiros para as cidades, aonde se destinavam aos colégios, universidades ou ao estabelecimento de pequenas propriedades no meio urbano. Os agentes deste processo eram essencialmente nisseis, que davam continuidade a um processo iniciado por seus pais imigrantes. Cardoso constata que em 1958, 61% dos chefes de família de origem japonesa em áreas urbanas eram descendentes, enquanto no meio rural este número cai para 39%. Uma vez nas cidades, estes descendentes servem como uma ponte para a família, que pode gozar de vantagens da vida urbana e prestígio social (CARDOSO, 1995, p. 72-74). A autora não deixa de ressaltar que o processo se tornou possível apenas por conta do sucesso econômico logrado pelos imigrantes no meio rural, permitindo o aumento do grau de escolaridade dos jovens, e completando o objetivo coletivo do grupo (CARDOSO, 1995, p. 78).

Suzuki ressalta que mesmo com os *nikkeis* tendo se tornado proprietários rurais, proporcionar educação para os filhos, ou ao menos para um deles, era uma prática que exigia sacrifício de toda a família. Filhos e filhas que receberam educação superior não



devem esperar herança, pois os gastos educacionais são como uma economia em longo prazo. Em muitos casos, os mais velhos permaneciam trabalhando no campo para herdar a propriedade, e geravam a renda que sustentava um dos mais novos na cidade. A maior preocupação dos pais é tornar os filhos economicamente independentes, seja através do próprio negócio, seja através da educação (SUZUKI, 1973, p. 264). O autor conclui que os imigrantes encorajam seus filhos a ingressar numa universidade, a fim de trazer o prestígio social brasileiro que anteriormente a família não tinha, e que eles, devido a sua ocupação e características culturais não poderiam ter. O trabalho deste filho é estudar e trazer prestígio ao lar, tornando-o uma espécie de representante da família na sociedade brasileira (SUZUKI, 1973, p. 266).

Migrações internas, melhoras na condição de trabalho, busca de acesso à educação visando a ascensão social. O processo é característico da trajetória dos *nikkeis* no Brasil, mas não foi exclusivo a eles. Este roteiro encaixa-se perfeitamente na trajetória histórica do Paraná, com aumentos populacionais imensos, população rural e urbana em crescimento, investimentos em educação, e modernização de uma capital com traços universitários. A fundação da União dos Gakusseis de Curitiba é fruto de junção da trajetória particular dos *nikkeis* no Brasil e do contexto histórico de modernização paranaense a partir da expansão cafeeira. Cabe agora caracterizar o ugecense dos primeiros anos da entidade.

#### **1.4 O perfil dos primeiros ugecenses**

O estudo *Alguns dados sobre a UGC* realizado em 1956 pela estudante Sonoko Yoshiyasu indicava que apenas quatro sócios da entidade haviam nascido em Curitiba. Ainda que desde o primeiro momento, a UGC tenha tido integrantes não *nikkeis* ou *nikkeis* curitibanos, era maciçamente composta por estudante nisseis, vindos do interior do Paraná ou de São Paulo, que chegavam a Curitiba como alunos secundaristas ou universitários.

O ugecense por excelência era fruto do referido processo de migrações internas rumo a Curitiba que visavam à ascensão social pelas vias da educação. Na *Relação Nominal do Quadro Social da União dos “Gakusseis” de Curitiba* do ano de 1955<sup>10</sup> estão o nome de nove ex-presidentes da UGC<sup>11</sup>. Cruzando estes nomes com as

---

<sup>10</sup> Esta foi a mais antiga lista completa de integrantes encontrada nos arquivos da UGC

entrevistas realizadas com ex-presidentes para o livro *A força de um ideal* (1999), produzido em comemoração ao cinquentenário da entidade<sup>12</sup> é possível recapitular a trajetória de alguns destes personagens até sua chegada à universidade.

- Américo Sato foi o primeiro presidente da UGC, em 1949, permanecendo no cargo até 1950. Nasceu em Lins (SP), e após a guerra foi para Porto Alegre. Ao não se adaptar, migrou para Curitiba para estudar Engenharia Civil, e depois foi viver em Londrina (UGC, 1999, p. 77-80).

- Kozo Kasai foi o terceiro presidente da agremiação, na gestão 51/52. Nasceu no Japão e chegou ao Brasil com oito anos de idade. Cresceu em Bauru (SP), seus pais estavam no ramo da indústria de bebidas. Em São Paulo estudou para o vestibular, e foi aprovado em Curitiba, para estudar Engenharia Civil (UGC, 1999, p. 83-86).

- Nobutero Matsuda foi o quinto presidente da UGC, na gestão 53/54. Nascido em Lins (SP), por motivos de estudo residiu em São Paulo e no Rio de Janeiro, antes de se transferir para a Universidade do Paraná em 1949, para estudar Engenharia Civil. Ele alega que antes disso “nunca tinha ouvido falar em Curitiba” (UGC, 1999, p. 87-94).

- Pedro Takeda foi o sétimo presidente da UGC, na gestão 55/56. Na transcrição da entrevista não é revelado seu local de nascimento. Estudou o ginásio em Cambará (PR). Ainda que seus irmãos tenham ido para a universidade em São Paulo, foi aconselhado por um médico a ir para Curitiba, por se tratar de um lugar “mais tranquilo”. Na universidade, estudou Medicina. (UGC, 1999, p. 95-100).

- Toshio Igarashi foi o nono presidente da UGC na gestão 57/58. Nasceu no Japão, e imigrou para o Brasil com dois anos de idade em 1928. Sua família inicialmente se estabeleceu no interior de São Paulo (o resumo dá a entender que Lins (SP) é a cidade em questão), e depois migrou para a Rolândia (PR) para plantar café. Aos 14 anos foi estudar em um colégio em Londrina, e em 1950 foi fazer o segundo ano científico em Curitiba. Em 1953, foi aprovado no vestibular para Medicina. Relata que enquanto ele e um de seus irmãos foram estudar, os três mais velhos permaneceram na lavoura (UGC, 1999, p. 101-106).

---

<sup>11</sup> São eles Yoshikiti Kanashiro (1950/51), Kozo Kasai (1951/52), Nobutero Matsuda (1953/1954), José Oshiai (1954/55), Pedro Takeda (1955/56), Roberto Sato (1956/57), Toshio Igarashi (1957/58), Tsutomu Ishikawa (1960/61) e Ossami Fukuda (1962/63).

<sup>12</sup> As entrevistas foram todas gravadas em vídeo, mas o livro inclui resumos editados pelos editores.

– Tsutomu Ishikawa foi o décimo segundo presidente da UGC, na gestão 60/61. Nasceu no Japão, chegando ao Brasil com quatro anos de idade em 1933. Relata que sua família viveu em Assaí (PR) e depois em Londrina (PR), e que ele anualmente ia à Curitiba para estudar português. Na universidade, estudou Economia (UGC, 1999, p. 119-124).

– Ossami Fukuda foi o décimo quarto presidente da UGC, na gestão 62/63. A transcrição da entrevista não especifica seu local de nascimento, mas revela que estudou em Apucarana (PR). Foi incentivado a estudar em Curitiba pelo pai, que tinha conhecidos de Cornélio Procópio (PR) que já residiam na cidade. Na universidade, estudou Engenharia Civil (UGC, 1999, p. 125-132).

Todos os ex-presidentes mencionados ou nasceram no Brasil, ou chegaram ao país ainda na infância. Todos eles vieram do interior de São Paulo ou do Paraná, e alguns deles inclusive transitaram entre o interior paulista, o norte paranaense e Curitiba. Dos sete presidentes aqui apresentados, quatro eram estudantes de Engenharia, dois de Medicina, e outro de economia. Infelizmente o documento que revela o quadro social da UGC não especifica o curso de cada integrante, dividindo os associados em *Bacharelados*, *Universitários*, *Colegianos e Vestibulandos* e *Ginasianos*.

Para estabelecer o perfil de preferências de carreiras escolhidas pelos ugecenses, os melhores documentos encontrados foram as fichas de composição de diretoria. Entre 1950 e 1955, algumas dessas fichas informavam os cursos dos integrantes, e outras não, mas como a rotatividade de cargos era muito grande – era comum um integrante passar por vários cargos antes de tornar-se presidente, ou o presidente continuar ocupando cargos da diretoria após deixar o cargo – foi possível identificar os cursos de quase todos os integrantes de diretoria até 1953, com exceção da gestão 1950/51, que está registrada no livro de atas.

A primeira diretoria da UGC era composta por *Presidente*, *Secretário*, dois *Tesoureiros*, dois *Diretores Esportivos*, *Diretor Social*, *Diretor de Informações* e oito membros do *Conselho Fiscal*. O padrão de composição foi mantido até a gestão 1953/54, com pequenas variações. Nas gestões seguintes, surgiu o cargo de *Vice-presidente*, o número de *Secretários* subiu para três, o número de integrantes do *Conselho Fiscal* variou entre quatro e sete, foram criados os cargos de 1º e 2º *Orador*, o *Diretor de Informações* passou a ser chamado de *Bibliotecário Arquivista*, e o cargo de

*Diretor Cultural* foi estabelecido. Nas eleições, votava-se não apenas para a presidência como para cada um dos cargos, e se um mesmo integrante fosse eleito para dois, o segundo mais votado seria o empossado.

A primeira diretoria da gestão 1949/50 era composta por sete alunos de Engenharia, três de Medicina, três do Científico, um da Odontologia e um Ginásial. Até 1953/54 seguiram assim como a primeira mantendo uma maioria de alunos de Engenharia e Medicina. Neste período, vinte e cinco cargos da diretoria foram ocupados por estudantes de Medicina junto a vinte e dois de Engenharia, seis Vestibulandos ou estudantes do Científico, quatro do Direito, dois da Odontologia, Farmácia e Agronomia. Não foi possível identificar o curso de seis estudantes.

Os documentos de composição de diretoria não necessariamente revelam a diversidade de carreiras escolhidas pelos ugecenses. Porém, percebe-se um padrão de preferências de cursos na área da Saúde (Medicina e Odontologia) e das Ciências Exatas (Engenharia). Em seu estudo sobre universitários nisseis em São Paulo na década de 1960, Amélia Shimidu divide os cursos em *tradicionais* (medicina, direito, filosofia, ciências e letras) e *não-tradicionais* (arquitetura, economia, administração, ciências contábeis, odontologia, farmácia, enfermagem, serviço social, sociologia, biblioteconomia, higiene e arte). A autora conclui que ao escolher a carreira, o nissei tende a um curso do tipo *não-tradicional* por atender melhor suas expectativas financeiras e de ascensão social a partir do exercício de uma profissão liberal (SHIMIDU, 1973, p. 486). Estas escolhas também revelam as novas demandas de carreira em um país em constante modernização, como se verifica pelo grande número de estudantes da área da engenharia. No caso do alto número de estudantes de medicina, as escolhas estavam pautadas no sucesso financeiro proporcionado pela carreira.

Com estas informações é possível imaginar o perfil do ugecense da época, ainda que não de maneira totalmente precisa. Era por excelência um estudante nissei, que vinha do interior para a capital com fins acadêmicos. Tinha preferência por cursos das áreas da saúde e ciências exatas, ainda que esta informação possa estar bastante distorcida pelo fato de não ter sido encontrado nenhum documento que registre o curso de cada um dos integrantes universitários. Por fim, a ampla maioria dos integrantes

eram homens, mas as mulheres nunca estiveram ausentes da entidade, como se verá no próximo capítulo.

No final da década de 1940 e início da década de 1950, a adaptação de um estudante nissei a Curitiba poderia ser complicada. Sua presença constituía etnicamente uma novidade no meio urbano de uma cidade ainda com poucos nipo-brasileiros. Seus códigos culturais em grande medida diferiam daqueles dos demais estudantes. Sua experiência histórica era particular em relação à dos demais brasileiros. A fundação da UGC se deu em um contexto de busca de um lugar para o nissei na sociedade brasileira. Uma busca que não tinha começado ali, mas no final dos anos 1940 estava inserida em uma nova conjuntura.

### **1.5 A fundação da UGC e a busca do nissei por um lugar na sociedade brasileira**

Como mencionado anteriormente, no final da década de 1940 a cidade de Curitiba tinha reputação de *cidade universitária* no resto do país, atraindo diversos estudantes vindos de outros Estados, ou do interior do Paraná, dentre os quais um número expressivo de nipo-brasileiros. Segundo Martins, a educação no Estado era uma via de mão dupla, na qual Curitiba voltava-se para o interior enviando suas professoras formadas, mas também se constituía como centro de atração para jovens que desejavam ter formação universitária (MARTINS, 1992, p. 10).

Dentro deste contexto, fundou-se União dos Gakusseis de Curitiba no dia 18 de setembro de 1949. A ideia de formar uma associação amadurece a partir de uma reunião de nisseis em uma praça de esportes no mês de abril daquele ano. A fundação oficial ocorreu na casa do estudante Nobuo Fukuda, e contou com a presença de 27 estudantes, 22 homens e 5 eram mulheres (UYEDA, 1989, p. 4). Na primeira ata registrada pela UGC, a da 1ª Assembleia Geral, realizada quatro de abril de 1950, Yoshikiti Kanashiro relembra que entre os objetivos propostos na reunião de fundação estavam “a) objetivo principal da agremiação será a promoção de amizades entre os estudantes “nisseis”; b) os sócios serão exclusivamente estudantes; c) os assuntos a serem tratados serão exclusivamente estudantis”<sup>13</sup>. Cumpru-se o segundo ponto, os outros dois modificaram-

---

<sup>13</sup> Para facilitar a leitura, os documentos produzidos pela UGC foram transcritos na grafia atual.

se ao longo da trajetória da entidade, mas já se percebe aí a primeira noção de fechamento de espaço imaginada pelo grupo.

Do ponto de vista da trajetória histórica dos nipo-brasileiros, a opção por fundar uma associação não representa uma novidade. Ao falar do caráter associativo dos *nikkeis*, Célia Sakurai coloca que no Japão a vida comunitária era a base de todas as relações sociais desde tempos imemoriais. Segundo a autora, os japoneses que emigraram para o Brasil a partir do início do século XX tinham uma ampla noção de que ela seria o alicerce para enfrentar dificuldades comuns. Logo de cara os imigrantes perceberam que eram minoria étnica em uma sociedade com referências culturais distantes das deles. Na fase inicial da imigração, as associações ajudavam pontualmente em questões de moradia, alimentação e trabalho, mas sua finalidade passa pela angústia de buscar nas suas referências culturais a melhor forma de conviver com os brasileiros (SAKURAI, 2009, pp. 109-110).

O que constituía novidade completa, ao menos em Curitiba, era uma entidade cujo público alvo eram os *estudantes nisseis*. Segundo Nobutero Matsuda, a ideia inicial era “implantar uma entidade que pudesse auxiliar aqueles estudantes nisseis que viessem do interior. Ficavam perdidos por aí, não sabiam nem procurar pensão, então nós nos reunimos, organizamos a União dos Gakusseis de Curitiba” (MATSUDA, 2014). Os próprios fundadores eram estudantes nisseis vindos do interior, possivelmente eles mesmos “ficaram perdidos” ao chegar à cidade – talvez eles ainda estivessem – e percebendo o aumento de estudantes nisseis na capital paranaense optaram por juntar-se dentro de uma entidade buscando agregar a ela os que chegavam. Matsuda afirma que “depois que criou a UGC a gente descobriu que tinha estudantes em tal faculdade, tal faculdade e aí a gente ia lá buscar, juntar tudo, a maioria era nissei” (UGC, 1999, p. 89).

O grupo partia do princípio de que um *estudante nissei* “estaria perdido” na faculdade, e ao oferecer auxílio a ele aproveitava para aumentar seus quadros e sua representatividade. Tendo em vista que os quadros sociais da UGC nunca pararam de crescer ao longo de todo o período estudado parece esta uma premissa concreta, mas a pergunta que fica é: o que significa “estar perdido” neste contexto?

Norbert Elias afirma que os fenômenos migratórios por vezes são concebidos como meramente geográficos, mas na verdade estes migrantes se deslocam de um grupo social para outro. Tem que estabelecer novos relacionamentos com os círculos já

existentes, e acostumar-se com o papel de recém-chegados. Muitas vezes, estes migrantes se tornam outsiders em relação a grupos mais poderosos já estabelecidos, cujos padrões, crenças e costumes são diferentes dos seus (ELIAS, 2000, p. 174). Sobre a ausência de *nikkeis* no meio urbano de Curitiba, cabe reproduzir a colocação do historiador estadunidense Jeffrey Lesser, ressaltando que enquanto os integrantes de praticamente todas as etnias podiam disfarçar suas origens, os *nikkeis* eram *forasteiros fisionômicos* na sociedade brasileira (LESSER, 2008, p. 30). De fato, um depoimento de Matsuda relata que ele “andava na Rua XV e muitos ficavam olhando, pois tinham poucos nisseis que estudavam na universidade” (UGC, 1999, p. 87).

As dificuldades de migrar do interior para a cidade eram significativas do ponto de vista da adaptação a outro estilo de vida. Keitaru Yaginuma, um nissei que migrou para a capital paulista nos anos 1950 relata que sentia “uma enorme diferença entre aquela casa modesta em que vivíamos, com o rejunte de barro, falando japonês e ainda ouvindo nossos discos do Japão, e o Brasil que saíamos para conhecer” (OI, 2005, p. 82). Ruth Cardoso ao analisar o fenômeno das associações nisseis dos anos 1950 coloca que a vida do nissei na cidade é rodeada de problemas de adaptação, devido à necessidade de alterar os padrões culturais de comportamento e ajusta-los a uma cultura urbana. A família em algum grau incentiva esta adaptação, mas não serve como “agente integrador”, cabendo à associação este papel (CARDOSO, 1973, pp. 329-330).

As condições de vida dos estudantes eram em alguns casos bastante deterioradas, principalmente no que toca à moradia. Segundo Wachowicz, o problema da residência era dramático para eles, que normalmente tinham de pagar muito caro por instalações em péssimas condições. O historiador paranaense apresenta uma notícia da Gazeta do Povo, na qual o estudante paulista Oscar Leite Barros fala sobre seus problemas na cidade, segundo ele o maior “Sem dúvida alguma foi o da casa. Comprávamos o jornal e distribuíamos em sete pedaços. Foi um tal de atravessar Curitiba em todos os sentidos que não acabava mais” (WACHOWICZ, 2006, p. 131-132). Neste contexto, repúblicas estudantis constituíram um dos principais espaços de acomodação e sociabilidade para estudantes de todas as partes que se estabeleciam em Curitiba. Nobutero Matsuda expõe a forte ligação da UGC com as repúblicas formadas por nisseis, segundo ele, em um primeiro momento “tinham umas quatro ou cinco repúblicas, a UGC começou com umas 45 ou 50 pessoas” (UGC, 1999, p. 89).

Não atribuo exclusivamente o fato do *estudante nissei* considerar-se “perdido” na cidade a uma questão de migração rural-urbana, ou de adaptação a um novo ambiente. No período do pós-Segunda Guerra, grande parte dos nisseis – principalmente os que viviam nas cidades– buscaram inserir-se nas transformações pelas quais o país passava a partir do contato com a sociedade majoritária. O contexto histórico ainda era muito complicado, e como analisarei no último capítulo, o fim dos anos 1940 foi um momento de extrema tensão para a comunidade nipo-brasileira que se viu dividida em um violento conflito interno. O depoimento do nissei paulistano Yutaka Sanematsu expõe o desafio de integrar-se à sociedade brasileira nos anos 1950 “Foi muito difícil, porque sentíamos que se não nos integrássemos à sociedade brasileira não teríamos chance (...) temos que virar brasileiro, cidadão brasileiro. Era uma tecla que se pisava muito” (OI, 2005, p. 36-37).

Ao falar da ação da UGC junto à colônia japonesa, Nobutero Matsuda retrata uma ideologia específica do grupo “tínhamos outro pensamento *mais avançado* (...) nós pensávamos em brasilidade. Nós nascemos aqui. Somos brasileiros. Vamos vencer aqui e fazer alguma coisa no nosso país. Esse era o princípio nosso. Era diferente da colônia” (MATSUDA, 2014). Retrata-se nesta fala uma dos ideais que diferenciava o *estudante nissei* dos demais de seu grupo étnico. Em realidade, a questão de como o nissei deveria se colocar em relação ao Brasil sempre foi alvo de polêmicas. Esta noção de brasilidade teve ressignificações ao longo da trajetória dos *nikkeis*.

Junto com o aumento de imigrantes japoneses no Brasil, iniciavam-se os debates sobre o papel que os imigrantes deveriam ocupar no país que os acolheu, e principalmente, como seus filhos deveriam encarar o país onde nasceram. Já no ano de 1936, quando a maioria dos imigrantes japoneses tinha se estabelecido há pouco tempo no país<sup>14</sup> um grupo de nisseis da cidade da região da Alta Sorocabana exaltava os valores nipônicos passados por seus pais, mas já demonstrava enxergar o Brasil como lugar de seu futuro:

Nós somos jovens. Somos a encarnação moral, justiça e inocência. Nossos antepassados possuíam bushido (preceitos de samurais ou samuraismo) (...) Não existe yamato minzoku (nação ou raça japonesa) sem bushido (...) E sem eles como poderemos nos orgulhar de sermos gloriosos cidadãos com altos ideais, deste Brasil crescente? (MITA, 1999, p. 87)

---

<sup>14</sup> Entre 1924 e 1941 entraram 67% do total de imigrantes japoneses no Brasil.



Em 1939, já com a tensão gerada por políticas nacionalistas perpetradas pelo Estado Novo, e a tensão política gerada pela Segunda Guerra Mundial aumentando dentro do Brasil, Shingoru Wako, um imigrante japonês que vivia em Bauru (SP) segue demonstrando preocupação com a questão da adaptação dos imigrantes, em especial a de seus filhos ao território nacional:

Será infelicidade para nossas crianças nisseis serem criadas como brasileiros dignos? Para início de conversa, que objetivos deverão ser atingidos para serem considerados brasileiros dignos, ou seja, o que significa ser ‘brasileiros dignos’? O que espero que isto signifique é que, em primeiro lugar, ame sua pátria, e que tendo seu país como castelo forte se lance corajosamente à missão de elevar o espírito da humanidade (...) Assim farei todo o esforço necessário para que meus filhos sejam brasileiros dignos e aptos (HANDA, 1987, p. 627).

Wako era do pensamento de que os imigrantes japoneses deveriam preparar-se para criar seus filhos como brasileiros no lugar de pensar apenas em ganhar dinheiro e voltar para a terra natal. Este pensamento não foi unânime, mas refletiu uma corrente pró-integração, defendida por setores mais urbanizados e intelectualizados do grupo.

A entidade que expressou mais fervorosamente esta linha de pensamento provavelmente foi a Liga Estudantina Nipo-Brasileira (LENB). Assim como a União dos Gakusseis de Curitiba, era composta exclusivamente por estudantes nisseis, nascidos no Brasil ou vivendo no país desde a infância. Tendo sua fundação em 1935, Lesser afirma que seu objetivo era promover o lugar do *nikkei* dentro da raça brasileira (LESSER, 2001, p. 221). O jornal da entidade chamava-se *O Gakusei*, e logo em sua primeira publicação expõe a identidade que o grupo tinha imaginava para si “Os brasileiros descendentes de japoneses têm uma grande responsabilidade perante a nação brasileira (...) nós sentimos o mesmo entusiasmo que sentem os paulistas de há quatrocentos anos ouvindo o hino nacional” (HUCITEC, 1992, p. 171).

Pode-se definir a ideologia da LENB como a de um nacionalismo étnico nipo-brasileiro, e sua proposta como de integração à sociedade brasileira. Lesser aponta que esta integração não era vista da mesma maneira por todos os integrantes da agremiação, há uma das edições do jornal um artigo no qual se lamenta que os *nikkeis* “preferem os costumes brasileiros e quase nada conhecem a respeito da terra dos seus pais, a não ser superficialmente” (LESSER, 2001, p. 223). Com o acirramento da Campanha de Nacionalização e a iminente entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a Liga Estudantina Nipo-Brasileira é colocada na ilegalidade em 1941.

Estes são exemplos de propostas que enxergavam o nissei como elemento integrador do grupo étnico na sociedade brasileira. Dentro deste pensamento, a tradição herdada dos pais longe de significar a o afastamento da *brasilidade* representaria uma maneira de encaixar-se *sui generis* na identidade nacional. Não era uma filosofia que representava a totalidade do pensamento da comunidade. Tomoo Handa relata que vários nisseis eram desprezados pelos imigrantes, por não possuírem algumas características culturais julgavam importantes:

os isseis não tinham constrangimento de tratar com menosprezo os nisseis, que por força das circunstâncias, não tinham oportunidade de se educar e adquirir um nível cultural melhor (...) acusavam esses nisseis de “caipiras” de não possuírem iniciativa, e que, comparados aos adolescentes recém imigrados, eram desanimados, faltando-lhes aspirações, sonhos e ideais (HANDA, 1987, p. 516).

O episódio que marca a maior tensão entre uma postura integracionista adotada pelos nisseis com o a visão conservadora de setores comunidade étnica é conhecido como “Acidente do Crisântemo”. Em um artigo publicado na revista *Gakusei* da Liga Estudantina Nipo-Brasileira, Cassio Kenro Shimomoto tenta reafirmar a identidade brasileira do grupo, dando uma resposta à tensão nacionalista que os afetava na época do Estado Novo “como poderemos amar a terras dos nossos antepassados? (...) Podemos ter quando muito um sentimento pela pátria de nossos pais, mas nunca a ideia de patriotismo pela terra dos crisântemos” (HUCITEC, 1992, p. 171). A publicação causou repercussão muito negativa dentro da comunidade, recebendo críticas de lideranças étnicas, e fazendo com que os integrantes da LENB fossem até mesmo chamados a Embaixada do Japão para discutir a polêmica (HUCITEC, 1992, p. 172).

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial representou uma complicação para a inserção do nissei na sociedade brasileira. Segundo Jeffrey Lesser, as tensões sociais e étnicas criadas pela disseminação de ideias antinipônicas levaram alguns integrantes da comunidade *nikkei* a reagir contra a ordem pública, tornando-se cada vez mais “japoneses” (LESSER, 2001, p. 238). A Shindo Renmei, por seu elevado número de associados, e pela execução de atentados contra outros integrantes da colônia japonesa no pós-guerra foi a mais famosa das associações nipônicas constituídas nos anos 1940. Fazendo um balanço das consequências de políticas nacionalistas do Estado Novo para os nipo-brasileiros, o historiador estadunidense conclui que “entre 1933 e 1945, os japoneses e os nipo-brasileiros adquiriram mais certeza de que seu país era o

Brasil, mas tornaram-se menos seguros sobre como localizar sua etnicidade no contexto da identidade nacional” (LESSER, 2001, p. 251).

Em 1949, no momento da fundação da União dos Gakusseis de Curitiba, a Guerra já tinha terminado, mas seus efeitos na comunidade nipo-brasileira seguiam muito vivos em termos de estigmatização, inserção social e permanência de um conflito interno. O problema da integração do nissei na sociedade ia muito além da migração rural-urbana. Era necessário reinserir o nissei na sociedade brasileira, dando a ele um lugar e uma imagem que lhe permitissem o almejado acesso à elite nacional. Segundo Célia Sakurai, no início dos anos 1950 houve uma onda recriação das associações étnicas. Dentro deste processo, as associações de jovens dão o tom para as práticas que manifestam o espírito comunitário daí para frente, sobretudo as que estão localizadas nas cidades, onde a vida “muito diferente da no interior e, como ocorrera com seus pais no passado, sentiam que se reunindo com pessoas que compartilhavam as mesmas inseguranças, teriam condições de viver mais tranquilamente” (SAKURAI, 2009, pp. 113-114).

A associação servia como meio de adaptação à cidade grande. Ruth Cardoso coloca que o próprio termo nissei denota que este grupo não participará totalmente da cultura japonesa, atribuindo-se a ele uma posição particular (CARDOSO, 1973, p. 322). Para ela, a finalidade das associações de nisseis é torná-los capazes de conviver com o restante dos brasileiros, servindo como uma ponte para a sociedade brasileira (CARDOSO, 1973, p. 332). Como primeira geração de filhos de imigrantes, esperava-se do nissei os atributos necessários para conviver com os demais brasileiros, e a manutenção de alguma carga de cultura japonesa. Este grupo tinha uma identidade própria, fazia parte do grupo étnico, mas não se identificava integralmente com a identidade de seus pais.

Neste sentido se pode falar que os *estudantes nisseis* formavam uma *unidade de geração* dentro de sua comunidade. Segundo Mannheim, *geração* não é um conceito meramente biológico, é também sociológico. O autor define *geração* como uma identidade de situação, constituída a partir da experiência comum no processo histórico (MANNHEIN, 1982, p. 72). A *geração* “jovem” é caracterizada por sua “modernidade”, que se verifica pela proximidade que tem com os “problemas atuais”, enquanto a “velha” se agarra à reorientação daquilo que foi o drama de sua juventude

(MANNHEIN, 1982, p. 83). Para Mannheim, não é o tempo que define a *geração*, e sim a sua participação na comunidade. A maneira como a juventude urbana e a camponesa vivem os “problemas” de sua geração não é semelhante, portanto a *geração enquanto realidade* existe apenas onde há vínculo concreto entre os membros, através de exposição a situações sociais e intelectuais (MANNHEIN, 1982, p. 86). Sobre *unidades de geração*, Mannheim ressalta que estas só se formam com o contato pessoal entre indivíduos e dentro de grupos concretos (MANNHEIN, 1982, p. 90). Portanto, podemos falar que os *estudantes nisseis* formavam uma *unidade de geração* dentro da comunidade étnica nipo-brasileira, uma vez que “elaboraram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituindo unidades de geração separada” (MANNHEIN, 1982, p. 87).

Neste este processo de adaptação tanto ao meio urbano quanto à sociedade brasileira, os ugegenses construíram um espaço próprio. Ao criar uma associação, a primeira tarefa deste grupo era definir quem seriam seus integrantes e quais seriam seus objetivos. No próximo capítulo analiso a maneira como esta *unidade de geração* de *estudantes nisseis* respondeu às suas necessidades históricas, inserindo-se para isso dentro dos espaços estudantis e étnicos.

## CAPÍTULO 2: SAUDAÇÕES ESTUDANTIS

FIGURA 1 – Reunião da UGC na República Baitaca



Fonte: UGC, 1999, p. 95

Ao observar as atividades promovidas pela União dos Gakusseis de Curitiba em seus primeiros anos de existência, percebe-se um caráter dual nestas ações. A entidade funcionava como um corpo cujo um dos braços servia como a representação de um comunidade imaginada nipônica dentro da sociedade majoritária paranaense – o que acontecia especialmente dentro do fervilhante movimento estudantil curitibano na época – e o outro servia como representação de um grupo integrado a esta sociedade majoritária dentro do espaço mais fechado da colônia japonesa.

É evidente que estes dois campos de ação estavam extremamente interligados. É complicado definir precisamente quando a entidade estava se voltando para dentro grupo étnico e quando estava se voltando para fora dele. O que fica claro é que foi fundada para abrigar a um grupo específico de indivíduos, os *estudantes nisseis* que vinham do interior para Curitiba, e que uma vez constituída a associação, buscou-se criar uma identidade própria para ela.

Os objetivos e finalidades da UGC serão discutidos ao longo deste capítulo e do próximo, mas cabe ressaltar que os documentos revelam que eles não eram claros para os integrantes que ajudaram a fundá-la, e que se criavam novas metas à medida que a entidade crescia e via a possibilidade de aumentar o seu campo de atividades. As atas da

direção demonstram uma grande cautela nos primeiros tempos, onde cada ação tinha de ser medida delicadamente, pois poderia ser determinante para os rumos da associação, o que não raro se transformava em discussões prolongadas e agressivas durante as reuniões. Na ata da assembleia realizada em 30 de agosto de 1950 – cujo objetivo era discutir uma viagem para a cidade de Assaí – o secretário responsável por relatar a reunião demonstra toda sua insatisfação com as palavras do presidente, afirmando no fim que “todos compreendem que é desta vez que iremos decidir o êxito ou fracasso da UGC”.

Os depoimentos que explicam as motivações por trás da fundação da UGC longe de formar um consenso apresentam grande variedade de opiniões. Encontram bases em questões que vão desde a procura dos nisseis por sua “brasilidade” até a resolução do conflito *makigumi* x *kachigumi*<sup>15</sup>, que ainda ocorria naqueles tempos. Não nego que a militância presente no movimento estudantil via União Paranaense dos Estudantes e Diretórios Acadêmicos, a promoção de uma identidade construída para o nissei e reconstruída para todo o grupo, e ações que visavam dar uma maior coesão ao grupo étnico foram objetivos centrais da entidade, mas parto do princípio de que sua fundação visava uma meta muito mais modesta, dar o primeiro atendimento a estudantes que vinham do interior com pouca informação sobre a cidade, e pouca bagagem cultural e social para enfrentar seu cotidiano dinâmico.

A União dos Gakusseis de Curitiba respondia em suas ações a um contexto histórico específico de transformações sociais de um país em modernização e de reconstrução da identidade de um grupo étnico até então extremamente estigmatizado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos que ela trouxe para os *nikkeis*. Essa resposta assumiu variadas formas ao longo dos quatro anos estudados, e aparentemente teve efeitos positivos dentro e fora da colônia japonesa, de modo que ao final de 1953 a União dos Gakusseis de Curitiba tinha forte representação na União Paranaense dos Estudantes, foi procurada por autoridades do Estado que queriam se comunicar com todos os *nikkeis* radicados no Paraná, e funcionava como

---

<sup>15</sup> Divisão ideológica dentro da comunidade nipônica no Brasil entre os *makigumi* (ou derrotistas), que aceitaram a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e os *kachigumi* (ou vitoristas), que acreditavam no triunfo japonês no conflito. O conflito ganhou repercussão nacional após a Shindo Renmei, uma organização fanática *kachigumi* promover assassinatos contra elementos derrotistas. Mesmo aonde não se verificaram casos de violência, o conflito dividiu os nipo-brasileiros em dois grupos antagônicos, gerando forte tensão social.

representação deste grupo étnico na capital, recebendo caravanas vindas de outras cidades ou personalidades vindas do Japão.

O caráter estudantil foi o principal definidor de identidade da UGC ao longo desta trajetória. *Saudações estudantis* era a assinatura de boa parte dos documentos emitidos pela diretoria. Criar uma associação é fechar portas, era preciso pensar no tipo de sócio, no tipo de atividade no tipo de identidade que se queria dar para o coletivo. Criar uma associação que representava um grupo específico dentro de um grupo étnico, ou um grupo étnico dentro de um grupo específico, mostra que seus integrantes se identificavam com dois espaços diferentes – não paralelos, pois habitam o mesmo espaço geográfico dentro do mesmo contexto histórico, mas a primeira vista afastados – mas não se sentiam confortáveis para assumir completamente a identidade de nenhum dos dois.

O objetivo deste capítulo é analisar como a União dos Gakusseis de Curitiba cria sua identidade própria através da figura do que chamo de *estudante nissei*, fechando seu espaço especialmente para este público, e organizando-se como instituição independente de atuação. O contato com a União Paranaense dos Estudantes e com os Diretórios Acadêmicos era constante, e nestes espaços a UGC colocava-se como representante *nikkei* no movimento estudantil. Este contato também teve suas consequências dentro do espaço étnico, com a defesa de pautas comuns aos jovens da época. A partir da expansão dos quadros associativos, e do melhor entrosamento na sociedade majoritária e com a colônia, as ações anteriormente cautelosas tornam-se firmes e confiantes.

Utilizo o conceito de identidade desenvolvido por Stuart Hall, que concebe a formação de identidade a partir da interação entre o “eu” e a sociedade (HALL, 1997, p. 12). O autor jamaicano afirma que a identificação de um indivíduo se constrói sobre a base do reconhecimento de alguma origem comum ou características compartilhadas com outra pessoa ou grupo (HALL, 2003, p. 15). Porém, este posicionamento não é essencialista e definitivo, mas sim estratégico e posicional (HALL, 2003, p. 17). Para o sociólogo, a identidade se constitui historicamente, não biologicamente, e os sujeitos a assumem de maneiras diferentes em situações diferentes (HALL, 1997, p. 12).

Para o caso de identidades diaspóricas como a nipo-brasileira, Stuart Hall trabalha com o conceito de *tradução*. O autor afirma que nestas situações, é mantido um forte vínculo imaginado com o “lugar de origem”, mas sem a ilusão de retorno ao

passado. Os portadores destas identidades são obrigados a negociar com as culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas. Elas nunca serão unificadas no velho sentido porque são produtos de histórias e culturas interconectadas. Por isso, devem aprender a habitar no mínimo duas identidades, falar duas linguagens culturais, e negociar entre elas (HALL, 1997, p. 96).

Considerando que a União dos Gakusseis de Curitiba representava um setor específico do grupo étnico nipo-brasileiro, cabe definir o que entendo por grupo étnico. Compactuo com o conceito desenvolvido por Fredrik Barth, que concluiu ser impossível encontrar um conjunto total que permita a distinção entre um grupo e outro, uma vez que a variação cultural por si não permite abranger o traçado dos grupos étnicos (POTINGUAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 61). Segundo Barth, os grupos étnicos são uma organização social, ou seja, característica de autoatribuição ou atribuição feita por outros a uma categoria étnica. Sendo assim, as diferenças não são as que se colocam objetivamente, e sim as que os autores consideram significantes (BARTH, 2011, p. 193-194). Grupos étnicos são entendidos aqui como categorias de atribuição realizadas pelos próprios atores, e tem a característica de organizar interação entre as pessoas. Suas fronteiras persistem apesar do fluxo de indivíduos que a atravessa. As categorias étnicas não dependem de ausência de mobilidade e de contato (BARTH, 2011, p. 188-189).

Sobre o comportamento dos integrantes de um determinado grupo étnico, Barth afirma que este pouco importa, se eles dizem ser A em oposição a B, estão querendo ser tratados, e veem seus próprios comportamentos, como característicos de A (BARTH, 2001, p. 195). A identidade étnica domina a maioria dos estatutos, e define as personalidades que um indivíduo com aquela identidade pode assumir. Ela exerce um constrangimento sobre o beneficiário em todas as suas atividades, não apenas em determinadas situações sociais (BARTH, 2011, p. 198). Barth afirma ainda que uma redução drástica de diferenças culturais não pode ser relacionada de maneira simples com redução da pertinência das identidades étnicas, ou com o declínio da manutenção de fronteiras (BARTH, 2011, p. 220).

## **2.1 Fechando o espaço associativo**

Como mencionado anteriormente, a União dos Gakusseis de Curitiba foi fundada em setembro de 1949, e segundo a hipótese que defendo a intenção inicial do



grupo era atender aos estudantes nisseis que chegavam a Curitiba, inadaptados tanto ao meio urbano quanto à sociedade brasileira. No entanto, ao burocratizar seu espaço, tornando-o uma entidade regulamentada, são fechadas as portas para que todo e qualquer estudante ou nissei pudesse integrar os quadros da UGC. Uma vez constituída como agremiação que se propõe a realizar determinadas atividades, a UGC tinha de definir para a sociedade brasileira e para a colônia quais eram suas finalidades. No contexto do pós-guerra criar uma entidade para representar um coletivo de jovens descendentes de japoneses não era tarefa propriamente tranquila, a construção de uma associação como esta tinha de ser cuidadosamente realizada.

Segundo Ruth Cardoso, em meio ao alto número de associações de caráter étnico nipo-brasileiro que surgiam depois do fim do Estado Novo, existiam basicamente dois tipos de entidade, o clube recreativo-cultural ou esportivo, com localização central e grande número de sócios, e os pequenos grêmios frequentados por grupos de vizinhos, normalmente controlados pelos isseis. Em sua análise, Cardoso constata que enquanto o primeiro grupo representa toda a cidade, recebe integrantes do interior, tem um quadro diversificado e impõe padrões novos, o segundo está mais restrito a uma atuação local, sendo uma associação de tipo mais tradicional, mais semelhante as dos anos 1930 (CARDOSO, 1973, p. 328). A União dos Gakusseis de Curitiba se parece mais com as associações do primeiro tipo que com as do segundo. O que diferencia a UGC de outras associações nisseis da época é que esta aceitava apenas estudantes em seus quadros, sendo o integrante afastado após concluir os estudos. Consta no estatuto da UGC que serão excluídos dos quadros da agremiação aqueles que “Tiverem cancelado matrícula em estabelecimento de ensino” ou “Se formarem em escolas superiores ou cursos especializados”.

Partiremos agora para uma análise mais detida de como a UGC construiu suas fronteiras. Na ocasião da 1ª Assembléia Geral Extraordinária, em abril de 1950, a entidade não tinha nome nem estatuto. Foram discutidas nesse encontro as finalidades e objetivos que o grupo deveria cumprir. A ata consta que os *estudantes nisseis* visavam a confecção de “uniformes, símbolos, nome da agremiação, jogos de baseball, sede, contribuições, época de atividades, comissão elaboradora dos estatutos, impressão dos endereços dos estudantes ‘nisseis’”. Kozo Kasai apresenta a seguir algumas das que seriam as finalidades da entidade, o objetivo era segundo ele “aumentar cada vez mais o

intercâmbio cultural-esportivo-social entre os ‘nisseis’ e entre estes com os ‘não nisseis’”.

Duas coisas chamam a atenção nesta exposição. A primeira delas é que a integração com a sociedade brasileira era uma das metas primárias, e que a entidade constituída servia para atingir melhor este objetivo. A segunda é a autoatribuição do grupo, que sempre colocou os seus integrantes como “nisseis” (utilizando também as aspas), diferenciando-se dos demais estudantes como “não nisseis”. Postura identitária que sempre levou em conta o que Nobutero Matsuda chamou de busca pela “brasilidade”, sendo esta busca uma maneira de diferenciar os ugegenses dos demais integrantes da colônia japonesa.

Na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 16 de abril de 1950, é tomada a decisão sobre o nome da entidade. Acredito que o nome União dos Gakusseis de Curitiba é a melhor maneira de entender como a entidade fechou-se de um lado para sua comunidade étnica, e do outro para a comunidade estudantil. A ata registra os 18 nomes levantados para votação na ocasião. Podem-se dividir estes nomes em três grupos, os que não faziam qualquer referência à condição de estudantes, os que faziam referência à condição de estudante, mas não tinham nenhuma conotação étnica e os que ao mesmo tempo faziam referência à condição de estudante e tinham conotação étnica<sup>16</sup>.

A variedade de propostas denota as diferentes percepções de finalidades que os membros imaginavam para a agremiação. Enquanto para uns esta deveria pautar-se essencialmente em práticas esportivas, outros acreditavam que estas práticas deveriam ser também culturais, um conceito amplo, mas que denota a preocupação em integrar a “elite social” do país. Outro grupo imaginava que ao menos em sua denominação a associação deveria ser um espaço para estudantes em geral, seja por acreditar que o espaço não tinha de ser exclusivo de nisseis, seja por temer represálias da sociedade e de setores da colônia por criar um espaço étnico separado. Venceu uma proposta que abrangia tanto o caráter étnico do quanto o caráter estudantil.

---

<sup>16</sup> Faziam parte do primeiro grupo os nomes Baseball Esporte Clube, Associação Esportiva e Cultural, Centro Cultural e Esportivo Nissei e Associação Esportiva e Cultural Nissei, do segundo os nomes Liga Estudantil de Curitiba, Centro Estudantil de Curitiba, Centro Estudantil de Esporte e Cultura, Centro Estudantil Paranaense, Centro dos Estudantes Progressistas de Curitiba, Centro Estudantil do Paraná, Centro Estudantil Curitibano e Centro Estudantil de Cultura e Esporte e do terceiro os nomes União dos Gakusseis de Curitiba, Liga Estudantil Nissei de Curitiba, União dos Nisseis Estudantes, União dos Nisseis Estudantes de Curitiba, Centro dos Gakusseis de Curitiba e Centro Estudantil Nissei.

A escolha do nome União dos Gakusseis de Curitiba, idealizado por Kozo Kasai, tinha segundo Nobutero Matsuda a intenção de “diferenciar um pouquinho com a Casa do Estudante ou com os Diretórios Acadêmicos” (MATSUDA, 2014). De acordo com Américo Sato, a votação foi polêmica, e as contestações passavam ainda pelo contexto de tensão vivido por *nikkeis* no Brasil dos anos 1940 “mas você precisa ver, cada arranca rabo que saia naquele tempo (...) era por causa da denominação, logo depois da Guerra você falar *Gakussei*? Tu ia pra cadeia! Não podia falar em japonês, Kozo, naquele espírito samurai dele até hoje, dizia ‘tem que ser *gakussei*’ os outros metiam o pau” (SATO, 1999). Venceu o nome que melhor cercava as fronteiras do espaço dos *estudantes nisseis*. A palavra *Gakusseis* é o muro desta fronteira, pois os isseis, salvo alguma rara exceção, não chegavam ao ensino superior – assim como boa parte dos nisseis que permanecia no campo – e os demais estudantes dificilmente se identificariam com um grupo cuja definição estava em uma palavra do idioma japonês. *Gakusseis* está ali colocado de maneira “abrasileirada”, em meio a outras duas palavras em português, com seu significado remodelado para uma realidade específica na qual os nisseis começavam a constituir uma identidade própria no Brasil. A denominação explicita que eles optaram por serem julgados por sua condição dupla de estudante e descendente de japoneses.

Uma vez definidas as diretrizes gerais e o nome da entidade, chegou a hora de criar os estatutos da União dos Gakusseis de Curitiba. As atas de reuniões revelam que apenas com enorme dificuldade os estatutos foram regulamentados, sendo diversos pontos alvos de muita polêmica. No dia 21 de setembro de 1950, a Associação Cultural e Esportiva Piratininga (ACEP)<sup>17</sup> enviou um ofício à UGC “Atendendo ao pedido formulado pelo Jornal Paulista, no sentido de o Departamento Cultural da ACEP cooperar na elaboração do seu anuário, no tocante às Associações relacionadas com nisseis”. A ACEP solicitava além de nome, endereço, data de fundação, número de sócios e componentes da diretoria as “Principais finalidades e realizações, até então, feitas pela sua Associação”.

A pergunta não estava respondida nem para os *Gakusseis*. Naquele momento as discussões em torno do estatuto da UGC já estavam sendo realizadas há algum tempo,

---

<sup>17</sup> A ACEP era uma associação paulistana de nisseis, localizada no bairro de Pinheiros. Manteve estreitas relações com a UGC durante a década de 1950. Seu primeiro cinquentenário está narrado na obra *Piratininga, 50 anos*, de Célia Abe Oi (2005).

mas não conseguiam evoluir para a elaboração final do documento. A comissão formada para montá-lo foi eleita logo na ocasião da primeira assembleia em abril de 1950, e o documento vinha sendo sempre debatido nas reuniões e assembleias desde então. O ofício mencionado foi lido no dia 29 de outubro de 1950 na 6ª Assembléia Geral Extraordinária da UGC, e possivelmente exerceu algum constrangimento no decorrer da reunião. A ata registra que em dado momento Queenti Matsura ressalta “a dificuldade da elaboração (do estatuto) na parte referente às finalidades da agremiação”. Naquele dia, visando agilizar a versão final do documento “o plenário concedeu voto de confiança para que a diretoria termine a discussão e aprovação dos estatutos”.

A cópia da resposta ao ofício enviado pela Piratininga também foi encontrada nos arquivos da UGC, e é um dos mais valiosos documentos sobre a fundação da organização e seus objetivos iniciais. Coloca-se que a fundação da entidade foi “cercada de imensas dificuldades, obra de uma dúzia de ‘Gakuseis’ que sentindo e julgando a necessidade urgente de um órgão representativo dos estudantes ‘Nisseis’, tomaram essa iniciativa.” As atividades aquela altura eram ainda “de caráter provisório”, mas o grupo cita “conferências, excursões, jogos de futebol, beisebol, debates de caráter científico, filosóficos, etc..”. A seguir os ugecenses se desculpam “não contamos ainda com um ano de idade e por esse motivo não possuímos estatuto devidamente aprovado e registrado”. Sobre as finalidades é colocado que “o campo é vastíssimo e mui complexo (...) razão pela qual não temos ainda definitivamente registrado os estatutos”. O documento se encerra com a noção que os ugecenses tinham de sua identidade “Lutamos (...) com muito sacrifício mas com altruísmo, cooperação e boa vontade, o que aliás constitui o caráter nobre dos estudantes ‘nisseis’ de Curitiba”.

No dia 1 de novembro de 1950 o estatuto da UGC foi finalmente aprovado em uma sessão de diretoria. A cópia mais antiga que encontrei do documento data de 1954, estando um ano para além do recorte desta pesquisa, mas aliada a outras fontes como os livros de ata e os ofícios pode-se perceber algumas alterações realizadas no período. Analisarei três partes do estatuto, princípios e finalidades, valor das mensalidades e criação de departamentos. Os princípios e finalidades dificilmente foram modificados. O valor das mensalidades e da joia foi corrigido ao menos uma vez. Os departamentos começam a operar em 15 de março de 1951, data da primeira reunião daquele ano. Não podemos saber se inicialmente estavam registrados no estatuto, mas em 1954 já constavam nele.

O artigo 1º do estatuto da UGC já estava reformado em 1954, mas em sua versão original descrevia bem o que se esperava construir como a imagem dos *estudantes nisseis*:

A União dos Gakusseis de Curitiba, fundada em 18 de setembro de 1949, com sede na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, com personalidade jurídica distinta de seus associados, estes em número limitado **sem distinção de raça e nacionalidade, representa os estudantes idealistas de Curitiba.**<sup>18</sup>

O Capítulo I, *Das Disposições Preliminares*, revela os objetivos da UGC que são “desenvolvimento cultural, esportivo, social e manutenção do ideal que norteia a mocidade estudantil”. O II é o *Dos Princípios*, sendo eles:

- I – Pugnar pelas liberdades fundamentais do homem
- II – Dar apoio e estímulo à crítica sã, por julga-la necessária a liberdade de consciência, pensamento e opinião;
- III – Desenvolver no esforço produtivo e comunicativo a solidariedade com órgãos e entidades da classe estudantil e agremiações congêneres;
- IV – Incentivar por todos os meios ao seu alcance, a prática da cultura cívica, moral e intelectual.”

O Capítulo III é o *Das Finalidades*, e são elas:

- I – Participar, nas esferas de suas possibilidades, de todas as comemorações cívicas e patrióticas
- II – Trabalhar pela difusão da cultura por todos os meios possíveis (...)
- IV – Promover reuniões de caráter cultural, social, desportivo e recreativo;
- V – Prestar, na medida do possível, assistência social e cultural aos necessitados (...)
- Único – É vedada à União dos Gakusseis de Curitiba toda e qualquer atividade religioso-sectarista ou político-partidária.”

O único trecho que incluía qualquer conotação étnica em todo o estatuto está no artigo 91, um dos últimos do documento, que se limita a explicar que “A expressão ‘Gakusseis’ quer dizer ‘Estudantes’”. O mais desinformado dos leitores não saberia nem mesmo o idioma original do termo. Toda etnicidade da UGC está, em seus estatutos, relegada ao nome da entidade.

Desde o primeiro artigo, passando para os princípios e finalidades, está explícita a preocupação em delimitar aquilo que definiria a identidade do *estudante nissei* para a sociedade brasileira. Os quadros sociais, quase na totalidade compostos por

---

<sup>18</sup> Grifo Meu

descendentes de japoneses, não permitiam que os ugecenses fizessem nada sem serem julgados etnicamente. Tampouco isso era da vontade de seus integrantes, tendo em vista o nome escolhido para a agremiação. Procurou-se definir como finalidades uma série de valores baseados no humanismo e na promoção cultural, que seriam, a partir das ações da UGC, imputados aos *estudantes nisseis*, nestes termos um segmento “progressista”, “humanista” e bem conectado com os temas de sua época. O grupo era representante dos *estudantes idealistas* da capital. Foi necessário. Os anos 1950 não eram tempos de exaltação à etnia e sim de superação de estigmas.

Estigmas esses difundidos pela eclosão da segunda guerra mundial e do conflito entre vitoristas e derrotistas no pós-guerra, marcado fanatismo ultranacionalista de organizações como a Shindo Renmei, cuja repercussão dos atos havia reforçado a ideia de que os *nikkeis* eram inassimiláveis e fanáticos. Possivelmente isto se refletiu no estatuto na forma de um comprometimento com “as liberdades fundamentais do homem” e pela não admissão da distinção de “raça, nacionalidade, cor, sexo, credo religioso ou partido político”. A UGC participaria dentro do possível de “todas as comemorações cívicas e patrióticas”. O caráter marcadamente estudantil também se reflete na solidariedade para com “órgãos estudantis e agremiações congêneres” sendo “agremiações congêneres” entendidas por mim como outras ligadas à comunidade nipo-brasileira.

Antes de definir o estatuto, já estavam definidos os valores a serem pagos pelos associados. Logo na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, ficou determinado que o valor da joia seria de 50Cr\$ e que o das mensalidades era de 10Cr\$. Tomando como base outras despesas estudantis, não parecia caro. O relatório do congresso estadual dos estudantes, organizado pela UPE, apresenta o valor de uma refeição no Restaurante Universitário, que era de 7CR\$ e a mensalidade das refeições sem café da manhã, custando 250CR\$ (UPE, 1948, p. 11). Levando em conta que nem a situação financeira da UGC e nem a dos estudantes de Curitiba costumava a ser tranquila, pode-se entender o porquê de valores mais baixos. Os preços serão reajustados no ano de 1952. Com os quadros da UGC passando de 68 associados em outubro de 1950 para 104 em 1952 criou a necessidade de um espaço mais adequado para as atividades da entidade.

Anteriormente alocada na República Baitaca – localizada na Rua Desembargador Westphalen – a UGC alugou uma nova sede na Praça Rui Barbosa,

onde também funcionaria uma nova república, a Pentágono<sup>19</sup>. Tal empreitada requereu aumento nos valores das mensalidades, que passaram para 15Cr\$ em junho de 1952. Nem sempre as mensalidades nem sempre eram pagas pelos membros, e campanhas de cobrança foram realizadas de tempos em tempos. Ao não pagá-las, o sócio não poderia se candidatar a cargos da diretoria, e em muitos casos estaria desautorizado a participar de atividades realizadas. Ainda assim, a inadimplência parecia ser comum, e campanhas para levantar fundos frequentemente incluíam a cobrança das mensalidades atrasadas.

Outra característica da organização interna da UGC era a divisão em diversos departamentos. Cada um dos departamentos agia com certa autonomia dentro da entidade, realizando atividades por conta própria ou tomando iniciativas junto à direção. A exemplo da presidência, ocupada pelo período de um ano, os cargos de diretoria de departamento também eram bastante rotativos. Desde o princípio já existiam o Departamento Social, o Cultural e o Esportivo, os que refletiam melhor as atividades de início idealizadas pela agremiação. Na 8ª Sessão Extraordinária, a primeira de 1951, a nova diretoria assumida por Yoshikiti Kanashiro se encarrega de organizar novos departamentos. São estabelecidos os de Assistência Social, Patrimônio, Informações, Feminino e Médico-Farmacêutico-Odontológico. Em maio de 1952, na 13ª Assembleia Geral este departamento se desmembra em dois, Médico-Farmacêutico e Odontológico.

Um dos mais polêmicos momentos registrados no livro de atas dos *Gakusseis* acontece na 13ª Assembleia Geral, para discutir a criação do Departamento Secundário, voltado para estudantes não universitários. O secretário relatou que “ainda que no aspecto a questão se apresentasse de fácil resolução, a mesma consumiu perto de 8 horas de calorosas discussões, quando se cogitou de que maneira incluir os elementos que o comporiam”. O debate ficou travado no momento de definir se o critério de integrantes aceitos seria “por idade, por curso, ou por idade e curso e qual seria o limite de curso e de idade”. Seis modelos diferentes são propostos, e ao fim venceu o de Djalma Teramoto que consistia em “incluir neste departamento todos associados estudantes secundários exclusive os do terceiro ano colegial”.

A existência destas divisões internas nos revelam as diretrizes das principais atividades da entidade, as escolhas dos cursos universitários e também uma grande

---

<sup>19</sup> O espaço alugado pela UGC foi dividido em uma parte para a sede e em outra para a República Pentágono. Como mencionei o alojamento de estudantes era uma das prioridades da agremiação.

preocupação em passar para a sociedade e para a o grupo étnico a execução de determinados pressupostos, que definiam o perfil do *estudante nissei*. É o que ocorre na polêmica em torno do Departamento Secundário. Deveriam os Gakusseis dar autonomia para que seus integrantes não universitários pudessem se organizar? Não seria essa uma decisão que colocava em risco a imagem positiva que se visava construir para *estudante nissei*?

As discussões indicam que interessava à agremiação a existência de um Departamento Secundário, mas a cautela e tensão envolvendo os debates, e o fato de que a diretoria opta por tomar todo o controle na articulação do mesmo, demonstra que este setor deveria ser organizado com atenção especial. O quadro social de 1952 revela que juntos “ginasianos” e “colegianos” somavam 57 associados, enquanto “universitários” e “bacharelados” eram 39. Os secundaristas eram maioria dentro da UGC, mas no recorte trabalhado nunca tiveram um espaço político proporcional à sua presença. No Artigo 65 do estatuto da UGC, que trata da elegibilidade de candidatos nas eleições, consta que era necessário “Terem atingido a maioria os candidatos a Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral, 1º Tesoureiro e membros do Conselho Deliberativo”. O estatuto automaticamente excluiu dos principais cargos os integrantes secundaristas.

A preocupação com o tipo de associado que deveria frequentar a UGC não era apenas uma questão de idade. Vimos a partir da declaração de Nobutero Matsuda que a política inicial era a de “caçar” nisseis pelas faculdades visando integrá-los ao grupo. Esta política ao que parece não foi abandonada, mas com o aumento do número de associados e a procura voluntária de estudantes para integrar a associação, a entrada passa a ficar mais rigorosa, como observamos na ata da 20ª Sessão, realizada em 16 de março de 1952:

No item 5 da ordem do dia, tratou-se da admissão dos novos associados, e por ainda não estar elaborado o regimento interno que o regula, foi levantada seguintes sugestões; a) aprovar sem levar em conta a não existência do referido regimento; b) submeter a aprovação para depois de legalizado o regulamento. Votado, venceu a segunda proposta. Sugeriu-se nomear 3 colegas estudantes de direito para elaborar com brevidade o regimento referente a admissão de novos sócios

Na sessão seguinte realizada no dia 6 de abril, o regimento foi colocado em votação, em nova polêmica “Após acaloradas discussões sobre a supressão do preâmbulo, foi posta em votação, ficando a contagem dos votos empatada. Decidiu-se,



pelo voto do presidente, pela supressão”. Depois de não aprovado, o regimento passou a ser discutido ponto a ponto. Pela ausência da proposta original, não há a noção exata de quais partes foram retiradas da proposta original, uma vez que a ata se refere a artigos e números. Registra o secretário que “após longa e valorosa discussão do referido regimento, foi aprovado sofrendo várias modificações com supressão de capítulos e artigos”. A seleção mais criteriosa de sócios demonstra mais uma vez que a UGC tinha que agir com cautela para não prejudicar a imagem de *estudante nissei* pretendida por ela.

No Regimento Interno aprovado, as exigências para novos sócios eram as seguintes:

- a) ser proposto por dois associados, nos exercícios de seus direitos de sócios, sendo que um deles deverá estar já no mínimo há quatro meses no quadro social da entidade; b) preencher plenamente a ficha proposta de fornecida pela Secretaria da agremiação (...) d) comparecer à sede da agremiação o mais frequentemente possível a fim de tomar conhecimento das atividades em curso e procurar fazer-se conhecido entre os associados da agremiação e assinar no livro de presença

Na ata da sessão onde o documento foi aprovado consta que a proposta original era a de que apenas um proponente seria necessário para a entrada do novo sócio, mas ficou determinado que “em ligeira modificação no parágrafo I, onde diz um proponente para dois, e um deles deverá estar no gozo de associado a no mínimo 4 meses”. A diretoria optou por uma alternativa mais rígida que a inicial, visando ter melhor conhecimento sobre os novos selecionados.

A aprovação do Regimento Interno não significou que a entrada na entidade fosse especialmente complicada, mas de fato, ela tornou-se mais seletiva. Na ata 30ª Sessão de diretoria, realizada no dia de 2 de novembro de 1952, ocorre uma situação atípica, a proposta de Irati dos Campos, aluno do segundo ano de odontologia, é rejeitada por não preenchimento dos requisitos necessários. Ao que parece, o candidato não compareceu à sessão, o que levou a sua não aprovação. Até por se tratar de um não-nissei, cuja reprovação nos quadros poderia levar a uma acusação de “enquistamento”, a diretoria age com ponderação, decidindo que “enviará ao colega Irati uma carta explicando as resoluções (...) dar-se-á ao colega Irati oportunidades para ser admitido posteriormente como associado da UGC”.

O aumento dos quadros sociais não deixou de ser prioridade, e seu público alvo eram nisseis que continuavam chegando do interior. Na 32ª Sessão, realizada em março de 1953, José Ochiai sugere uma campanha de novos sócios “abrigoando os elementos que a Curitiba vieram”. Kozo Kasai responde apontando caminhos possíveis para a busca “1 – Publicação dos candidatos aprovados no vestibular, conforme costume. 2 – Elaboração da estatística dos ‘nisseis’ ginasianos, colegianos e universitários juntamente com a campanha dos sócios”. Interessante perceber por estes trechos que a UGC não abrigava, e até mesmo nem era conhecida, por todos os que migraram para Curitiba. Porém, naquele momento a expansão da agremiação já era evidente, e permitia a execução de uma campanha bem organizada. As resoluções expostas em ata nos deixam a impressão de que a chegada de novos nisseis começava a sair do controle da entidade.

Em dois anos, a UGC ganhava novas feições, e era bem mais do que Matsuda definiu como um “grupamento de estudantes”. A aprovação de um estatuto, a definição de finalidades, a criação de departamentos internos, e a regulamentação de entrada de novos sócios ajudaram a tornar a associação muito melhor organizada, e mais consciente de seus objetivos, e do perfil de daqueles que deveriam integrá-la.

## **2.2 A UGC e o movimento estudantil**

Mencionei anteriormente que vários membros da UGC engajaram-se no movimento estudantil paranaense. Além de manter um contato muito próximo com a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e os Diretórios Acadêmicos, a UGC servia como referencial de entidade estudantil para nisseis de várias partes do país. Dedicarei as próximas páginas a analisar de que maneira se dava a relação UGC/Movimento Estudantil e como a entidade expandia sua reputação para dentro da colônia, recebendo outros nisseis em trânsito por Curitiba, e atendendo a indivíduos interessados em estudar na capital do Paraná.

No primeiro capítulo mencionei que nos anos 1940 e 1950, Curitiba gozava em todo país da reputação de “cidade universitária”. A UPE estava em alta, e obteve junto ao governo do Estado uma série de conquistas que melhoraram as condições de vida e aliviaram grandes gastos que tinham os estudantes na capital. Entre eles estão a abertura do Restaurante Universitário, promoção de assistência médica e odontológica e abertura da Casa do Estudante Universitário (WACHOWICZ, 2006, p. 130). Segundo

Wachowicz, após o fim do Estado Novo a UPE teve mais liberdade para organizar o movimento estudantil, defendendo pautas como a Reforma do Ensino Superior ou a Federalização da Faculdade de Medicina do Paraná (WACHOWICZ, 2006, p. 130).

Não se tratavam apenas de pautas ligadas à universidade. Nos relatórios dos congressos estudantis da época, bandeiras como a defesa da democracia e a campanha pela nacionalização do petróleo são firmemente abraçadas. Os integrantes da UPE se consideravam agentes importantes na modernização que transformava o país, para eles o engajamento na política era um meio de formação de nacionalidade. O crescimento da entidade era significativo. O Relatório da Gestão 1949/1950 da entidade aponta que em outubro de 1949 tinha ela 252 associados e que onze meses depois possuía 527 (UPE, 1950, p. 5).

Segundo Martins, grande parte da vida estudantil girava em torno da UPE e dos Centros Acadêmicos. A União Paranaense contava com órgão de divulgação, sede própria, departamentos assistenciais, chácara, restaurante, biblioteca e até um espaço onde os estudantes poderiam ter “radiola e discoteca” (MARTINS, 1992, p. 11). A autora descreve o cenário estudantil curitibano dos anos 1950 da seguinte maneira:

A “fervilhante” vida estudantil em Curitiba se dava principalmente pela presença de um grande número de estudantes vindos de outras cidades. Tal situação proporcionava uma intensa sociabilidade com festas, bailes, concursos de misses, chás e tardes dançantes, passeios e churrascadas. Além disso, repúblicas estudantis iam se formando *bem como organizações como a União dos Gakusseis de Curitiba – entidade que agrupava estudantes descendentes de imigrantes japoneses* – e grupos específicos de estudantes bolivianos e peruanos, que sempre promoviam festas e outras atividades no meio estudantil (MARTINS, 1992, p. 13).

Em *Um lar em terra estranha*, Martins se dedica às integrantes da Casa da Estudante Universitária de Curitiba, mas professa uma solitária menção à UGC. A associação aparece entre os grupos agitadores do ambiente universitário da cidade, devidamente descrita com o perfil de seus associados. Tendo consultado fontes produzidas pela UPE, provavelmente foi lá que Martins tomou conhecimento da existência da entidade dos *estudantes nisseis*.

A profunda relação entre a UGC e a UPE começa antes mesmo da fundação da primeira. Ao ser perguntado se existiam muitas práticas esportivas durante sua estadia na UGC, Américo Sato respondeu que “Não no meu tempo ainda não. Eu pratiquei

muito, principalmente basquete fui diretor de natação, fui diretor de atletismo na UPE<sup>20</sup>” (SATO, 1999). Ao relatar seu engajamento no movimento estudantil, Nobutero Matsuda se mostra bastante saudosista “na época aqui em Curitiba era muito bem organizada (...) todos os estudantes tinham consciência da organização do seu Diretório, do seu Centro Acadêmico” (MATSUDA, 2014). Matsuda foi provavelmente o ugegense que mais se engajou no movimento estudantil. Ele chegou à presidência da União Paranaense em 1956. Após concluir seu mandato, foi eleito 3º vice-presidente da UNE, assumindo a presidência interina por seis meses. A alegada “solidariedade com órgãos e entidades estudantis” homologada no estatuto da UGC era bem mais que mera formalidade.

Em 1948 as secretarias e departamentos internos da UPE eram: Secretaria de Intercâmbio, de Publicidade, de Assistência Econômica e Financeira, de Cultura e Arte, Geral, de Assistência Médico-Odontológica-Farmacêutica, Arquivo, Departamento Feminino e Departamento Social. A organização interna da UPE parece ter inspirado fortemente a estrutura da UGC.

Existia um apoio mútuo entre os *Gakusseis* e demais órgãos estudantis. As trocas de ofícios eram constantes, normalmente informando mudanças de direção, parabenizando pelo aniversário das entidades, ou agradecendo por questões específicas. As atas de reunião revelam uma cooperação cotidiana, como no caso da doação de móveis de um centro acadêmico para a UGC, pedido de empréstimo da UGC para a utilização estruturas da UPE ou dos Centros Acadêmicos, presenças de ugegenses em eventos organizados pela UPE, convites feitos para a UPE em função de eventos organizados pela UGC, ou apoio da UGC a eventos chave da UPE como a “Festa dos Estudantes” ou o “Trote dos Calouros”.

Um dos episódios que melhor reflete a relação de proximidade entre *Gakusseis* e União Paranaense é o que se pode classificar como o primeiro grande trauma da entidade dos *estudantes nisseis* em sua existência. Mário Utiyama – estudante de Engenharia Civil e membro do conselho fiscal da UGC – faleceu em novembro de 1951, vítima de endocardite. O óbito causou grande comoção na agremiação nipo-brasileira, com um alto número de ofícios sendo enviados para familiares do estudante,

---

<sup>20</sup> Américo Sato foi fundador e primeiro presidente da UGC, mas passou pouco tempo dentro da agremiação. Formou-se no final de 1950, tendo por isso que deixar a entidade.

prestando condolências e organizando a ida de Kozo Kasai como representante da UGC ao seu enterro.

A edição de abril de 1952 da revista *Paraná Universitário*, provavelmente a primeira lançada depois do acontecimento, guarda algumas páginas para homenagear Utiyama. Na época, Nobutero Matsuda era o diretor da revista. Três textos se dedicam à morte de Mário Utiyama, a reprodução do discurso proferido por Kozo Kasai na ocasião do enterro de seu colega, um poema composto pelo estudante João Douglas dos Santos e uma nota de agradecimento publicada em nome do presidente e vice-presidente da UPE.

Alguns trechos destas publicações são interessantes para perceber a ligação íntima entre ugecenses, upeanos e integrantes dos Diretórios Acadêmicos. No início do discurso de Kozo Kasai, declara que está em Lins representando “toda a classe acadêmica do Paraná através da União Paranaense dos Estudantes, todos os colegas da escola por intermédio do D.A.E.P.<sup>21</sup>, e na qualidade de presidente da União dos Gakusseis de Curitiba”. O poema *Despedida*, de João Douglas dos Santos é escrito “ao amigo Mário Utiyama, com saudade”. Santos era estudante de medicina e integrante da UGC, ainda que na revista isto não esteja colocado. Ainda assim, sua participação em um caso que tanto repercutiu dentro da agremiação mostra como não-nisseis poderiam ocupar um espaço politicamente relevante nela. É ele inclusive quem ocupa o cargo de Utiyama no conselho fiscal. Na nota de agradecimento publicada em nome dos diretores da UPE, o DAEP é gratulado:

pelos seus trabalhos para atender o desejo dos pais, no sentido de obter o transporte aéreo, os ônibus para transporte dos colegas universitários até o aeroporto; a sala dos professores; e pelo luto de uma semana suspendendo as atividades sociais, e pelo empréstimo de uma bandeira do D.A.E.P. até Lins, e pela notificação dada às estações de rádio emissoras.

Mais adiante a UGC também recebe um agradecimento “pela assistência integral prestada durante a convalescença até a despedida e pelo esforço desmedido de dias e noites por esse sentimento nobilíssimo, pelo conforto material e moral prestado a Exma. família do saudoso Mário Utiyama”. À Kozo Kasai se gratula por representar “o D.A.E.P. e a U.P.E. para dar o último adeus dos Universitários Paranaenses”. Interessante notar nesta publicação que Utiyama provavelmente também estava bem integrado com seu diretório acadêmico e com a UPE. Na ocasião do falecimento, tanto

---

<sup>21</sup> Sigla de Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná

DAEP quanto UGC cumprem um papel importante, mas substancialmente diferente. Coube ao DAEP organizar a logística das condolências, enquanto a UGC encarregou-se de tratar mais diretamente com a família, prestando a ela conforto material e apoio moral, funcionando como a ponte entre os estudantes e uma família *nikkei*. Ambas as instituições serviam como representantes da UPE, o que se observa no discurso de Kozo Kasai, que compareceu a Lins em nome dos *Universitários Paranaenses*. O balanço que se pode fazer desta edição de *Paraná Universitário* é que a UGC não apenas tinha ligação com a UPE, como era uma importante entidade militando dentro dela, e que a participação direta de ugecenses nas organizações estudantis era comum.

Os documentos produzidos pela União dos Gakusseis de Curitiba são interessantes para perceber de que maneira os *estudantes nisseis* encaravam esta militância. Em diversos momentos se constata que eles se sentiam representando a *colônia japonesa* neste espaço. É o caso da ata da 20ª Sessão em março de 1952, onde se registra que Kozo Kasai “integrou a Festa da Juventude patrocinada pela União Paranaense dos Estudantes a qual homenagearia à nossa colônia. Por este seu gesto, ao pedido do colega Kanashiro, fez-se constar nesta ata um voto de louvor ao sr. Kozo Kasai.” Na reunião seguinte, os votos de louvor são estendidos à Nobutero Matsuda pelas mesmas razões. A *Festa da Juventude* era um dos grandes eventos organizados pela UPE junto com o *Trote dos Calouros* e o *Concurso Rainha dos Estudantes do Paraná*. A participação de um ugecense neste último revela outro interessante caso de reforço da identidade étnica dentro da militância estudantil.

Em uma reportagem sobre o *Rainha dos Estudantes* na revista *Paraná Universitário* de abril de 1952, é feita uma descrição dos preparativos para o evento, informando que estarão na disputa representantes de vários municípios do interior, e que o objetivo final era arrecadar verbas para a manutenção do Restaurante Universitário. Na ata da 26ª Sessão da UGC, no dia 10 de agosto de 1952, se faz uma discussão sobre o concurso:

No item seguinte (9) tratou-se da questão do concurso “Rainha dos Estudantes do Paraná” questão esta levantada pelo diretor social da União Paranaense dos Estudantes (UPE) ao colega presidente, no sentido de pedir apoio a “UGC” nesta realização devido ao possível lançamento de uma candidata “nissei” da cidade de Londrina.

A diretoria da UGC optou por dar apenas “apoio moral” a UPE. No dia 31 do mesmo mês, Namiuchi Mitsuo, integrante da UGC, envia um ofício ao presidente da

associação nipo-brasileira, comunicando seu afastamento provisório do cargo de 1º Secretário:

Como é de conhecimento de V.S., fui credenciado pela União Paranaense dos Estudantes, na qualidade de representante nas cidades de Londrina, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Mandaguari, Maringá, Sertanópolis e Assaí (...) Uma vez assumida esta responsabilidade, acho-me na obrigação de pratica-lo com fiel e cabal desempenho a este mandato. Outrossim, não represento somente a União Paranaense dos Estudantes nestes trabalhos, mas sim a nossa agremiação também, apesar de não ser eu credenciado pela União dos Gakusseis de Curitiba. *Procurarei honrar a nossa colônia perante a classe estudantil paranaense*

O documento inicialmente revela que era de interesse da UPE uma candidata nissei para o concurso que define a *Rainha dos Estudantes* do Estado, o que tem relação com a inserção de uma identidade nipo-brasileira na identidade paranaense, em um processo que será mais bem analisado no próximo capítulo. Por hora, vale dizer que a UPE reconhecia a importância de estudantes *nikkeis* na universidade, e ao fazê-lo contava com o apoio da UGC para se comunicar com a colônia japonesa. Todas as cidades mencionadas por Mitsuo estão no Norte do Paraná e têm grande presença de nipo-brasileiros. E mais, ao participar da organização do concurso ele afirma não se imagina apenas representando os *estudantes nisseis*, ele buscará “honrar nossa colônia perante à classe estudantil paranaense”. Nesta empreitada ele está representando toda a colônia japonesa do Estado.

A UGC não apenas representava os *estudantes nisseis* dentro da UPE, como também procurava conectar-se com nisseis que estudavam em outras partes do país, em vários momentos recepcionando-os em Curitiba, reforçando a ideia de uma comunidade nacional de *estudantes nisseis*. Não era incomum que estes estudantes em trânsito comparecessem a reuniões que normalmente estavam fechadas à diretoria, prática registrada pela primeira vez na ata 8ª Sessão Extraordinária em março de 1951 “às 21,05 horas a diretoria teve o prazer de receber a visita das senhorinhas Liria e Sakuya Nakamura estudantes universitárias de Porto Alegre, Rio Grande do Sul”.

A ata da 26ª sessão de 10 agosto de 1952 registra que a UGC cooperou com “dois estudantes de medicina da Universidade de Pinheiros (senhorita Sadae Chiba e sr. Fumio Chiba) que vieram a esta cidade realizar um trabalho de estatística”. Está nos arquivos da entidade uma carta enviada pelos dois em agradecimento a recepção feita pelos ugecenses, que data de 21 de agosto daquele ano:

“para nós foi uma acolhida inesperada a de vocês; ela nos tornou felizes, satisfeitos de sermos estudantes. Estar entre colegas significou muito para o nosso espírito que naquele momento se achava numa espécie de desamparo. A surpresa mais agradável porém foi a de encontra-los tão unidos, tão bem organizados, num entusiasmo que só um espírito de mocidade talvez pudesse apresentar (...) procuramos a Baitaca e encontramos rapazes que não mediram esforços para nos instalar”

O fato de que estes estudantes procuraram por ugecenses, mais especificamente por integrantes da República Baitaca, demonstra que a reputação da entidade já estava se espalhando pela colônia japonesa. A UGC cumpre fundamentalmente o papel de aloja-los. A identidade estudantil é compartilhada também por eles, que elogiam a grande organização da entidade.

A “recepção calorosa” também foi feita para estudantes secundaristas como está registrado na ata da 27ª Sessão, em setembro de 1952 “aprovou-se realizar uma festa de homenagem aos estudantes secundários “nisseis” que participam do 2º Campeonato Inter-Colegial do Paraná, com um lanche seguido de uma brincadeira dançante”. Um ofício expedido pela diretoria naquele mesmo dia solicita à República Pentágono o espaço para a realização do evento. Uma carta enviada por um estudante secundarista de Londrina no dia 11 de setembro daquele ano registra esta passagem

Uma vez distante do convívio dos senhores, conseqüentemente, distante de Curitiba, sinto já a falta do calor da amizade dos estudantes curitibanos (...) Quando partimos de Londrina rumo à capital, éramos uma plêiade de estudantes esperançosos que iam tomar parte nas Olimpíadas Inter-colegiais e quando regressamos éramos e seremos sempre admiradores fervorosos da terra e dos estudantes de Curitiba (...) Ao finalizar esta, quero mais uma vez externar minhas gratidões eternas e admiração por essa agremiação, a “União dos Gakusseis de Curitiba”, e mil votos para que continuem assim incentivando sempre jovens estudantes que para aí vão em busca de um segundo lar, para a grandeza da “União dos Gakusseis de Curitiba” e de nossa pátria.

Especificamente interessante neste documento é a maneira como o autor da carta descreve a UGC como o “segundo lar” de estudantes interioranos que residem em Curitiba. Chama atenção o tom de regionalismo, e também de nacionalismo, que muito tinha a ver com esta construção da figura do *estudante nissei*, portador de uma cultura específica, mas pronto para contribuir com a modernização do Paraná e do Brasil. Possivelmente, vários destes estudantes londrinenses passaram a integrar os quadros da UGC mais tarde.

Com o crescimento da UGC, indivíduos que planejam a vinda para Curitiba passam a enxergá-la como um ponto seguro para sua possível permanência na cidade,



tanto em termos de alojamento, quanto de envio de informações. É o caso de Paulo Hatsuo Ueno, estudante de Presidente Prudente (SP), que em 4 de junho de 1952 escreve um carta para a UGC:

Pretendo prestar o vestibular (odontologia) no ano vindouro aí em Curitiba, e sem qualquer orientação, porém soube por intermédio de meu amigo Dr. Mitsuo Ogata, que aqui reside, que aí tem uma organização de grandes qualidades em auxiliar os estudantes; Venho por meio desta solicitar a V.S. me fazer o favor de mandar o programa vestibular, se for possível ficarei muito grato.

Na ata da 26ª Sessão, Paulo Hatsuo Ueno foi aprovado como integrante da UGC, concretizando sua mudança para Curitiba. O caso não foi isolado. Cartas enviadas de Assaí e Uraí no Norte do Paraná, ou de Marília (SP) solicitam favores semelhantes.

Nos quatro anos analisados nesta pesquisa, fica claro que a expansão da entidade a partir de comunicação com a sociedade majoritária dependia em grande parte do contato com o movimento estudantil. Era lá que os ugegenses se faziam representar como *estudantes nisseis*, junto a um grupo maior de universitários que ganhava cada vez mais espaço no Paraná. A ligação UGC/Movimento Estudantil se deteriorou posteriormente, e sofreu possivelmente um golpe fatal com o início da Ditadura Militar e o subsequente fechamento UPE. Nos anos 1950 era uma relação estreita, tendo possivelmente seu ápice em 1956, quando Nobutero Matsuda tornou-se o único nipo-brasileiro a ocupar o cargo de presidente da União Paranaense até hoje.

A identidade construída pelos ugegenses não se limitava às fronteiras de Curitiba, abrangia *estudantes nisseis* de todas as partes do Brasil, que em contato com a agremiação reafirmavam sua identificação estudantil e *nikkei* ajudando a expandi-la. Consequências foram sentidas na colônia, quando os novos valores absorvidos na cidade eram passados para os que viviam no interior. Analisarei agora uma pauta que surge no espaço étnico por uma iniciativa progressista dos *estudantes nisseis*, a da entrada de mulheres no ensino superior, a partir da criação de um Departamento Feminino na UGC.

### 2.3 Mulheres da UGC

Na década de 1950, o espaço destinado às mulheres dentro da universidade ainda era muito limitado, mas lentamente começava a se ampliar. Martins apresenta um levantamento apontando que apenas 8,5% das alunas de ensino superior eram mulheres

em 1950. O número sobe para 12,8% em 1960. A presença feminina em universidades era mais significativa nos maiores centros urbanos do país, o que reflete mudanças nos padrões culturais para mulheres e sua entrada no mercado de trabalho. Cada vez mais mulheres conseguiam sair de casa com apoio da família em busca de profissionalização (MARTINS, 1992, pp. 16-17). Constata a autora que na década de 1950, jovens ansiosas e inquietas não aceitavam mais interromper seus estudos e seguir para o altar (MARTINS, 1992, p. 22).

Dentro deste quadro de modernização da sociedade brasileira, as mulheres aumentaram seu acesso ao domínio público, passando a ocupar principalmente profissões que permitissem conciliar trabalho e domínio do lar (MARTINS, 1992, p. 27). A escolha da carreira tinha muita ligação com o que se imaginava ser uma *vocação* específica das mulheres, mais voltadas para lidar com crianças, e portadoras de uma sensibilidade maior. Uma pesquisa da professora Olga Maria Mattar, realizada em 1954, revela o modo como elas levavam a suposta *vocação* em conta no momento da escolha de carreira. As carreiras mais aceitas eram magistério, Farmácia, Medicina, Odontologia, Filosofia e dona de casa, as mais rejeitadas eram Direito e Engenharia. As profissões preferidas são aquelas nas quais as se podiam conciliar trabalho e tarefas domésticas (MARTINS, 1992, pp.30-32).

A pesquisa de Mattar também levou em conta as opiniões de estudantes homens sobre a entrada de mulheres no ensino superior. A autora percebe que de um modo geral havia a percepção de que o papel das mulheres na sociedade estava mudando, porém muitos homens encaravam com receio e constrangimento a presença feminina em um espaço originalmente exclusivo a eles, e terminavam por questionar se isso não constituiria um problema para a estrutura familiar vigente (MARTINS pp. 32-35). A opinião sobre o ingresso de mulheres no ensino superior era fruto de opiniões divergentes como estas duas presentes na pesquisa de Mattar. De um lado a reação negativa “Na sociedade atual a mulher está fugindo de sua verdadeira função na família, assim é que contrata uma empregada para cuidar de seus filhos, se os tiver, e embrenha-se em muitos ofícios que só ao homem deviam pertencer” (MARTINS, 1992, p. 33) e do outro a positiva “Não se admite hoje em dia a mulher como simples dona-de-casa. (...) O verdadeiro papel da mulher, a meu ver, na atual conjuntura hodierna, é de igual plano ao do homem, ressaltando naturalmente as condições intrínsecas do sexo” (MARTINS, 1992, p. 33).

Em seu depoimento registrado para *A força de um ideal*, Américo Sato coloca que antes da fundação da UGC quase nenhuma nissei estudava em Curitiba. Na edição de comemorativa de 40 anos da UGC do jornal *A Voz da União*, Maria Helena Uyeda lista os 27 membros fundadores da entidade, das quais cinco são mulheres (UYEDA, 1989, p. 4). A relação dos quadros sociais de 1952 aponta que do total de 104 integrantes ugecenses pelo menos 15 eram mulheres<sup>22</sup>, representando pouco mais de 14% dos associados. Entre os universitários a porcentagem é um pouco menor (11,4%), eram quatro mulheres em um total 35 indivíduos.

Como mencionei anteriormente, a memória da UGC está muito ligada às figuras dos ex-presidentes, o que acabou nos afastando também das trajetórias femininas na instituição. Na ocasião da publicação do livro *A força de um ideal*, em 1999, a UGC tinha tido uma única ex-presidente mulher, Suely Akiko Ida, na gestão 1993/94. Não é ela a responsável pelo único depoimento feminino presente na obra. Está ali o depoimento concedido pela figura que possivelmente é a maior personalidade da história da associação, Rosa Hatsume Nakahata, a *Madrinha da UGC*. Apesar de ter convivido com vários dos membros fundadores, participado de muitas de suas atividades ainda nos primeiros anos, e contribuído com tarefas como a confecção da flâmula e das bandeiras da UGC, Nakahata não era estudante, e sua participação dentro da entidade se deu em termos diferentes. No recorte trabalhado ela ainda não tinha sido eleita *Madrinha da UGC*, fora então escolhida como madrinha da República Pentágono, fundada junto com a nova sede em 1952.

A luta pela inserção de mulheres no ensino superior foi abraçada pela UGC. A postura de personalidades ugecenses como Américo Sato e Nobutero Matsuda, ambos muito ligados a UPE, foi expressamente favorável à entrada de mulheres nos quadros da entidade, incorporando um valor presente no movimento estudantil curitibano da época. Ao ser levada para dentro do grupo étnico, esta pauta assumiu formas de conflito geracional como expõe Nobutero Matsuda:

(a gente) dizia pro pessoal da colônia “não é só rapazes que devem estudar (...) Até as meninas devem participar, ou estudar curso superior. Então fizemos um movimento inclusive no interior todo, pra que as meninas também estudassem no curso superior. Não ficasse só nos homens. Porque aquela idéia antiga da Guerra, após a Guerra, tinha uma semente muito ruim. Que o pessoal que veio da imigração, eles pensaram exclusivamente em trabalhar bastante aqui, ganhar dinheiro, e retornar pro Japão. Tinham esse

---

<sup>22</sup> Não se pôde identificar pelo nome o sexo de cinco integrantes

pensamento. Então não deixavam, não davam muito valor às meninas, as mulheres estudarem (MATSUDA, 2014).

Em seu depoimento para o livro *A força de um ideal*, Matsuda revela que a defesa destas pautas era questionada por elementos mais velhos do grupo étnico nipo-brasileiro:

Quando fui Diretor Social (Gestão 1951/52) começaram a aparecer umas meninas querendo entrar na escola superior, eu disse “então tá na hora”. Eu organizava bailes na UGC, e convidava as meninas para participar, a japonesada me deu uma bronca “veio aqui só pensar em dançar e não sei o que” (UGC, 1999, p. 91)

O relato inclui a descrição de uma discussão entre o ex-presidente da UGC e um integrante da comunidade na ocasião da visita de uma turma de estudantes do interior do Paraná, que em sua maioria eram mulheres. Um senhor teria questionado o ugecense sobre o fato de estudantes nisseis estarem se relacionando com moças não-descendentes que viviam na cidade, segundo Matsuda o comentário foi “esses moços de hoje saem do interior, vem estudar na capital, depois casam com empregadinha e vão embora” (UGC, 1999, p. 93). Segundo o ex-presidente da UPE, sua resposta foi a seguinte:

“O senhor está errado, o senhor tá vendo um ou outro caso assim que pode acontecer, mas não é normal. O senhor tem que olhar o futuro dessas meninas que estão aí”. Naquela época mulher aprendia a fazer tricô, comida, limpar a casa para casar. Eu disse: “elas tem que estudar, se todas vocês que estão aí vierem estudar no *daigakô*<sup>23</sup> garanto que os nisseis não vão procurar nenhuma empregada, vão casar com essas”. Falei mesmo, elas tem o mesmo direito de estudar “Os senhores tem que pensar um pouco mais pra frente”. Eu abri os olhos dos velhinhos, ficaram tudo com cara murcha, meio brava, mas é verdade, menina não vinha estudar aqui. Era uma ou outra (UGC, 1999, p. 93).

O que na conversa se classifica pejorativamente como “empregada”, provavelmente refere-se às moças da região que não frequentavam a universidade. Para além disso, duas coisas chamam muita atenção no relato. Uma delas é a preocupação que tinham os isseis de que uma vez na cidade, os nisseis poderiam se desintegrar totalmente da comunidade étnica através do relacionamento exogâmico. Quanto a isso, Matsuda, retruca com uma resposta agressiva, dada em tom “progressista”, e também “fala a língua” de seu interlocutor afirmando que a presença de mulheres nisseis na universidade poderia ajudar a garantir o não afastamento dos estudantes da colônia japonesa. O outro é o fato de que esta bandeira da inserção de mulheres no ensino superior era fruto de tensões dentro da colônia japonesa. Assim como na sociedade

---

<sup>23</sup> Em japonês *Daigaku* significa universidade

majoritária brasileira, as percepções sobre a entrada de mulheres no mercado de trabalho estavam ainda em transformação.

Em seu depoimento concedido em função do cinquentenário da UGC, Américo Sato é questionado por uma ugecense sobre a presença de mulheres na entidade à época da fundação. Sua resposta revela muito sobre as preocupações dos pais ao enviarem as filhas para a cidade, e as opções de carreira que estas tinham para seguir:

Não tinha não, muito pouco, sabe por quê? Vou contar a história (inaudível) vou repetir outra vez, todos os pais puxavam enxada, e queriam que o filho estudasse, fizeram um sacrifício muito grande (...) mas pra mandar filha ele queria saber [sobre a] segurança daqui, aonde que vai (ficar), que pensão que vai, casa de quem que vai, o que que vai estudar. Por que muitos japoneses (diziam) médica você? Não, vai ser professora, vai fazer Farmácia, médica não (SATO, 1999).

Como expõe Martins, em um primeiro momento a aceitação do ingresso de mulheres no ensino superior estava muito ligada ao que se julgava ser sua *vocação natural*. Infelizmente, as fontes disponíveis no arquivo da UGC não nos permitem remontar as carreiras das primeiras ugecenses. Uma edição do jornal *A Voz da União* publicada em junho de 1960 é o melhor que se pôde encontrar. Entre as reportagens do jornal está publicada uma relação de nisseis aprovados no vestibular daquele ano. Percebe-se na lista um padrão bastante parecido com o mencionado por Sato e Martins. Um total de 17 mulheres nisseis foram aprovadas naquele ano, sendo o curso de maior entrada o de Farmácia, com um total de seis. Entre os 19 aprovados de medicina, apenas uma era mulher. Uma outra ingressou na Odontologia, de um total de nove. Na Engenharia, nenhuma, entre os sete aprovados. Já em disciplinas voltadas para o magistério como Filosofia, Ciências Sociais, História Natural, História, Geografia, Línguas e Educação Física as mulheres eram maioria, nove dos 14 (UGC, 1960, p. 3).

A questão da “segurança” colocada por Américo Sato relacionava-se com uma das bandeiras centrais da UGC, a dos alojamentos para estudantes. Matsuda relata um episódio em especial no qual “vieram duas irmãs da faculdade aqui, não tinham onde morar. (Uma) pensão assim. Então, me pediram pra que eu deixasse morar na república dos rapazes. Falei ‘não tenham dúvidas, tem um quarto lá que dá pra morar’” (MATSUDA, 2014). O ex-presidente ugecense também menciona que esteve presente na fundação da Casa da Estudante Universitária de Curitiba em 1953.

Maiores detalhes são revelados em uma carta assinada por Nelson Nihomatsu (secretário geral da UGC na época) em 11 de setembro de 1952, enviada à Helena Yoshiko Miura, estudante de Marília (SP), esclarecendo algumas informações sobre o ambiente universitário em Curitiba. No documento, Nihomatsu informa à sua correspondente que “Os cursos mais frequentados por moças são: Filosofia, Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito e Educação Física”. Mas o enfoque deste é a questão do alojamento:

Quanto à hospedagem, tratando-se de moças, constitui-nos sério problema, embora a nossa agremiação só no corrente ano tenha tratado de cerca de 40 transferências e matrículas. Isto por, encaramos este fato de grande responsabilidade, por quanto julgamos ser o ambiente fator de suma importância principalmente para moças. É esta a razão pela qual temos orientado as nossas associadas até agora para os dois Externatos (espécie de Hotel para moças) aqui existentes, ambas organizações católicas, em vez de indicarmos as pensões estudantis de ambiente misto (moças e rapazes) que pensamos ser desaconselhável. Conforme deve ser de seu conhecimento, Curitiba é cidade cuja colônia japonesa é reduzida, motivo pelo qual não existem praticamente os “kishuku-shas”<sup>24</sup>

O documento revela que a “segurança” das moças era uma preocupação dos integrantes da UGC, até por que uma vez que as famílias se sentissem tranquilas, mais delas poderiam ser incentivadas ao ingresso no ensino superior. Fica explícito que na ausência de uma comunidade *nikkei* organizada no meio urbano de Curitiba, a UGC cumpria de fato um papel essencial no alojamento de quem escolhia a capital paranaense como destino. Sobre os mencionados externatos católicos, segundo Martins, estes dispunham de boas condições de moradia, mas eram muito rígidos quanto aos horários e acabavam sendo incompatíveis com a vida estudantil. A autora ressalta que o grande problema das moradias não era a disponibilidade e sim as condições adequadas, sobretudo para moças (MARTINS, 1992, p. 17-18).

Me deterei agora na organização de um espaço para mulheres dentro da União dos Gakusseis de Curitiba. Foi do interesse da UGC abrir o quanto antes seu Departamento Feminino, a exemplo do que já existia na UPE. A questão foi debatida logo na 3ª Sessão da Entidade, em maio de 1950. Consta a ata que “outra proposta do sr. Américo Sato é a criação do Departamento Feminino, porém, decidiu-se que a sua composição seria adiada para outro momento mais oportuno”. O momento chega à ocasião da primeira sessão organizada pela nova diretoria, em março de 1951. A ata da 8ª Sessão Extraordinária registra a criação de vários departamentos, entre eles o

---

<sup>24</sup> Em japonês, *Kishuku-sha* significa *dormitório*.

feminino cuja organização fica a encargo dos diretores do Departamento Social e Cultural. Um ofício emitido pela secretaria no dia 13 de novembro daquele ano informa a que provavelmente é a primeira composição oficial deste departamento. A Diretora era Yukiko Matsuura (conhecida como Nely), a Vice-diretora era Tie Koga, a Tesoureira era Tecla Kagueyama e a Secretária era Consuelo Hissako Takahashi. As três primeiras eram integrantes fundadoras da entidade.

As fontes disponíveis no período não são boas para obter maiores detalhes sobre as atividades exercidas pelo Departamento Feminino da UGC. Começamos pelo Regimento Interno da UGC, anteriormente analisado neste capítulo. A aprovação nos quadros da UGC dependia antes da recomendação de indivíduos já associados, e depois da aprovação da diretoria. No caso de candidatas mulheres o parágrafo único do artigo 3 demonstra que as meninas da UGC participavam ativamente no processo de escolha “As propostas de candidatas femininas serão submetidas à apreciação do Departamento Feminino após o que serão discutidas em sessão da diretoria”. Na verdade esta proposta não estava incluída na versão original, sendo votada pela diretoria na 21ª Sessão, aonde o documento final foi aprovado. A autonomia na escolha de novas integrantes denota que elas também participaram da construção de um tipo ideal de associado, que casasse com a figura do *estudante nissei*.

Ainda que nas atas de reunião o DF esteja entre os mais citados, ainda é pouco para desvendar quais eram suas bandeiras ou realizações em concreto. Neste tipo de documento os acontecimentos são colocados de maneira direta, servindo apenas como um breve registro daquilo que foi discutido. Mesmo com este empecilho, podemos perceber que as atividades promovidas por elas eram muitas. Por exemplo, na ocasião da 26ª Sessão, em agosto de 1952, o Departamento Feminino ganhou dois votos de louvor, um pela atuação na organização de um baile patrocinado pela UGC, o outro “pelo espírito de solidariedade quando da visita ao hospital N.S. da Luz”.

A ata de uma reunião realizada pelo Departamento Esportivo revela uma forte ligação deste com o Feminino. No início da Terceira Reunião, realizada em 30 de maio de 1953, o secretário registra que Stela Okabayashi informou que “o Departamento Feminino nos dará inteiro apoio nas ocasiões em que dele precisarmos”. A ata continua trazendo mais informações sobre as atividades das mulheres, como a do dia 23 daquele mês, quando os jogadores da equipe de beisebol tiveram de assinar um “termo de

responsabilidade”, pois o Departamento Feminino estava organizando uma “festa social” e no dia seguinte o time entraria em campo, podendo sair prejudicado caso os jogadores se excedessem nas festividades.

A mesma ata informa que as moças ajudariam na organização de um baile caso o título de beisebol de Curitiba viesse parar na sala de troféus da UGC, o que de fato aconteceu, ainda que não se volte a registrar nada sobre isso. A reunião revela que as meninas auxiliaram o time de beisebol na venda de um “Compendio de Torcidas”, provavelmente se um documento de apoio à equipe.

O grande problema ao analisarmos a atuação do Departamento Feminino da UGC no período recortado é que não foram encontradas fontes escritas produzidas por mulheres. O que em grande medida se dá pelo fato de que elas não tiveram espaço nas composições de diretoria. Ainda que duas integrantes do fossem enviadas às reuniões de diretoria, o livro que registra as reuniões entre 1950 e 1952 não contém muitas colocações feitas por mulheres nestes encontros. Quase sempre, falavam sobre relatórios de atividades que os secretários não detalhavam no documento. Sonoko Yoshiyassu foi a primeira mulher a participar de uma diretoria, ocupando o cargo de 2ª secretária, o que aconteceu apenas na gestão de 1954/55. Não há por que acreditar que em outras entidades estudantis elas tinham mais espaço. O fato é que nos primeiros anos de UGC, o Departamento Feminino parecia estar entre os mais ativos, e mesmo assim pouco se pode encontrar sobre a sua atuação.

Em uma análise sobre o Movimento Estudantil, Paula afirma que por princípio, o ME é uma instância de luta contra privilégios e em prol da democratização do acesso de ensino, se contrapondo ao papel legitimador das desigualdades sociais desempenhado pela Universidade. Porém, uma vez inserido em uma sociedade e em uma universidade desigual, o ME tende a reproduzir em seus quadros esta desigualdade (PAULA, p.2). Esta constatação combina com minha conclusão sobre a participação das mulheres nos primeiros anos de UGC. Um trabalho à altura da contribuição delas com a entidade ainda está por ser escrito. É verdade que eram minoria ampla no início, mas é verdade também que nunca deixaram de participar ativamente do cotidiano da associação, desde a sua fundação, contribuindo com boa parte das realizações da entidade e animando seu ambiente social.



Quanto à postura dos líderes ugegenses desta época, podemos qualificá-la como progressista, no sentido de que atrair mulheres para os quadros era uma pauta que defenderam no interior de um espaço étnico muito ligado ao meio rural, que seguramente era bem mais conservador que o ambiente frequentado pelos estudantes. Era uma atitude ousada, que pelos relatos causou tensão entre *estudantes nisseis* e o resto da colônia. As mesmas lideranças se mostram também preocupadas em promover a organização de um Departamento Feminino, que certamente era parte integrante da construção da identidade do *estudante nissei*, conectando a estrutura da agremiação com as demandas da mocidade contemporânea. Uma vez organizadas neste espaço, elas passaram a atuar de maneira independente, mas acabavam por não ocupar os cargos de maior relevância política na entidade.

#### 2.4 O *Manifesto* da UGC

Ao fechar-se para dois lados, a UGC estava exposta a críticas tanto da comunidade *nikkei* quanto do restante sociedade brasileira. Seus integrantes tinham consciência disso, motivo pelo qual, sobretudo em nas primeiras reuniões, a cautela era visível antes da tomada de decisões, desde a avaliação dos resultados de um piquenique, até a aprovação dos estatutos ou a entrada de novos sócios. Ainda que com sua fronteira étnica mantida, a UGC tinha excelentes relações com as demais entidades estudantis. Dentro da colônia, suas pautas progressistas geravam certa tensão, mas o papel que a entidade cumpria ao acolher os nisseis que vinham para a capital e representar toda a comunidade no meio público da cidade falava mais alto, dando a ela uma excelente reputação entre os nipo-brasileiros. A conquista desta imagem ajudou a UGC a expandir seus quadros e ampliar o leque de suas ações. Olhando para as realizações da entidade em 1952, percebe-se o quanto as ambições tinham mudado em comparação a 1950.

A crítica mais pesada enfrentada pelos ugegenses neste período vem no final de 1952. Não foi feita nem por nacionalistas não-*nikkeis*, nem por conservadores da colônia japonesa. Foi promovida por um grupo de nipo-brasileiros que defendia a integração na sociedade brasileira. A resposta dada pela UGC foi igualmente firme, e fez com que a entidade batesse o pé no chão, reafirmasse sua identidade para seus integrantes e para o grupo étnico, e demonstrasse que a cautela dos primeiros dias tinha ficado para trás. O episódio é excelente para observar a percepção que os ugegenses tinham de si mesmos como coletivo.

A polêmica tem suas origens em agosto de 1952, quando a UGC é convidada por um grupo curitibano chamado *Sogô Nihonkin-kai*<sup>25</sup> para ajudar na recepção de Kosho Otani, um abade-mor japonês que passaria pela cidade. Os ugecenses montaram uma comissão para representá-los naquele momento, como era de costume da associação quando personalidades japonesas visitavam Curitiba. A diretoria tinha assinava jornais e publicações científicas que ficavam disponíveis na sede para os estudantes que quisessem lê-las. Entre estas publicações estavam jornais nipo-brasileiros de grande circulação dentro da colônia, como o *Nippak Shimbun* e o *Jornal Paulista*. E é exatamente do segundo que veio uma forte acusação contra a UGC, no entendimento dos redatores deste jornal a agremiação como um *quisto étnico* na capital paranaense, exatamente por atender a atividades como a da recepção ao abade-mor.

A publicação saiu em uma edição do *Jornal Paulista* do dia 29 de outubro de 1952, e foi discutida pela diretoria em reunião na última sessão daquele ano, a 31ª, realizada no dia 7 de dezembro. Não tive acesso ao que foi publicado pelo *Jornal Paulista*, mas a ata da 32ª Sessão esclarece o ocorrido “o colega Queenti Matsura diz que foi numa das reuniões culturais com o sacerdote Otani que surgiu essa questão, mas que é do conhecimento de todos que ninguém tocou no que o Jornal Paulista disse”. A reação da direção da UGC foi de insatisfação:

passou-se então a leitura de um artigo publicado no Jornal Paulista do dia 19 de novembro do (mês) passado o qual atacava a nossa agremiação, e cuja leitura e tradução para o Português foi feita pelo colega Kozo Kasai. Após a tradução do mesmo, o plenário indignado fazia críticas severas contra esse artigo, dizendo que o mesmo só continha inverdades

A reação inicial foi de susto. A UGC acusada de enquistamento, apesar de todo o esforço que a se fazia para demonstrar o contrário? A situação torna-se mais interessante ao apontarmos os autores desta crítica. O *Jornal Paulista* foi fundado no dia 1º de Janeiro de 1947, com o intuito de divulgar a derrota do Japão na Guerra, e “abrir os olhos” dos *nikkeis* para a uma “nova realidade” que os aguardava (HUCITEC, 1992, p. 363). Entre seus fundadores, estão dois integrantes de um extinto grupo que já foi citado anteriormente neste trabalho, a *Liga Estudantina Nipo-Brasileira* (LENB).

Em *Uma Epopeia Moderna* (1992), José Yamashiro e Hideo Onaga dão depoimentos sobre sua atuação na LENB e no Jornal Paulista. Ao comparar a redação do *Jornal Paulista* com o *Transição* (jornal publicado pela LENB nos anos 1930),

---

<sup>25</sup> *Nihonjin-kai* em japonês significa Associação de Japoneses

Onaga revela que “Não foi propriamente uma continuidade, mas as ideias defendidas no *Transição* foram defendidas no *Jornal Paulista*, e fomos um pouco adiante e aí foi uma briga danada” (HUCITEC, 1992, p. 187). José Yamashiro complementa com uma fala que pode estar reportando o episódio aqui analisado

O Hideo e eu acreditávamos que já havia passado o período de transição para os estudantes, filhos de japoneses aqui nascidos. Por isso, eles deveriam agir em tudo como brasileiros. Já não havia a necessidade de formar agremiações estudantis exclusivistas, somente com nisseis. Combatíamos tais agrupamentos (HUCITEC, 1992, p. 187).

As críticas não se limitavam à UGC, a ACE Piratininga também foi alvo delas. Segundo Keitaro Yaginuma, integrante da associação paulistana nos anos 1950 as opiniões contrárias vindas de outros nisseis (provavelmente os do *Jornal Paulista*) eram constantes:

Sempre estavam nos criticando através dos jornais, dizendo que nós, do Piratininga, formávamos uma espécie de quisto racial. Fomos combatidos barbaramente por estes elementos (...) Fomos mal-entendidos com as nossas atividades, cujo objetivo era ajudar os nisseis a enfrentarem ou se encaixarem na sociedade brasileira” (OI, 2005, p. 83).

Apesar de também serem nisseis, os redatores do *Jornal Paulista* eram de outra geração, e atuaram como órgão estudantil em um contexto diferente da UGC. Sua experiência no período da Segunda Guerra Mundial e do Pós-Guerra foi muito diferente em relação à dos nisseis aqui estudados. Nos anos 1930, a LENB fazia uma árdua defesa de sua brasilidade de maneira muito mais intensa que a UGC ou a ACEP, organizações que se voltavam antes para uma adaptação ao meio urbano. Quinze anos mais tarde, muito tinha acontecido, os *nikkeis* viveram seus piores momentos no Brasil com repressão violenta e sistemática do Estado e um conflito interno com requintes de Guerra Civil após 1945. De todas as formas, não deixa de ser icônico que os pioneiros de um associativismo estudantil étnico nipo-brasileiro, que objetivavam também encontrar-se com sua brasilidade etnicizada, sejam no pós-guerra os maiores críticos de associações com um perfil parecido. Não é absurdo imaginar que os fundadores da UGC não apenas tinham conhecimento pleno do que fora a LENB, como tenham também se inspirado nela para definir algumas de suas bandeiras. O fato de o primeiro jornal da *Liga Estudantina* chamar-se *O Gakusseï* quem sabe seja evidência.

A reação da UGC não foi por isso menos contundente. A direção não se intimidou e partiu para o ataque, visando manter a reputação conquistada ao longo de dois anos. Em dezembro de 1952, a entidade já estava à frente da organização da

*Comissão da Etnia Japonesa para os Festejos do Centenário de Emancipação do Paraná*, algo que será analisado no próximo capítulo. Vale dizer agora, que ocupando uma posição de destaque, não era a hora para a UGC ter sua imagem manchada por críticas de enquistamento. Yoshikiti Kanashiro tinha consciência disso, como registra o secretário em uma de suas falas na ata 32ª Sessão:

a comissão da UGC encarregada dos festejos do Centenário não deve se constranger perante a crítica de um jornal sem representação e um redator retrógrado por que no futuro quem trabalhará para o Brasil é o elemento “nissei”. Por outro lado não devemos desprezar os nossos pais, o que queremos é uma aproximação e cooperação dos elementos japoneses com o governo para maior progresso do Brasil

A percepção é de que a defesa da entidade deveria passar pela reafirmação da brasilidade de seus elementos, mas sem negar a ligação étnica que tinham os ugegenses com seus pais. Nada muito diferente daquilo que a LENB defendia anteriormente. O escudo utilizado foi o estatuto da UGC, como registra a ata da mesma sessão na sequência “Usa da palavra em prosseguimento o colega Luiz K. Itokazu que ressalta o valor de preâmbulo dos Estatutos da agremiação, dizendo que o mesmo é um argumento decisivo e irrefutável para desmentir os ataques lançados contra a UGC”. A seguir, Queenti Matsura completa a ideia propondo que “seja lançado um manifesto da diretoria, assinado por todos os membros diretores, não usando contudo neste manifesto de termos grosseiros para com aqueles coitados do Jornal Paulista, o que foi acatado por todos”. Kanashiro complementa ressaltando que “devemos manifestar mostrando assim o nosso espírito patriótico”. Foi eleita uma comissão para se encarregar especialmente das deliberações tomadas ao fim da 32ª Sessão que foram:

- 1) A diretoria redigirá um manifesto assinado por todos os membros da mesma bem argumentado (estatutos, afinidades, etc) e o publicará em todos os jornais da colônia, inclusive no Jornal Paulista.
- 2) Os associados poderão publicar artigos individuais refutando o Jornal Paulista, mas os autores deverão consultar a opinião dos demais colegas para não se contradizerem.
- 3) A UGC convidará não associados para captar-lhes as opiniões

Através do advogado Kiyossi Kanayama, a UGC emitiu um ofício ao Jornal Paulista, informando que pelo Decreto-Lei 24.776, estava o periódico obrigado a publicar em sua coluna o *Manifesto* redigido pelos *Gakusseis*. Determina esta lei que “Art. 1º Em todos os assuntos é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que êste decreto prescreve.”. A pasta onde se encontra o *Manifesto* redigido pela direção da UGC demonstra o quão importante era a questão para a entidade. Várias

versões em português e japonês estão arquivadas, fossem manuscritas ou datilografadas. Redigida oficialmente no dia 12 de dezembro de 1952, a defesa da agremiação optava por bater na tecla da pluralidade de seus quadros:

A “União dos Gakusseis de Curitiba” (U.G.C.), tendo em vista dissipar qualquer falsa interpretação que, a respeito de suas atividades, possa decorrer de artigo publicado pelo “Jornal Paulista”, em seu número de 19 de novembro próximo passado, vem apresentar ao público o presente manifesto.

O artigo da redação do citado jornal é inteiramente infundado, sobretudo no que toca à organização desta entidade (que afirma ser composta exclusivamente de descendentes de japoneses) e aos desentendimentos que a atitude da UGC (que o jornal declara ser inspirado no espírito de segregação racial) teria causado no seio da sociedade em geral.

É possível que a má interpretação do “Jornal Paulista” seja resultante do fato de o mesmo desconhecer as atividades, os ideais e as finalidades da U.G.C., mas, de qualquer modo, cumpre que a verdade seja restabelecida. Não resta dúvida alguma de que esta associação tem dado rigoroso cumprimento ao artigo 1º dos estatutos (...)

Por outro lado, não ocorre qualquer mau entendimento entre a sociedade em geral e a U.G.C. e, muito menos, em virtude de pretensa segregação racial, sendo suficiente recordar as relações cordiais que unem esta associação às suas congêneres do Paraná, e o apoio que tem recebido da parte de autoridades governamentais. (...)

A U.G.C. não deseja, com este manifesto, dar motivo a polêmicas, mas tão só retificar, considerando a gravidade das injustas críticas do “Jornal Paulista” feitas a toda uma agremiação, as inverdades oriundas da má interpretação.”

O artigo inicial do estatuto (apresentado no início deste capítulo) foi a defesa ideal. Tinha um teor estratégico de combater exatamente este tipo de acusação. Estratégica também foi a atitude da UGC de incluir em todas as suas composições de diretoria no recorte trabalhado ao menos um não-descendente. No quadro social de 1952, ano em que o *Manifesto* foi redigido, apenas cinco dos 104 integrantes da associação não tinham origem japonesa. Dois anos depois os não-descendentes eram 14 de 135 integrantes, crescendo em quantidade e proporção. Se presença deles no interior da associação cumpria um importante papel tático, não há dúvidas era mais do que um escudo contra possíveis ataques.

Entre 1949 e 1953, ao menos dois integrantes não-nisseis cumpriram um papel politicamente importante na instituição, Walter Sá Pinto e João Douglas dos Santos. O primeiro ocupou um dos principais cargos da diretoria na gestão 1952/53, o de Diretor Esportivo. O livro de atas mostra que Sá Pinto fazia por merecer seu posto, dava opiniões quase todas as reuniões, lançava propostas inovadoras para a associação (como a criação de um cursinho de japonês) e não se abstinha de enfrentar a direção quando necessário. João Douglas dos Santos aparece também com alguma constância, e como

anteriormente abordado, foi o encarregado de escrever um poema para a revista *Paraná Universitário*, em homenagem a Mário Utiyama. Os ugegenses tinham sim razões para estarem incomodados com a acusação feita contra eles.

A 31ª Sessão foi a última do ano de 1952, e a repercussão do episódio está relatada na ata seguinte, em 22 de março de 1953, depois que as atividades universitárias são retomadas. Queenti Matsura, presidente da comissão encarregada de redigir o *Manifesto* é quem apresenta os efeitos de sua publicação, o que é relatado pelo secretário na ata:

Foi publicado um manifesto em todos os jornais da colônia e junto ao manifesto foi remetida uma carta ao referido jornal solicitando por lei a publicação do manifesto. Logo após a publicação, os jornais nipo-brasileiros aproveitando em termos pouco lisonjeiro com o Jornal Paulista, combateu-o, sendo também publicado no Nambei- Jiji e na venda, artigos fortes (...) Leva também ao conhecimento da diretoria o recebimento de uma carta diretamente da redação, dizendo que se a UGC não contivesse nada de verdade do que foi dito, não haveria nada a temer e que era uma evidente que não teria responsabilidade do que havia publicado (...) explica ainda o colega orador que todos os jornais estavam do lado da UGC e o Jornal Paulista na coluna intitulada Hyde Park, não tendo onde se apoiar para criticar a nossa agremiação, criticou o termo UGC e que pelo texto mostra a infantilidade do autor em criticar o nome da agremiação

O resultado deste debate não parece ter sido positivo para o *Jornal Paulista*, que passou a ser questionado por outros órgãos da imprensa *nikkei*. À parte disso, a publicação não muda de ponto de vista e continua a se defender. Ao que parece, os redatores do *Jornal Paulista* discordam de mim ao considerarem a UGC uma entidade segregadora, mas concordam comigo ao identificar que é no nome da associação que está marcada sua fronteira étnica. A avaliação que a direção *Gakussei* faz do episódio é positiva, e o resultado a fortaleceu dentro do espaço étnico:

Afim de não despertar polêmica, a comissão deu por encerrada a questão. Diz que a comissão agiu da melhor forma possível e organizou um álbum de recortes dos jornais, o qual está nas, ou melhor, no poder do colega presidente e que devido a atitude magnânima a UGC aumentou o seu prestígio (...) O colega Kozo Kassai disse que vários elementos de S. Paulo que acompanharam de perto o desenrolar dos acontecimentos aplaudiram a atitude severa da UGC. (...) O orador esclarece ainda que não fez nenhuma defesa da UGC no Norte do Paraná, e que todos estavam indignados com o jornal, tendo ele palestrado com o Frei Bonifácio, tendo este último ido até a redação do Jornal Paulista com o artigo na mão para protestar

Pelo que a ata informa, a UGC teve apoio da maioria dos *nikkeis* tanto no Norte do Paraná quanto em São Paulo, e até mesmo um frei de origem não-nipônica entra na contenda para defendê-la. O que chama a atenção neste balanço final do caso é o

tamanho de sua repercussão. São citadas figuras de São Paulo e Paraná, os dois Estados de maior comunidade japonesa no Brasil e diversos órgãos de imprensa nipo-brasileiros. A UGC adotou postura firme em um episódio que poderia ter custado o seu crédito no espaço étnico, enfrentando um dos mais influentes jornais da colônia japonesa. Saiu vitoriosa. Reafirmou a identidade de *estudante nissei* por ela promovida, uma identidade que mantinha as ligações com a comunidade, mas que era plural, progressista e diversa.

### CAPÍTULO 3: A UGC E A COLÔNIA

FIGURA 2 – Integrantes da UGC com uniforme de beisebol



Fonte: UGC, 1999, p. 91

A União dos Gakusseis de Curitiba tinha como um de seus principais objetivos a integração de nisseis na sociedade brasileira. Isso é em absoluto uma afirmação verdadeira, e outras associações de nisseis também o fizeram de diferentes maneiras. O que não se pode deixar escapar é que para a entidade, a colônia jamais deixou de estar entre suas prioridades, também fazendo parte deste projeto.

Ruth Cardoso menciona que no pós-guerra, há uma perda de prestígio dos issei dentro da comunidade, e os nisseis passam a tomar a liderança dela (CARDOSO, 1973, p. 322). Esta liderança tem relação direta com o abasileiramento da nova geração, que dispõe de mais facilidade para interagir com a sociedade, e têm nas associações um apoio para adaptar-se a ela. Ao abasileirarem-se, estas entidades não visam um rompimento com a colônia, sua atuação pode ser interpretada como uma tentativa de aumentar o prestígio de todos da colônia, ao representá-los no domínio público (CARDOSO, 1973, p. 336).

Cardoso afirma que os clubes nisseis cumprem um papel de formadores de opinião entre os nipo-brasileiros, e que ao constituir um espaço étnico em particular fazem com que seus integrantes mantenham-se comprometido com valores ligados à colônia (CARDOSO, 1973, p. 338). Apesar de pertencerem a uma *unidade de geração* diferente da de seus pais, os *estudantes nisseis* compartilhavam com eles um sentimento de comunidade. Segundo Benedict Anderson, todas as comunidades maiores que aldeias



de contato direto são *comunidades imaginadas*. Sendo elas *imaginadas*, a maioria de seus membros jamais se conhecerá pessoalmente, mas em suas mentes todos eles vivem em comunhão. Independente da desigualdade ou exploração que possam prevalecer em cada caso, a comunidade se concebe sempre a partir de um companheirismo profundo e horizontal (ANDERSON, 1993, p. 23-25). Para a UGC, colônia japonesa é esta *comunidade imaginada*.

Referências à *colônia japonesa*, nestes exatos termos, são recorrentes nos documentos produzidos pela UGC. Os contatos com indivíduos e entidades de outras cidades, ou com elementos residentes em Curitiba, mostram que ainda que existissem associações dos mais variados tipos, ou ideias diferentes de como os nipo-brasileiros deveriam se integrar-se no Brasil, havia o sentimento de pertença a um mesmo grupo, e o espaço no interior do qual se davam as relações de seus integrantes é o que se chama de *colônia*.

Ruth Cardoso em seu estudo sobre associações nisseis, em 1953, constata que seus valores tendiam a “ocidentalizar-se” – colocando este termo no mesmo sentido que “abrasileirar-se” – e nestes espaços, os que não eram “ocidentalizados” acabaram se tornando um empecilho, uma vez que seu comportamento refletia uma série de práticas consideradas estranhas para a sociedade como um todo. Por isso a necessidade de discutir temas como higiene, mentalidade feminina ou aumento do grau de instrução (CARDOSO, 1973, p. 341). A autora percebe dentro das associações de nisseis uma tentativa de renovar valores de todos os *nikkeis*. A necessidade dessa renovação identitária surge a partir de uma trajetória de estigmatização, que começa no ainda antes da chegada dos primeiros imigrantes.

### **3.1 Uma trajetória de estigmatização**

Segundo Erving Goffman, um estigma é um atributo que torna um indivíduo “estranho”, diferente dos outros com os quais convive, transformando-o em alguns casos em uma “espécie menos desejável”. Configura-se especialmente quando este atributo que o diferencia dos demais gera um grande descrédito, e passar a ser tido como defeito ou desvantagem (GOFFMAN, 2004, p. 6). Para o sociólogo canadense, o estigma é um atributo depreciativo que deve ser entendido a partir de uma linguagem de relações, pois aquilo que estigmatiza um indivíduo reforça a “normalidade” de outro. Encontra ele três tipos essenciais de estigmas, abominações do corpo (deformidades

físicas), culpas de caráter individual (crenças e atitudes pessoais), e estigmas de raça, nação e religião (GOFFMAN, 2004, p. 7).

A estigmatização da figura do imigrante japonês, transferida aos seus descendentes, tem uma formação histórica de longa data na sociedade brasileira. Entre os grandes grupos de imigrantes no Brasil da primeira metade do século XX, o dos nipônicos foi o que mais resistência enfrentou na elite nacional, uma vez que sua chegada era considerada fator complicador na formação de um indivíduo tipicamente brasileiro. Nas primeiras décadas do século XX, a ideia de que o Brasil só podia se modernizar se fosse essencialmente “branco” encontrava fundamentos em ideias eugenistas que vigoravam na época, e misturavam-se com argumentos racistas e xenófobos gerando um ambiente que legitimou políticas e ideais que chegaram a picos absurdos de repressão e preconceito.

Em 1908, ano da chegada do navio Kasato Maru, que trouxe os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil, o debate sobre a pertinência da vinda deste grupo para o país já estava ocorrendo. No jornal curitibano Diário da Tarde, um artigo que data de 6 de julho daquele ano revela muito sobre as percepções imaginadas que os brasileiros tinham dos japoneses

julgamos a imigração japonesa perniciosa, por muitos motivos, preferendi (sic.) os contingentes alemães, italianos, polacos, holandeses, etc. Não parece dúvida que o japonês é de rija têmpera e excelente trabalhador, incansável e sóbrio. Mas precisamente por essas virtudes é que ele se torna fator nocivo, visto como, aberta a concorrência, os operários de outras raças não podem com ele competir. *Ao invés de ser elemento de progresso e concórdia, torna-se elemento perturbador e perigoso mercê principalmente da dificuldade de adaptação* (SETO;UYEDA, 2002, p. 45)

Dois dias depois, o mesmo jornal publica mais um artigo sobre o tema, desta vez adotando um tom mais agressivo. O título *Japonezes, raça fisicamente ridícula* fala por si próprio. O artigo não expõe apenas um racismo escancarado. Mais uma vez, se passa a ideia de que os imigrantes japoneses seriam um risco para elementos nacionais por se tratar de um grupo supostamente ultraproductivo. Segundo o autor, aonde se instalassem imigrantes japoneses “vai ali estabelecer-se em proveito dos fazendeiros uma concorrência esmagadora para todos os que ali labutam e que em breve terão que recuar aos últimos limites da miséria” o que tornaria este grupo “um inimigo muito mais terrível do que vulgarmente se pensa” (SETO;UYEDA, 2002, p. 47). Argumentos que explicitavam um temor em relação a japoneses devido a sua suposta eficiência extrema

e que colocavam este povo como eugenicamente inapropriado conviviam lado a lado, tendo como pano de fundo o discurso da formação da identidade nacional:

Que raça será a nossa no futuro se nós saturarmos de imigração japonesa? Ou eles se radicam no Brasil pelos laços familiares e serão então um imenso aparelho sugador, transportando para a pátria deles riquezas consideráveis ou cruzam imprimindo na nossa raça os característicos deles, que com franqueza, não são grandemente apreciáveis (...) Nós como nosso tipo nacional já bastante minguido, que híbrido iremos produzir cruzando-o com uma raça fisicamente ridícula? A saúde, a beleza e a força não são ornamentos dispensáveis (SETO; UYEDA, 2002, pp. 47-48).

O medo de um complô contra o Estado brasileiro também existia bem antes da Segunda Guerra Mundial, e se misturava estranhamente com uma espécie de admiração pela capacidade de trabalho relacionada ao povo japonês.

Segundo Jeffrey Lesser, “Os imigrantes japoneses, ao contrário dos chineses e dos árabes, levavam consigo o lastro de serem uma potência mundial” (LESSER, 2001, p. 159). Afirma o historiador estadunidense que no Brasil existia um discurso de temor envolvendo a chegada destes elementos, que era combinado com um desejo de reproduzir no país o avanço social e tecnológico do Japão (LESSER, 2001, p. 159). Os defensores da imigração japonesa não eram poucos, seu discurso “sugeriu que os imigrantes japoneses levariam o Brasil a uma situação de poderio econômico e militar, por meio da recriação da sociedade homogênea que se acreditava existir no Japão” (LESSER, 2001, p. 162) e muitas vezes eram combinados com o argumento de que o povo japonês se assemelhava com os indígenas e teria por isso facilidade em se adaptar ao ambiente nacional. Segundo Carneiro:

O imigrante japonês era bem vindo desde que se integrasse às regras impostas pela sociedade brasileira. No primeiro momento foi inoportuno pela sua raça, durante a Segunda Guerra mundial pelo “exotismo” de sua identidade e a suposta ligação irrefutável com o Japão imperialista. Foi duplamente estigmatizado, por ser “perigoso à composição racial da população ou por colocar em perigo a segurança da Nação.” (CARNEIRO, 2010, p. 65).

Após uma experiência mal sucedida em um primeiro momento, a imigração nipônica muda de perfil a partir da segunda metade dos anos 1920. O governo do Japão passa a tutelar a chegada de imigrantes e subsidiar companhias de imigração, visando facilitar a adaptação dos seus conterrâneos ao Brasil. Somando-se isso a necessidade de mão de obra, ao fato de que boa parte dos países das Américas já tinha proibido a entrada de nipônicos e à diminuição dos fluxos de imigração europeia, o número de japoneses no Brasil cresce enormemente entre 1924 e 1935. Considerando que o fluxo

de imigração japonesa no Brasil começa em 1908 e termina na década de 1960, 67,1% do total de nipônicos que vieram ao país chegaram entre 1924 e o início da Segunda Guerra Mundial (SAKURAI, 2000, p. 52).

A discussão sobre a imigração japonesa ganha nos anos 1930 uma grande repercussão no espaço público. O ápice destes debates acontece na Constituinte de 1934, onde deputados como Artur Neiva, Miguel Couto e Xavier de Oliveira se lançaram em uma campanha que objetivava fechar definitivamente as portas do Brasil para japoneses. Não obtiveram sucesso total nesta empreitada, mas a aprovação da *Lei de Cotas* que estipulava “o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei” (GERALDO, 2009, p. 176) pode ser creditado a eles como uma vitória.

Promulgada em um momento de pico da entrada de japoneses no Brasil, a lei é uma tentativa de estancar esta corrente migratória. Os argumentos utilizados para fechar as portas para asiáticos ajudaram a legitimar ainda mais os estigmas já existentes. A ideia de *Perigo Amarelo*, pautada na noção de que os imigrantes japoneses estariam armando um complô contra o Estado brasileiro foi destaque nos discursos dos anti-nipônicos, e ganhava mais fôlego à medida que a postura imperialista do Japão na Ásia se intensificava. O *japonês* era tido como fanático, inassimilável e problemático para o tipo nacional.

As campanhas de nacionalização do Estado Novo intensificam ainda mais a tensão social nos núcleos de imigração japonesa. A proibição de escolas e imprensa em língua estrangeira afetou enormemente o cotidiano da comunidade. Segundo Carneiro, sob a justificativa de “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país” o Estado legitimou uma série de práticas autoritárias ao longo da primeira metade do século XX, intensificadas no período Vargas (CARNEIRO, 2010, p. 75). Segundo Lesser, o Estado Novo, de inspiração fortemente nacionalista “buscava proteger a identidade brasileira da intrusão das etnicidades, eliminando os elementos mais emblemáticos das culturas imigrantes” (LESSER, 2001, p. 230).

Tudo isto se somava ao crescente afastamento diplomático de Brasil e Japão, e tomará proporções ainda maiores com o início da Segunda Guerra Mundial, momento

no qual o fluxo de imigrantes japoneses no Brasil será de fato interrompido pelas circunstâncias externas. Com a entrada do Brasil no conflito ao lado dos “Aliados” em 1942, as medidas de repressão entram em uma nova fase, e a opinião pública volta-se de vez contra os imigrantes japoneses, encarando-os como um elemento traiçoeiro pronto para entregar o país que os acolheu ao lado inimigo.

Segundo Cytrynowicz, “a Segunda Guerra Mundial é efetivamente o marco mais importante – e trágico – da história dos imigrantes e da comunidade japonesa no Brasil, dividindo-a em um antes da guerra e um depois” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 140). Para o historiador, ainda que alemães e italianos – assim como os japoneses – tenham sofrido com medidas do Estado Novo como proibição da utilização do idioma materno no espaço público, expulsão do litoral brasileiro (considerado área de segurança nacional), desapropriação e confisco de bens, necessidade de salvo-conduto para deslocar-se e perseguição sistemática do Estado, foram os nipônicos o grupo étnico mais afetado no período da Guerra, pois ela:

foi vista como uma oportunidade para combater os imigrantes considerados não-brancos. A classificação de “amarelos” talvez seja a mais sintomática categoria a que os japoneses foram (e são) submetidos, porque o ideal de branqueamento da sociedade brasileira prometia, em uma escala triangular do preto ao branco, que um dia todos ficariam brancos (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 154)

A conclusão da análise de Cytrynowicz sobre a situação dos imigrantes japoneses no Brasil à época da Segunda Guerra Mundial é a de que:

o front interno significou perseguição, racismo, opressão cultural, fechamento de escolas e de jornais, expulsão de suas casas e desapropriação de propriedades. Significou a desestruturação de uma comunidade e de seus valores, acirramento no conflito de gerações, significou uma imposição de patriotismo pífio contra pessoas que tentavam reconstruir suas vidas em meio a uma cultura estrangeira. (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 170)

Estudos e relatos costumam apontar que a tensão social dos tempos de Estado Novo e Segunda Guerra Mundial foi menor no Paraná do que em São Paulo, menor ainda em Curitiba, onde não existia uma grande comunidade japonesa. Se nos basearmos no livro *Ayumi – caminhos Percorridos*, que resgata por relatos e documentos a construção de uma comunidade étnica nipo-brasileira na capital paranaense, podemos perceber que as consequências na capital paranaense não foram pequenas.

Em 1939, a colônia japonesa de Curitiba começa de fato a sentir o efeito das políticas do Estado Novo, quando ocorre o fechamento da única escola japonesa da cidade (SETO;UYEDA, 2002, p. 208). Ainda assim, em 1941, se estabelece um consulado do Japão, provavelmente destinado a representar o crescente número de imigrantes japoneses que chegava ao Paraná. Este consulado ajudou a transformar o *Nihonjin Kurabu*<sup>26</sup>, única associação *nikkei* curitibana, em uma entidade maior e mais organizada chamada *Rengo Nihonjinkai*<sup>27</sup>. Segundo Seto e Uyeda ainda em 1941 o consulado passou a ser vigiado pela polícia (SETO;UYEDA, 2002, p. 219-224), prenúncio do ano que seria marcado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra contra os países do “Eixo”.

Em 1942 tem início uma sequência de novidades desagradáveis que recaíram sobre os *nikkeis* durante toda a década de 1940. Ao entrar no conflito, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Japão. Os representantes do governo japonês no Brasil são considerados “prisioneiros de guerra” e o consulado é rapidamente desmantelado após dez meses de existência, bem como a *Rengo Nihonjinkai* (SETO;UYEDA, 2002, p. 227). Em Antonina, os imigrantes japoneses, oficialmente tachados pelo DOPS de “súditos do eixo”, são forçados a retirar-se de suas casas, marcando o final da existência da primeira colônia japonesa no Paraná (SETO;UYEDA, 2002, p. 237-240). Os episódios de tensão na região de Curitiba registrados neste ano são diversos, passam pela perseguição policial de imigrantes pelas ruas, rejeição sistemática dos habitantes locais, que se utilizavam de insultos como “quinta-coluna” para ofender imigrantes e seus descendentes, e até mesmo a destruição de um restaurante e uma mercearia cujos proprietários eram imigrantes japoneses, perpetrada por grupos de civis. (SETO;UYEDA, 2002, p. 229-233).

No entorno de Curitiba, foi instalada a Granja do Canguiri, para onde foram encaminhados alguns dos imigrantes expulsos do litoral paranaense. Segundo Seto e Uyeda, o local se assemelhava a um campo de concentração aonde:

Semanalmente chegavam vários estudantes premiados para ver a triste vitrine de demonstração de poder das autoridades paranaenses. Eles se divertiam fazendo gozações com os nipônicos e seus descendentes brasileiros. Invariavelmente os estudantes curitibanos, em atitude de chacota, ofereciam capins aos alojados com imitação de mugido, relincho e berro de bode. (...) Aos nipônicos da Granja do Canguiri, não restou outra alternativa senão

<sup>26</sup> O significado de *Nihonjin Kurabu* é *Clube dos Japoneses*

<sup>27</sup> O significado *Rengo Nihonjinkai* é *Associação Unida de Japoneses*

amargar a humilhação e o trabalho forçado até o fim da guerra (SETO;UYEDA, 2002, p. 243-244)<sup>28</sup>

Tais situações deixam claro que mesmo em Curitiba, aonde a colônia japonesa na época não era muito grande, a situação dos *nikkeis* nos tempos da Segunda Guerra não pode em absoluto ser definida como “tranquila”. Foi um tempo de reforço de estigmas contra os nipo-brasileiros, o debate saiu de espaços intelectuais ou políticos e passou a envolver a rejeição de civis contra uma minoria étnica que tentava estabelecer sua vida no país. A tensão social na colônia japonesa não acabou com o fim da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, ela explodiu a partir este momento.

### 3.2 Vitoristas e Derrotistas

Com as medidas de repressão adotadas pelo Estado Novo, o DOPS passou a vigiar de perto atividades em colônias japonesas rurais, e controlar a circulação de *nikkeis* nas cidades. A existência de um espaço que permitisse aos imigrantes e seus descendentes representarem sua identidade na esfera pública praticamente deixou de existir. Com associações e imprensa proibidas por lei, Jeffrey Lesser analisa um novo tipo de associativismo que apareceu nos tempos de Guerra. De acordo com o autor “A tensão social levou ao surgimento de uma série de sociedades secretas, cujo nacionalismo ultrajaponês mesclava-se ao desejo de reforçar o espaço da identidade nipo-brasileira” (LESSER, 2001, p. 239). Estes grupos tinham por característica principal a defesa apaixonada da figura do imperador do Japão, e consideravam que os imigrantes ou descendentes que não se colocassem firmemente do lado japonês no conflito eram traidores.

O acirramento de posturas políticas fez com que o final a Segunda Guerra significasse para os nipo-brasileiros o início de um novo conflito, marcado pela divisão ideológica entre vitoristas (*makigumi*) e derrotistas (*kachigumi*). Este entrave se repetiu aonde quer que existissem pessoas de origem japonesa no Brasil, gerando desde discussões e rompimentos familiares a atitudes de extrema violência que terminaram na morte de diversas pessoas.

Crenças pessoais dos imigrantes como culto ao imperador ou a noção de que o Japão era um país invencível, ou o fato de que várias das crianças japonesas estudavam

---

<sup>28</sup> A Granja do Canguiri estava localizada onde hoje funciona o Parque da Ciência Newton Freire Maia, no município de Pinhais (PR).

com material enviado pelo governo japonês fizeram com que a derrota pouco repercutisse dentro da colônia (LESSER, 2001, p. 241). Uma enquete realizada com imigrantes japoneses em 1952 apontou que somente 3% dos entrevistados utilizavam-se da imprensa brasileira para se informar sobre a guerra, 29% utilizavam o rádio (cuja utilização era legalmente proibida para imigrantes no período do conflito mundial) e uma maioria de 64% se informava por fontes orais (KUMASSAKA; SAITO, 1973, p. 452).

No entanto, as principais razões para o início desta rusga se encontram na própria política xenófoba e racista de repressão perpetrada pelo Estado Novo. Segundo Cytrynowicz, “a proibição do ensino da língua nas escolas e da circulação de jornais em japonês quebrou a espinha dorsal da comunidade japonesa e provocou graves dissensões internas na comunidade, que perduraram pelo menos por dez anos” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 163). A imprensa *nikkei* tinha sido proibida, a circulação de indivíduos também, as associações operavam apenas ilegalmente e a identidade dos imigrantes era alvo de estigmatização contínua. No limite, aceitar a derrota era negar a própria identidade.

Entre rixas pessoais e atos isolados, o conflito entre vitoristas e derrotistas foi marcado principalmente pelas ações da Shindo Renmei, a maior das sociedades secretas nipo-brasileiras que surgiu nos anos 1940. Segundo Kumassaka e Saito, A Shindo Renmei teria mais de 80 filiais, e um total de cem mil adeptos espalhados pelos Estados de São Paulo e Paraná (KUMASSAKA;SAITO, 1973, p. 457). Munida de um discurso ultranacionalista, a entidade ficou famosa em todo Brasil após alguns de seus membros assassinarem vitoristas, considerados por eles como traidores. Apenas entre março e setembro de 1946, dezesseis *makigumi* foram mortos, trinta foram feridos e centenas foram ameaçados (LESSER, 2001, p. 244).

É importante analisar a emergência de um grupo como este de acordo com o contexto do Brasil dos anos 1940. Segundo Cytrynowicz O objetivo de movimentos vitoristas como a Shindo Renmei “não era retornar ao Japão, mas poder estabelecer-se no Brasil com seus próprios valores, entre os quais a forte ligação com seu país de origem e mantendo um ideal de retorno, que poderia ou não se concretizar” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 169).



A escalada das agressões no espaço étnico repercutiu na imprensa brasileira. Segundo Takeuchi, esta exposição “contribuiu para que a comunidade japonesa continuasse a ser vista sob um prisma negativo. O estereótipo fanático, recorrente em tempos de guerra, reaparecia, sendo estendido a todo um grupo étnico” (TAKEUCHI, 2010, p. 60). O jornal *Correio Paulistano* fez uma espécie de *mea culpa* sobre os acontecimentos argumentando que a “‘o erro foi nosso’, ao permitirmos que os japoneses que tinham ‘dificuldade em se miscigenar’ e que falam ‘uma língua completamente diferente da nossa’ formassem ‘quistos raciais’” (LESSER, 2001, p. 249).

A volta à normalidade dentro da colônia se deu apenas lentamente. Uma maioria de imigrantes em um primeiro momento aderiu ao discurso vitorista, passando aos poucos para uma postura considerada como *dura*. No ano de 1952, sete anos após o fim da Segunda Guerra, uma pesquisa sobre a mentalidade da colônia no pós-guerra, feita por Seiichi Izumu, apontou que 14,5% dos elementos consultados era *derrotista*, 28,6% *vitorista*, e uma maioria de 56,9% *simpatizantes* ou *duros*. Esta última categoria representava aqueles que em um primeiro momento aderiram ao discurso vitorista, passando após a difusão de mais notícias ou a admitir a derrota do Japão apenas parcialmente, ou se recusar a admiti-la abertamente (IZUMU, 1973, p. 363).

As consequências deste conflito foram pesadas para a colônia, e por ela são lembradas como um triste marco em sua trajetória no Brasil. Segundo Cytrynowicz foi ele uma das maiores consequências das políticas adotadas pelo Estado Novo no período da Guerra, o que gerou “uma luta fratricida com mortos e feridos (...) uma tragédia familiar e comunitária que os imigrantes e seus descendentes ainda não esqueceram” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 171). Em longo prazo, a rixa teve segundo Benedicto Ferri de Barros a função de integrar definitivamente a comunidade ao Brasil:

Será necessária, contudo, a tragédia da derrota japonesa na guerra para evidenciar e pôr em confronto a profunda divergência existente entre as tendências que levavam o japonês a se integrar definitivamente no Brasil, adotando nova terra e nova nacionalidade, e as que tendiam a mantê-lo como súdito irredutível e inassimilável de um país antípoda sob tantos aspectos. Isso se exprime de forma dramática e até sangrenta no episódio extremo e de traços terroristas representado pela Shindo-Renmei (...) E neste ponto que se dá o grande divisor de águas entre o antigo imigrante nipônico e a nova figura do nipo-brasileiro, brasileiro tanto e mais quanto qualquer brasileiro (HUCITEC, 1992, p. 14).

Em Curitiba a divisão *kachigumi/makigumi* também aconteceu, ainda que não se conheçam episódios de violência envolvendo os dois grupos. Segundo Seto e Uyeda, um imigrante chamado Tohoru Dairiki, um dos poucos a ter acesso à rádio durante o período da Guerra, tinha o costume de ouvir as notícias de uma rádio japonesa às escondidas, anotá-las em um caderno, e repassá-las entre diversos imigrantes na cidade. Foi ele quem captou a notícia da derrota japonesa. Repetiu seu procedimento costumeiro no Mercado Municipal, onde muitos *nikkeis* trabalhavam no comércio de verduras. Para sua surpresa, Dairiki foi taxado de mentiroso por boa parte de seus conhecidos:

Nos dias seguintes os jornais de Curitiba trouxeram notícias da rendição incondicional do Japão. Tohoru Dairiki tentou provar que não estava mentindo e só fez piorar a situação. Foi chamado de “traidor da Pátria e divulgador do absurdo”. Até seu irmão mais velho, Kanji Dairiki, ficou furioso e cortou relações com ele. Para se ter uma ideia da gravidade criada por essa divergência de opinião quanto ao desfecho da guerra: Kanji Dairiki só voltou a conversar com a família do irmão Tohoru, 16 anos depois (SETO;UYEDA, 2002, p. 274).

Este episódio pode ser considerado um marco para o início da divisão entre vitoristas e derrotistas na capital paranaense, onde o lado *kachigumi* também era o maioria. As atividades associativas da colônia foram retomadas essencialmente por indivíduos vitoristas. Em 1946, ainda com muita cautela, é fundado em Curitiba o *Tomonokai*, expressão japonesa para *Clube dos Amigos*, uma associação vitorista que partia do princípio de que derrotistas eram “inimigos da pátria”. Tendo 31 membros fundadores, a sede se localizava no bairro do Uberaba (SETO; UYEDA, 2002, p. 286). Ainda naquele mês, foi constituída a partir do novo grupo uma associação de jovens com o nome de *Uberaba Seinenkai*, e perto do fim do ano estava construída por iniciativa própria uma sede para a agremiação (SETO;UYEDA, 2002, p. 289).

Aos poucos, as atividades eram retomadas, ainda que os integrantes da colônia japonesa de Curitiba em muitas ocasiões as encarassem com desconfiança. Quando da realização do primeiro *undokai*<sup>29</sup> de Curitiba no pós-guerra ainda eram “raras as ocasiões em que famílias japoneses se reuniam num mesmo local. Isto porque, devido a proibição do período da guerra, o medo permaneceu por muitos anos” (SETO;UYEDA, 2002, p. 294). Mesmo assim, eventos como as gincanas, o culto ao imperador e as comemorações de ano novo começavam a reconstruir a passos lentos uma coesão de grupo que tinha sido bastante deteriorada pelas políticas do Estado Novo. Quando a

---

<sup>29</sup> *Undokai* em japonês significa *gincana*

associação do Uberaba comemorou 21 anos em 1967, uma homenagem ao presidente fundador do *Tomonokai*, Otoichi Higashino revelava a importância da retomada de atividades associativas “Na época em que a comunidade japonesa local estava completamente esfacelada, V.s. conseguiu juntar e orientar a todos, fundando o *Tomonokai*” (SETO;UYEDA, 2002, p. 303).

O espaço paulatinamente reconquistado pelos *nikkeis* curitibanos permitiu ainda o surgimento ainda nos anos 1940 do *Glória Seinenkai* e do *Pinehiros Seinenkai*, duas associações voltadas para jovens nipo-brasileiros, que pautavam essencialmente suas atividades nos esportes (SETO; UYEDA, 2002, p. 298-299). Em 1949, ano de fundação da União dos Gakusseis de Curitiba, o *Tomonokai* passa a intitular-se *Curitiba Nihonjinkai* (Associação dos Japoneses de Curitiba), adotando uma postura um pouco mais ampla, que visava responder às necessidades do novo contexto de integração na sociedade brasileira e surgimento de diferentes órgãos associativos na capital paranaense. Isso não significava que a colônia estava completamente unida, e o próprio texto de Seto e Uyeda deixa transparecer isso ao analisar o período “na década de 50, existiam três Nihonjinkais (associação de japoneses) em Curitiba. Fato inédito, porém vergonhoso, porque era a prova incontestável de desunião de uma colônia que tinha poucos habitantes” (SETO;UYEDA, 2002, p. 328).

Esta retomada da vida associativa junto com o surgimento de novas entidades tampouco significou que a colônia tinha superado as divisões geradas pelo conflito *kachigumi/makigumi*. Em relatos sobre a fundação da UGC, é comum encontrar nas divisões internas da colônia a razão da própria existência da entidade. É o caso do relato de Pedro Takeda, que a integrou em seus primeiros anos:

A UGC surgiu porque o Japão perdeu a guerra, a colônia teve aquela briga e se separou em *kachigumi* e *makigumi*. Tinha terrorismo e se matava os que eram contrários. Crianças com 12, 13 anos cresceram nesse ambiente. Depois da guerra vieram muitos estudantes de 1º ano do ginásio, 4º ano de grupo. Então uma turma começou a montar uma organização que os apoiasse. Ao mesmo tempo achavam horrível nissei, brasileiro, estudante de curso superior médio aqui no Brasil brigar porque um pertencia a família *kachigumi* e outra a *makigumi*. Para acabar com isso foi fundada uma organização. E como era organização de estudante, não dava pra imaginar só da colônia japonesa então era de toda pessoa interessada (UGC, 1999, p. 99).

Em sua versão de *A Voz da União* produzida em homenagem aos 40 anos de UGC, Maria Helena Uyeda também encontra nos problemas da colônia as razões pela

fundação da entidade. O histórico da agremiação neste jornal se inicia da seguinte maneira:

Fim da II guerra mundial. A derrota do Japão trouxe uma série de problemas para os japoneses e seus descendentes. Além de serem segregados pela sociedade, dentro da própria colônia existia uma divisão: os makigumi, que admitiam a derrota, e os kachigumi, que não a aceitavam. Tentar unir os japoneses através de uma integração com a comunidade era o sonho de muitas pessoas, principalmente dos jovens (UYEDA, 1989, p. 4).

Também no caso do surgimento da ACE Piratininga (ACEP) em São Paulo, no ano de 1950, a Segunda Guerra Mundial e as divergências internas entre *nikkeis* aparecem como fator determinante para a aparição de uma associação de nisseis agiando com mentalidade renovada no espaço étnico, como afirma Yoshiko Asanuma “a finalidade era despertar a consciência adormecida dos jovens nisseis e também a dos próprios pais para se livrarem das trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial, que foi a segregação social” (OI, 2005, p. 26). O depoimento de um ex-presidente da ACEP que era adolescente nos tempos de Guerra mostra com riqueza de detalhes como a estigmatização gerada em torno da imagem dos japoneses e seus descendentes no Brasil era uma barreira para a integração na sociedade:

Senti muito esse problema de ser descendente de japoneses, ter a cara de japonês. Os descendentes de italianos e alemães podem ter sentido o mesmo problema, mas acho que não teve tanta intensidade quanto nós porque a cara não ajuda. Nessa época, o termo “a cara não ajuda” era verdade mesmo. Por mais que quisesse passar por brasileiro, que a lei permitisse e considerasse você brasileiro, alguns não levavam isso em consideração, no fundo você era japonês mesmo (...) Eu senti muita vergonha naquela ocasião da Shindo Renmei, e depois, além dessa discussão, entre aqueles que estavam dentro da nossa própria colônia, alguns tiraram vantagens econômicas de tudo isso. Chegaram até a matar pessoas (...) tinha vergonha de ser japonês, algo como querer, às vezes, me esconder um pouquinho. Não sentia tanta liberdade, tanto ímpeto de me integrar facilmente na sociedade brasileira. Tinha amigos brasileiros, mas sempre com um certo recalque. Então nisso o Piratininga foi bom (OI, 2005, pp. 36-37)

A Piratininga era como uma forma de se esquivar do racismo existente na sociedade brasileira. Como se pode identificar no depoimento de Américo Sato, esta situação foi semelhante em Curitiba, “[19]45 né? Eita, não podia sair na rua. Vinha todo mundo atrás de mim, passava uma vergonha, nossa senhora”. No relato do primeiro presidente da UGC, a fundação da entidade, acima de surgir como uma solução para os conflitos internos era uma resposta aos estigmas imputados contra os nipo-brasileiros naqueles tempos. Sato afirma que um primeiro momento a UGC não tinha finalidades claras, o que não fazia com que não se tivesse noção de qual deveria ser a proposta da agremiação:

Finalidade? Não tem aquela finalidade. *Não perder de gaijin<sup>30</sup> de jeito nenhum, isso tinha, isso tinha mesmo*. Por baixo do pano mesmo. Mas é consequência da Guerra, o mau trato que o japonês teve no período da Guerra. Meu irmão foi preso, mais de oito meses. Deus me livre, perdemos tudo. Perdemos automóvel, perdemos caminhão, perdemos todo o café que tinha lá (SATO, 1999).

Relatos sobre a fundação da UGC mostram como a vontade de ser integrar na sociedade e adquirir a “brasilidade” pretendida por estudantes nisseis estava misturada com a ideia de que a herança nipônica não deveria ser perdida, e que os ugegenses não tinham vontade de esconder sua identidade étnica. Américo Sato repete algumas vezes ao longo de seu depoimento que os nisseis tinham a mentalidade de “jamais perder de *gaijin*”. O que pode soar como um revanchismo deve ser mais bem entendido como postura agressiva de integração na sociedade nacional, independentemente dos estigmas historicamente construídos.

Em seu relato transcrito no livro *A força de um ideal*, Pedro Takeda ao falar do conflito entre vitoristas e derrotistas no pós-guerra marca mais uma vez a diferença geracional entre nisseis e seus pais “Nem tocamos nesse assunto, aí (fui) tocando e aí comecei a perceber que aquilo era errado porque, *o japonês que veio do Japão ainda vivia no sistema feudal*, o irmão mais velho só obedecia o pai, o que ele falava era ordem” (UGC, 1999, p. 99). Assim como exposto anteriormente, no caso em que Nobutero Matsuda discute com um imigrante japonês a questão da entrada das mulheres no ensino superior, percebe-se a noção da parte de um nissei de que as gerações mais velhas em eram dotadas de uma mentalidade atrasada e inadequada para os novos tempos de Brasil em modernização.

A ideia de que a UGC deveria ser uma entidade renovadora na colônia era compartilhada por seus fundadores, e inclusive por boa parte dos *nikkeis* que não estavam nela. Periodicamente, os *Gakusseis* vão assumir um papel importante de representante maior da comunidade no espaço público. Segundo Kojima:

Apesar de já existir associações japonesas (...) nenhuma representava a colônia e foi a U.G.C., a entidade dos estudantes nisseis, que representou a coletividade nipônica (...) até esta época os japoneses estavam vivendo desunidos em grupos separados nos quais cada um formava uma associação (KOJIMA, 1993, p. 30)

---

<sup>30</sup> O termo *gaijin* pode ser traduzido do japonês como *estrangeiro*. No Brasil os *nikkeis* deram a ele um significado próprio, utilizando esta palavra de maneira pejorativa para designar aqueles que não pertencem ao grupo étnico. Sua utilização ocorre até os dias de hoje.

Esta associação que se diferenciava das demais, mas procurava uma aproximação com elas, aplicou periodicamente um projeto no qual se inseriam um conjunto de ideias e valores que visavam inserir os *nikkeis* na sociedade reconstruindo a identidade nipo-brasileira no Paraná. A superação de estigmas a partir da ideia de que os *estudantes nisseis* poderiam ser bons brasileiros não tinham como apenas a eles próprios como alvos, se estenderam aos poucos todo grupo étnico. Como afirma Goffman, sempre que uma pessoa ou um grupo de pessoas estigmatizadas ganham notoriedade na esfera pública “os que compartilham o estigma das pessoas em questão tornam-se subitamente acessíveis para os normais que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito” (GOFFMAN, 2004, p. 26-27).

Promover uma renovação identitária para a colônia talvez não fosse a principal prioridade da UGC no momento de sua fundação, mas nunca esteve fora da pauta, e é uma das justificativas alegadas para a existência da entidade. Acima de um projeto fechado e consciente, havia uma clara ideia de superação e renovação como relata Matsuda “Era preciso acordar o espírito tanto da colônia japonesa como dos descendentes, acordando pra servir o país que nasceu” (MATSUDA, 2014). Por trás do nacionalismo adotado pelo ex-ugecense, se encontra uma clara ideia de novo começo.

### 3.3 O cinema e as excursões

Trabalhos como *Ayumi – caminhos percorridos*, *A força de um ideal* e *Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba* concordam ao afirmar que a UGC era a principal representante da colônia japonesa na sociedade paranaense. Isto significava na prática que as autoridades paranaenses quando queriam dialogar com *nikkeis* procuravam em primeiro lugar a UGC, e que também a procuravam os elementos e associações da colônia que passavam por Curitiba. A entidade dos estudantes nisseis recebia caravanas e indivíduos *nikkeis* de várias partes do país e também colaborava no caso da visita de algum japonês em trânsito por Curitiba.

Parto do princípio de que no contexto curitibano, a UGC assumiu uma postura de liderança étnica da comunidade nipo-brasileira. Segundo Regina Weber, a presença de lideranças em um grupo étnico pode aumentar sua visibilidade, ser significativa na construção de sua identidade e expandir seu poder de atuação (WEBER, 2013, p. 1). No entanto, uma comunidade étnica jamais é homogênea, sendo constituída por vários

pequenos grupos. Quanto mais coletivamente um grupo étnico atuar, mais espaço e reconhecimento ele tende a conquistar, no entanto, exatamente por estas diferenças, atuar coletivamente não é algo simples e afirmar uma identidade comum é o primeiro passo para aumentar a coesão (WEBER, 2013, p. 5).

O fato de a UGC representar uma *unidade de geração* em particular não significa em medida nenhuma que não era do interesse de seus integrantes a aproximação com as demais associações nipo-brasileiras. Os documentos produzidos pela UGC em seus primeiros quatro anos de existência revelam um contato constante com vários tipos de instituições da comunidade, e as atividades realizadas junto à colônia demonstram que antes de afastar-se de seu grupo étnico por divergências de valores e de concepções identitárias, os ugegenses buscaram passar sua mentalidade para dentro dela.

No capítulo anterior, explorei um exemplo deste tipo de atuação, a defesa da entrada de mulheres no ensino superior a partir da criação de um Departamento Feminino na associação. As mulheres eram importantes figuras na construção de um imaginário da figura do *estudante nissei* conectado com as pautas “modernas” da sociedade e dos estudantes. Este foi apenas um dos casos onde a UGC agiu no sentido de debater valores no espaço étnico. Valores estes que serviam não apenas para reafirmar a identidade ugegense e aumentar o prestígio da agremiação como também reconstruir a própria imagem dos nipo-brasileiros na sociedade.

Neste subcapítulo, me dedico essencialmente a duas atividades que a UGC promovia junto à colônia, a exibição de filmes japoneses e a realização de caravanas para o interior do Paraná. Ambas exigiam algum grau de mobilização dos *Gakusseis*, e ajudaram a aumentar seu prestígio na comunidade, e tinham como pano de fundo o objetivo de modernizar valores das gerações mais velhas e dos jovens que seguiam vivendo no meio rural.

A projeção de filmes japoneses pelo interior do Brasil e na cidade de São Paulo era uma prática comum desde pelo menos a década de 1920 (KISHIMOTO, 2013, p. 27). Em 1935, duas empresas se dedicavam a importação de filmes japoneses para serem exibidos em diversos locais de aglomeração de imigrantes nipônicos (KISHIMOTO, 2013, p. 29). Com o início da Segunda Guerra Mundial, um consolidado circuito de exibições de cinema japonês é interrompido uma vez que “não só foram

proibidas as exhibições como também foram confiscadas pelo governo todas as cópias e equipamentos de projeção” (KISHIMOTO, 2013, p. 33). Quando finda a Guerra, as tentativas de reiniciar a exibição contínua de filmes japoneses para a colônia encontram sérias dificuldades devido aos conflitos entre vitoristas e derrotistas e a manutenção da proibição de transmissões em rádio no idioma japonês.

No caso da União dos Gakusseis de Curitiba, a ideia de exhibir filmes japoneses para a colônia aparece logo na ata da 1ª Assembléia em abril de 1950, por sugestão de Nobuo Fukuda. Ao que parece, naquela ocasião não se deu maior atenção à questão, e ela não figura entre as resoluções tomadas no dia. Contudo, o cinema nunca sumiu das atas de reunião, e de fato a atividade veio a consolidar-se mais tarde. Na 6ª Sessão da Diretoria, em agosto de 1950, a ata registra o recebimento de um ofício de Bauru, sobre a possibilidade trazer filmes japoneses de São Paulo, questão que volta a ser discutida em novembro, quando já se estuda o orçamento necessário para a exibição do filme.

Resoluções começam a ser tomadas em abril de 1951, quando por ocasião da 10ª Sessão Extraordinária. Ficou decidido então que em 23 de maio de 1951 o filme em questão seria exibido, para o qual se montou uma comissão encarregada de vender os ingressos. A primeira ata registrada depois desta data menciona apenas que deverá ser feita a “remessa das circulares a todos membros da colônia, agradecendo o comparecimento destes no filme por nós exibido”.

A atividade pareceu ter êxito, levando em conta que poucos meses depois, em agosto, a entidade planejava a exibição do filme *O Regenerado*, alugando especialmente para a ocasião o Cine Curitiba. Foi um costume que permaneceu por bastante tempo. Uma edição do jornal *A Voz da União*, datada de junho de 1960 reserva uma coluna para a *Comissão Cinematográfica da União dos Gakusseis de Curitiba*, e outra para criticar os filmes que foram exibidos por ela.

Esta prática tinha a intenção política de apaziguar conflitos entre vitoristas e derrotistas. A postura da União dos Gakusseis de Curitiba frente ao conflito do pós-guerra pode ser classificada como derrotista, ainda que o termo possa levar a certa confusão. A UGC não procurou confrontar diretamente a ideia de que o Japão vencera a guerra, buscando o diálogo com a colônia a partir de atitudes apaziguadoras. Vale lembrar que na capital paranaense as atividades associativas foram retomadas por grupos vitoristas, que assim como na maioria das localidades onde se concentravam



*nikkeis*, eram de início a maioria. Como a associação dos *estudantes nisseis* buscava uma coesão étnica a partir da superação de estigmas, adotou-se uma estratégia de convencer os elementos *kachigumi* aos poucos. Ao ser questionado se os ugegenses se posicionaram sobre a divisão entre vitoristas e derrotistas, Nobutero Matsuda respondeu que:

Abertamente. Nós nos posicionamos. Nós não dizíamos assim “Japão perdeu!” Não (...) (fomos) aos poucos “olha o Japão está numa fase assim, tem um acordo com os Estados Unidos” e daí então, a imprensa, os jornais, começou a vir a televisão, tudo isso ajudou a esclarecer. Não foi necessário a gente chegar, criar um movimento. O movimento foi subterrâneo, com calma, devagar, e chamando eles pra conviver junto conosco (MATSUDA, 2014).

Neste “movimento subterrâneo” o cinema cumpria o papel de fortalecer um espaço de sociabilidade na comunidade, e informar aos *nikkeis* curitibanos qual tinha sido de fato o desfecho da Guerra:

Trazíamos os filmes de São Paulo, passávamos pra eles e o pessoal saía correndo aí (...) aos poucos, através de filmes também, fomos mostrando o Japão progredindo, desenvolvendo, tudo isso foram sentindo, que nos diários, nos filmes, aparecia. Aparecia que eles realmente perderam a Guerra. Que o americano tomou posse e tava dando uma ajuda extraordinária pro governo japonês. Tudo isso acalmou a briga que havia entre os que acreditavam que o Japão tinha ganho e os que não. Havia esse atrito. Mas foi serenando tudo isso. Praticamente foi apaziguado por causa disso.

De acordo com Alexandre Kishimoto, a exibição de filmes japoneses em São Paulo cumpriu um papel fundamental na conscientização da comunidade japonesa sobre os resultados do conflito, uma vez que se tinha a oportunidade de entrar em contato com interpretações japonesas sobre as consequências da derrota (KISHIMOTO, 2013, p. 197). O autor formula a hipótese de que o cinema, juntamente com as campanhas de apoio às vítimas da Guerra, a visita de personalidades japonesas ao Brasil e a retomada de atividades coletivas como os trabalhos da Comissão Japonesa nos Festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo foram fundamentais para a reconciliação entre vitoristas e derrotistas em terras paulistas.

Um dos principais exemplos que ilustra como a UGC se utilizou do cinema para difundir os resultados da Guerra está retratado em um ofício recebido pela entidade em agosto de 1950. Enviado pela empresa *Cine Filmes Ltda.*, de São Paulo, o documento revela que o filme *Visita dos Nadadores Japoneses ao Brasil* estava pronto para ser lançado em Curitiba, e que a companhia aguardava o retorno da UGC para remeter a

película. A obra falava sobre a estadia *Peixes Voadores* – um grupo de quatro renomados nadadores japoneses – no Estado de São Paulo em março de 1950.

Um documento publicado na revista *Yonimono*, citado por Tomoo Handa, descreve a visita dos *Peixes Voadores* da seguinte maneira “Os ‘Peixes Voadores’ partem do Japão em direção ao Brasil! Não seria exagero afirmar que tal notícia foi uma das melhores, senão a melhor, recebida na colônia japonesa no pós-guerra” (HANDA, 1987, p. 746). Handa afirma que logo na chegada ao aeroporto, seis mil imigrantes e descendentes receberam a equipe, e que em suas passagens pelas cidades de São Paulo, Marília e Ribeirão Preto, estádios lotaram para ver a *performance* dos atletas nipônicos, que sempre proporcionavam momentos de enorme comoção, principalmente quando era executado o hino do Japão. Poucos meses depois da visita, a UGC se preocupava em garantir imagens da visita dos *Peixes Voadores* ao Brasil, no que interpreto como uma tentativa de aprofundar seu contato com a colônia, aumentar a coesão do grupo e esclarecer os rumos do Japão no pós-guerra.

Visitas de personalidades japonesas continuaram acontecendo nos anos seguintes, ainda contribuindo para o alívio das tensões entre *kachigumi/makigumi*. Foi o caso da estadia de Kosho Otani no Brasil. Liderança religiosa ligada à família imperial japonesa por um casamento, Otani visitou diversas localidades de São Paulo e Paraná, procurando incentivar os dois grupos ao diálogo. Seu trajeto foi marcado por polêmicas, e ele teve de ser cauteloso em cada parada, hospedando-se por vezes com vitoristas e por outras com derrotistas (KISHIMOTO, 2013, p. 200-201). A participação da UGC na recepção de Kosho Otani em sua passagem por Curitiba foi o episódio que levou o *Jornal Paulista* a acusar a agremiação dos *estudantes nisseis* de enquistamento. Considerariam os redatores deste jornal que não era papel dos órgãos nipo-brasileiros receber uma figura ligada por sangue à família imperial? Provavelmente foi uma das razões que fundamentou a crítica.

O que fica claro no caso da exibição de filmes para a colônia, bem como na recepção a Kosho Otani, é que a UGC procurava repassar para a comunidade a realidade da derrota na Guerra. Um valor que era especialmente necessário para a integração dos *nikkeis* à sociedade brasileira. Se os objetivos eram integração, abrasileiramento e acesso às elites, pensamentos que podiam alimentavam os estigmas imputados aos nipo-brasileiros não poderiam ter lugar. Era necessário convencer a todos

de que a volta ao Japão já não era possível, e que imigrantes e seus descendentes tinham de se esforçar para conquistar seu espaço no Brasil. Segundo Regina Weber, é ação característica de intelectuais étnicos:

afirmar valores e práticas culturais específicas do grupo do qual são originários e serem os proponentes de novas práticas a este mesmo grupo, com vistas aumentar sua receptividade por parte da sociedade majoritária, ao tempo em que reforçam seus sentimentos de identidade (WEBER, 2013, p. 8).

Outra atividade que marcou o contato dos *estudantes nisseis* com elementos e associações da comunidade nipo-brasileira foi a realização de caravanas para o interior do Paraná. As chamadas “caravanas” são consideradas por integrantes da colônia japonesa e ex-ugecenses o carro-chefe da agremiação. Costuma-se colocar a caravana realizada para Carlópolis, Bandeirantes, Rolândia e Lorena em junho de 1955 a primeira organizada pela associação (UGC, 1999, p. 37). Idealizada pelo estudante de medicina Toshio Igarashi junto ao Departamento Médico-Farmacêutico da entidade, esta viagem tinha por objetivo realizar exames da parasitologia em comunidades rurais nipo-brasileiras.

Com o passar dos anos, os diversos departamentos da agremiação passaram a integrar-se nas caravanas, realizando diversas atividades ligadas às suas áreas de estudo, o que fez com que ela ficasse conhecida como *Caravana Científico-Cultural*. O projeto não só fazia com que a UGC fosse mais conhecida em todo Estado como era uma importante fonte de atração de novos membros para os quadros associativos. Porém, é um erro pensar que a primeira caravana para o interior organizada pelos ugecenses aconteceu em 1955. Certamente neste momento as excursões mudam de perfil, mas estas atividades foram realizadas pela entidade desde seus primeiros dias de existência. Ou nas palavras de Américo Sato, antes mesmo dela:

Eu viajei para o norte do Paraná, naquela sujeira, naquela imundice, tudo de caminhão. Comecei em Cornélio Procopio, depois fui para Uraí, Assaí e em Londrina. O governo Lupion me deu dinheiro para a despesa da viagem (...) o mais impressionante foi eu fazer propaganda de Curitiba “Gente, São Paulo não!”. E os fazendeiros do norte do Paraná diziam: “Que Curitiba? Curitiba não tem nem faculdade!” Nem conheciam, mas a gente dizia: “Que isso gente, nós já estamos estudando lá!”. Eles falavam “Não, não presta, tem que estudar em São Paulo!” (...) Em Curitiba não tinha bagunça na noite pois era uma cidade pacata. Aí começaram a mandar seus filhos para Curitiba, começaram a se formar engenheiros, farmacêuticos, ... essa viagem fiz em 1948, antes da UGC. Acho que a força da UGC foi por causa disso também (UGC, 1999, p. 77-78)

A intenção primordial da viagem relatada por Sato era incentivar os imigrantes a mandarem seus filhos para universidade, preferencialmente em Curitiba. Interessante o fato de que o governador Moysés Lupion financiou a empreitada. Como demonstrei no primeiro capítulo, Curitiba nesta época era uma cidade em modernização e amplo crescimento, e neste processo a educação cumpria um papel fundamental de fortalecer a cultura do Estado. Ainda assim, os habitantes do Norte do Paraná seguiam tendo um vínculo mais forte com São Paulo, tendo pouco conhecimento sobre a capital paranaense. Para convencer isseis de que Curitiba era uma boa opção, foi necessário ressaltar que o aspecto “pacato” da cidade seria talvez a melhor maneira de preservar a identidade cultural de seus filhos.

As caravanas para o interior de São Paulo e Paraná também foram característica marcante da ACE Piratininga. Relatos de integrantes da associação paulistana nos dão noção de quais eram os objetivos mais concretos destas atividades. Segundo Oi, as excursões começaram a acontecer em 1949, e foram nas palavras de um ex-integrante “a semente do Piratininga” (OI, 2005, p. 25). Yoshiko Asanuma afirma que as caravanas fizeram muito sucesso, permitindo a vinda de muitos filhos de imigrantes para São Paulo, para cursar ensino superior (OI, 2005, p. 28). O professor de Física Shigueo Watanabe afirma que a ideia principal era estabelecer contato entre nisseis que vieram a São Paulo estudar e a comunidade estabelecida no interior, apaziguar os conflitos *makigumi/kachigumi*, e promover o intercâmbio cultural (OI, 2005, p. 28-29). Asanuma coloca ainda que o casamento interétnico e o relacionamento inter-racial estavam sempre entre os temas mais discutidos (OI, 2005, p. 27).

Pelos relatos cedidos por ex-integrantes da Piratininga, percebe-se que por trás destas atividades também estava a ideia de *modernizar* valores da colônia, principalmente no meio rural, onde predominavam certas posturas mais conservadoras. O planejamento de caravanas e outras atividades a serem realizadas no interior paranaense aparece frequentemente no livro de atas da UGC. Detenho-me agora à primeira destas excursões realizadas pela entidade como grupo institucionalizado, que ocorreu em setembro de 1950, tendo como destino diversas cidades do Norte do Paraná.

O documento mais antigo encontrado sobre esta viagem data de 22 de agosto de 1950. É um ofício enviado por Américo Sato, para o Sr. Bunji Tadamo, de Cornélio Procopio, onde o presidente da UGC apresenta alguns detalhes do que é proposto pelos

*estudantes nisseis*. Expõe que os ugecenses seguirão para aquela cidade buscando “representar os “Gakusseis nisseis” de Curitiba, na magna missão cultural e esportiva”. Os esportes nos quais a entidade enviaria equipes são beisebol, futebol e atletismo. Revela ainda o ofício que a caravana será composta por aproximadamente 40 pessoas.

No dia 28 de agosto, um documento enviado à *Liga Esportiva Norte Paraná*, da cidade de Uraí, detalha que “esta organização estudantil” está organizando uma excursão tem como destinos as cidades de “Jataizinho, Assaí, Cornélio Procopio, Londrina, e se possível, Uraí, Santa Mariana e Bandeirantes”. No dia 2 de setembro a resposta da entidade do norte paranaense é de que não será possível receber os ugecenses, valendo a pena atentar-se para as razões justificadas “por falta de tempo, (por ser precipitado demais), não é possível realizar competições esportivas *ou reuniões para debates culturais, que tanto desejávamos e que desejamos, porque este é o único meio de elevar o nível cultural da colônia*”.

No dia 30 de agosto é realizada a 4ª Assembleia Geral da UGC, que visava determinar recomendações de comportamento para os que excursionariam ao norte paranaense. Esta assembleia registra provavelmente a ata mais tensa de todo o livro. Segundo o registro, as recomendações sugeridas pelo presidente Américo Sato foram as seguintes:

todos tomarem o máximo de cuidado durante a viagem para não haver acidentes, comportarem da melhor maneira possível, não tomar bebidas alcoólicas, cada um ter senso de responsabilidade, não ausentar do local hospedado sem ordem do presidente ou de outros membros da diretoria que foi competentes e outras recomendações sob a mesa redonda

A princípio podem parecer não mais que um padrão adequado para o evento, mas o secretário geral expressa um longo desabafo contra as palavras do presidente:

Quanto às recomendações, foram um pouco falhas, pois mesma excursão como esta, pela primeira vez em que a maioria não tem experiência, devia de ser tratado com mais carinho o assunto, um pouco mais vigorosas as recomendações, mas infelizmente foi pelo contrário, após estas ligeiras e fracas palavras do sr. Presidente, transformou a sessão numa novena mole, sem quase proveito, *pois é necessário que todos compreendam que é desta vez que iremos decidir o êxito ou fracasso da UGC*

A tensão em torno de como os *estudantes nisseis* deveriam se comportar no evento que marcava seu primeiro contato como instituição ao coração da colônia japonesa do Paraná demonstra o quanto era importante passar uma imagem positiva do grupo para os demais nipo-brasileiros. A lista de condutas a serem adotadas, proposta

por Américo Sato, pareciam insuficientes para um evento no qual o futuro da UGC estava em jogo. Futuro este que está atrelado à aprovação da entidade por elementos da colônia. E que também está relacionado à propagação de uma imagem de *estudantes nisseis* progressistas e modernos que representavam os *nikkeis* na moderna capital paranaense, e que queriam junto com eles superar os estigmas existentes e aumentar sua integração com os demais brasileiros.

Os resultados da caravana, avaliados em assembleia realizada no dia 12 de setembro, não foram tidos como os ideais pela diretoria da UGC, que cobrou explicações das atitudes de alguns excursionistas. Mesmo assim, novas viagens seriam planejadas nos anos seguintes e a entidade dos estudantes nisseis passa a receber também uma série de outras excursões vindas do interior do Estado.

Segundo Nobutero Matsuda, o esporte era o principal meio de comunicação entre a UGC e as demais instituições *nikkeis*, o que contribuiu para aumentar a coesão da comunidade (MATSUDA, 2014). A primeira excursão se justificou a partir do esporte, mas estava incluída em seu programa debates que pretendiam “eivar o nível cultural da colônia”, provavelmente aos moldes dos realizados pela Piratininga. Considerando a postura cada vez mais protagonista da UGC dentro da colônia, a estratégia de incentivo à coesão interna e apaziguamento de conflitos obteve os resultados esperados. Porém, para superar os estigmas imputados não bastava ficar dentro da colônia. Era necessária uma ação conjunta que promovesse a imagem dos *nikkeis* em toda a sociedade.

### **3.4 A Comissão da Etnia Japonesa**

O ano de 1953 foi especial para o Paraná. Em meio a transformações estruturais, crescimento econômico notável, e um número enorme de migrantes se deslocando para o Estado, completavam-se cem anos da Emancipação Política que o separou de São Paulo. O ano do *Centenário* foi marcado por uma série de festividades e pela execução de obras que transformariam Curitiba, visando torná-la uma cidade progressista e cosmopolita.

Entre estas novidades estruturais incluíam-se a Biblioteca Pública, o Centro Cívico, a Praça Dezenove de Dezembro, e o Teatro Guaíra (este último concluído apenas em 1974). Segundo Aparecida Bahls, a obra do Centro Cívico é a mais marcante

do ponto de vista da sede do poder, enquanto a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra surgiam como um legado cultural (BAHLS, 2007, p. 57).

A tentativa de passar uma imagem de cidade cosmopolita e moderna ligava-se, no ideário do governador Bento Munhoz da Rocha, a uma ressignificação do quem era o cidadão paranaense. Migrantes recém-chegados costumavam ter nas suas regiões de origem a principal referência identitária. Como observei nos capítulos anteriores, os imigrantes japoneses estabelecidos no norte do Estado tinham quase em sua totalidade vindo de São Paulo.

Para esta ressignificação da identidade paranaense, Munhoz da Rocha fomenta um novo *paranismo*, que em contraposição ao dos anos 1920, que se pautava em símbolos como o pinhão e o pinheiro, na modernização, progresso, arquitetura e população (BAHLS, 2007, p. 28). O governador buscava superar uma visão de que o Paraná era um Estado pacato, imóvel, e sem uma identidade estabelecida. Segundo Bahls, as palavras de Munhoz da Rocha expressavam a ideia de um Paraná em “nova fase que o consagraria em nível nacional, uma indicação de que a crise identitária paranaense deixa de ser provinciana e pretende ser pensada em relação ao Brasil como um todo” (BAHLS, 2007, p. 181).

A noção reconstruída de povo paranaense combinava progresso e desbravamento das terras antes não povoadas com a exaltação da figura do imigrante e a mistura existente entre os diversos povos (BAHLS, 2007, p. 30). A este ideário se juntavam intelectuais como Romário Martins e Temístocles Linhares, autor da obra *Paraná Vivo*. Segundo Bahls, na visão de Linhares:

o homem paranaense, sem deixar de ser brasileiro, desmistifica o fato de que só o descendente de português pode atribuir identidade à nossa cultura. Segundo o autor, os imigrantes vieram para o Paraná com o intuito de criar uma nova pátria e com seu trabalho povoar a região. Entretanto, numa forma de conciliação entre as raças é que se pode entender o espírito da terra que envolvia todo o Estado. (BAHLS, 2007, p. 154).

Este imigrante desbravador do Paraná tinha sua imagem intimamente ligada ao café, principal produto da economia estadual. A importância da figura do cafeicultor para a nova identidade paranaense se relaciona a várias das atividades que compuseram as comemorações do *Centenário* como a Exposição Internacional do Café e a Grande Feira de Curitiba, eventos que se dedicavam a discutir métodos e propostas para o

plantio do café, contando com a participação de indivíduos de várias partes do mundo (BAHLS, 2007, p. 179).

A edição de dezembro de 1953 da revista *Ilustração Brasileira* dedica-se inteiramente às festividades do Centenário de Emancipação do Paraná, publicando também artigos e colunas que retratavam a história e cultura do Estado. Nela está incluído um discurso de Bento Munhoz da Rocha que expressa com precisão o ideário do novo paranaense:

A vós todos, um recado do Paraná para o Brasil: Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras, gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses (...) Podeis levar essa certeza de que não existe no Brasil, pedaço mais brasileiro do que este, porque temos a consciência de nossa unidade, da unidade desta grande Pátria que está florindo para o mundo, dentro da qual o Paraná está firmando a sua personalidade (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1953, p. 19).

O discurso transmite a ideia de que além de serem os imigrantes – principalmente europeus – a “cara” do Paraná, é exatamente a presença deles que diferencia a identidade do Estado das demais. Porém, isto não faz do Paraná “menos brasileiro”, uma vez que estes elementos estariam comprometidos com o progresso da nação.

Com o intuito de firmar a imagem de um Paraná como terra de diversos povos imigrantes e harmoniosos o governo convocou diversas etnias para participar dos festejos fazendo exposições públicas de suas respectivas culturas, em uma tentativa de associá-las à identidade paranaense. Segundo a revista *Ilustração Brasileira*, no *Desfile das Etnias*, que contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas, estiveram representados germânicos, poloneses, japoneses, italianos, ucranianos, sírio-libaneses, franceses, holandeses, portugueses e britânicos.

Percebe-se a falta de dois grupos, afro-brasileiros e indígenas. Estas etnias, que participaram da construção do Estado desde um tempo muito anterior ao dos imigrantes, não tinham lugar nas celebrações por não combinarem com o novo perfil do paranaense pioneiro e imigrante, ainda que seja impensável que não estiveram eles entre os milhares que migraram para o Norte e Oeste paranaense. Ainda assim, dois grupos de



imigrantes não europeus compuseram as etnias convidadas para a festa, os japoneses e os sírio-libaneses.

A representação de nipo-brasileiros nas celebrações que visavam exaltar a figura de um novo paranaense são sem dúvidas um marco na representatividade dos *nikkeis* em todo Brasil. Dado o histórico de estigmas imputados, talvez seja este o grande momento da virada para todo o grupo no Paraná. Autores como Tomoo Handa (1987), Jeffrey Lesser (2001), Alexandre Kishimoto (2013), Célia Abe Oi (2005) e Márcia Yumi Takeuchi (2010) colocam a participação japonesa nas festividades do IV Centenário da Cidade de São Paulo como uma atividade que marco para a história nipo-brasileira. É quase como se o evento simbolizasse o fim dos conflitos *kachigumi/makigumi* e o início do florescimento de uma nova identidade *nikkei*.

Um processo muito semelhante não tenha ficou tão marcado na memória dos nipo-paranaenses. Obras como as de Kojima (1991), Seto e Uyeda (2002) e Oguido (1988) não dedicam mais que algumas páginas à *Comissão da Etnia Japonesa* para os *Festejos do Centenário de Emancipação do Paraná*. Alguns detalhes sobre esta participação podem ser encontrados nos depoimentos de Kozo Kasai e Nobutero Matsuda para o livro *A força de um ideal*. Ainda assim, carecem de informações. As fontes consultadas demonstram que o evento na época mereceu extrema atenção e mobilização da colônia, e os resultados da participação da etnia japonesa nos festejos, devem ser considerados de extrema relevância para a integração do grupo na sociedade e a superação de estigmas.

As comissões para os festejos de São Paulo e do Paraná foram formadas de maneira quase concomitante. Estabeleceram-se com alguma dificuldade ao longo de 1952, se consolidando ao fim daquele ano. Enquanto a paranaense foi definitivamente concretizada no dia 26 de novembro de 1952, a paulista oficializou-se apenas doze dias mais tarde, em 8 de dezembro (HANDA, 1987, p. 755). Os resultados obviamente surgiram antes no Paraná, ainda que por motivos como a intensidade do conflito entre vitoristas e derrotistas, tamanho total da colônia, número maior de associações, produção acadêmica muito mais abundante e peso econômico e político da localidade no país, os feitos da comissão paulistana sejam muito mais lembrados.

À parte das muitas semelhanças entre as duas comissões, há uma diferença marcante, a de quem as articulou. Enquanto em São Paulo a princípio formaram-se duas

comissões paralelas, uma organizada pelo cônsul Shiro Ishiguro e outra pelo deputado nissei Yukishige Tamura. No Paraná, a articulação ficou por conta da União dos Gakusseis de Curitiba. As primeiras conversas ocorreram em 1951, entre Newton Carneiro – então secretário de educação e posteriormente Presidente da Comissão Central dos Festejos do I Centenário do Paraná – Kiyossi Kanayama – um advogado da colônia residente em Curitiba – e Yoshiki Kanashiro, à época presidente da UGC.

Analisarei agora uma série de ofícios, discursos, e documentos encontrados nos arquivos da UGC que nos permitem reconstruir em grande medida como se deu a participação da *Comissão da Etnia Japonesa nos Festejos do Centenário*. O primeiro documento, enviado pela UGC para Newton Carneiro revela algumas das intenções que permeavam este envolvimento. Mencionando a possibilidade de participação da “operosa Colônia Japonesa radicada no estado” o objetivo inicial seria contribuir com “a construção de um Posto de Puericultura e da aquisição das obras necessárias ao guarnecimento de uma das salas da futura Biblioteca Pública” o que de fato se concretizou.

Com a organização arrastando-se ao longo dos meses seguintes, os trabalhos são acelerados apenas em outubro. Um ofício enviado por Newton Carneiro no dia 11 daquele mês agradece a presença do ugegense Toshio Kohatsu e outros três elementos da colônia em uma reunião realizada junto a *Comissão Central*. A ideia agora era levar “através das suas entidades sociais em todo o Estado, ou individualmente, os objetivos expostos durante nosso encontro nessa sede” visando à reunião seguinte, marcada para 15 de novembro. Era hora de acelerar a articulação, o que no caso da UGC, em sua função de “porta voz” da colônia ocorreu através da montagem de uma comissão interna no dia 15 de outubro com quatro elementos<sup>31</sup> que se dedicaram exclusivamente à questão.

A ata da 2ª Reunião da Colônia Japonesa de Curitiba (não há registro da 1ª), datando do dia 15 de novembro de 1952 mostra mais avanços na constituição da comissão. Naquela ocasião foi eleita uma comissão composta por integrantes da colônia de Curitiba, excetuando-se os ugegenses, que seguiam e seguiriam com comissão própria. Ambas se preparavam para a reunião que aconteceria no dia 23 de novembro em Londrina, visando concretizar a formação de uma comissão de todo o Estado.

---

<sup>31</sup> Eram eles Toshio Kohatsu, Kozo Kassai, Luiz Itokazu e Kossuke Kohatsu

Menciona-se também que no Norte do Estado “a impressão geral (...) foi muito boa quanto à participação da Colônia Jap. nos Festejos do Centenário”.

Sabendo deste encontro, Newton Carneiro envia um ofício demonstrando-se empolgado com os rumos tomados pelos preparativos na colônia japonesa. Escreveu uma convocação especialmente para o evento, que a UGC deveria espalhar pela colônia. Este documento expressa a vontade de Carneiro “de que seja eleita uma comissão definitiva (...) dela fazendo parte todos os elementos representativos da etnia japonesa, independente de condições econômicas, religiosas, políticas ou sociais”. Referência ao conflito do pós-guerra? Tendo a acreditar que sim. Não era em absoluto interesse do Governo do Estado a permanência de uma contenda que mobilizava grupos radicais e alguns momentos tomou ares de Guerra Civil. E de fato, a Shindo Renmei teve também uma atuação forte no Norte do Paraná (SETO;UYEDA, 2002, pp. 281-284), assim como outros grupos ultranacionalistas como a Akebono (SHIZUNO, 2010, p. 122-135).

A convocação de Newton Carneiro explicava que na impossibilidade de sua presença, ele se faria representar “pela União dos Gakusseis de Curitiba e pelo Dr. Kiyossi Kanayama” e apelava para que o maior número possível de pessoas comparecesse à reunião do dia 23. A UGC solicitou a diversos órgãos de imprensa étnica que publicassem e traduzissem a mensagem<sup>32</sup>. Interessante notar que o local escolhido para a reunião foi um templo budista. Naquele momento, já se iniciava na colônia uma divisão entre católicos e praticantes do que se considerava “religiões japonesas”. Segundo Suzuki, entre os jovens de segunda, terceira e quarta gerações, o catolicismo era predominante e entre os nascidos no estrangeiro a religião tradicional era a mais praticada (SUZUKI, 1973, p. 251). Mesmo articulado por um grupo de nisseis, o evento é marcado para um local de convívio característico dos isseis. Em um espaço étnico que estava marcado pelas divisões, o equilíbrio de forças cumpria um papel importante.

É chegado o dia da reunião que concretizaria a *Comissão da Etnia Japonesa*. Aproximadamente 70 pessoas de 16 municípios compareceram<sup>33</sup>. Na ocasião, Kiyossi Kanayama preferiu um discurso que está preservado nos arquivos da UGC. O advogado

<sup>32</sup> São mencionados o *Diário Nippak*, *O Pacificador*, *Jornal Paulista*, *Brasil Chû-gai Shimbun*, *São Paulo Shimbun*, *Notícias do Brasil*, *Nambei Ji-Ji* e *Paraná Shimbun*.

<sup>33</sup> Os municípios mencionados são: Andirá, Assaí, Apucarana, Arapongas, Cambará, Cambé, Cornélio Procopio, Curitiba, Esperança, Ibiporã, Mandaguari, Marialva, Rolândia, Santa Mariana, Uraí e Wenceslau Braz.

inicialmente remonta de maneira breve a história política do Paraná, e em seguida menciona as comemorações e realizações em torno dos *Festejos do Centenário*. O discurso tem um tom pedagógico, no sentido de explicar os objetivos daquela reunião. Afinal, como colocado anteriormente, eram os nipo-paranaenses originários de uma migração de paulistas para o Norte, e estes migrantes nunca deixaram de ter em São Paulo sua principal referência cultural no Brasil. O trecho mais significativo do discurso é o que explica o porquê de uma participação da colônia nos festejos:

E compreendendo a relevo do concurso das diversas correntes imigratórias no progresso, na criação da riqueza e na formação da sociedade do Paraná, o Governo Estadual deliberou associar, *não propriamente os estrangeiros, mas as respectivas etnias*, aos festejos comemorativos do 1º Centenário

A xenofobia e o racismo não foram praticados exclusivamente contra os imigrantes japoneses, ainda que por não serem eles nem europeus nem brancos estes discursos tenham tomado um tom peculiar. Era hora de esquecer tudo isto, deixar os problemas para trás. O governo estendeu a mão, e cabia a colônia pegá-la. Foi uma espécie de convite a deixar uma posição marginalizada, passando a integrar a história oficial e a identidade do Estado.

O objetivo central daquela reunião era nas palavras de Kanayama “eleger a comissão representativa da etnia japonesa”, que ficou subdividida em quatro grupos. A primeira chamada simplesmente de *Comissão da Etnia Japonesa* foi presidida por Riichi Tatewaki e incluiu outros dez integrantes, entre eles Kanayama. A Sub-Comissão de Curitiba com quatro integrantes se manteve, assim como a Comissão da União dos Gakusseis de Curitiba. O último grupo era o dos repórteres da imprensa étnica que se dedicaram a cobrir os festejos, um deles era o representante da Associação dos Jornalistas de Londrina e os outros dois do *São Paulo Shimbun* e do *Jornal Paulista*.

Em um jantar no dia 2 de dezembro de 1952, a *Comissão da Etnia Japonesa* foi finalmente apresentada a Newton Carneiro. E o discurso proferido por Riichi Tatewaki na ocasião revela muito do espírito com o qual os nipo-brasileiros se engajaram naquela empreitada. Tatewaki coloca-se como representante de “uma parcela da colônia e seus descendentes, principalmente do norte do Paraná, os quais labutam e vivem agradecidos nesta terra promissora”. Sua explanação sobre a satisfação dos *nikkeis* em participarem dos festejos é a seguinte:

Os cuidados dispensados às nossas propriedades particulares traduzem no seu todo benefício ao Paraná e conseqüentemente ao Brasil, e disto provindo a

nossa própria estabilidade econômica. *E isto só nos faz sentir uma única noção: a de gratidão.* Nestas condições, ao referir às comemorações do Centenário do Paraná, devemos confessar, que mesmo sem a participação por parte do Governo, já há tempos nós da etnia japonesa estávamos dispostos a cooperar voluntariamente com o movimento como uma manifestação espontânea mas singela do nosso reconhecimento.

Perante as autoridades, Tatewaki não vacilou ao agradecer a oportunidade que o Paraná representou para a ascensão social dos imigrantes. O único sentimento que ficava era o de gratidão. Apenas gratidão? No ano de 1939, um estudo realizado em Bauru constatou que 90% dos imigrantes japoneses da região desejam retornar. Segundo Lesser, as explicações para esta vontade de regressar são o sentimento nacionalista e “a impressão de que eles jamais viriam a ser plenamente aceitos como membros da sociedade no país hospedeiro” (LESSER, 2001, p. 230). A pesquisa feita por Seiichi Izumu com imigrantes japoneses de São Paulo, Paraná, Pará e Amazonas entre 1952 e 1953 revela que apenas 34,4% dos entrevistados afirmam que “não houve sofrimento” durante a Guerra. Um total de 29,3% cita a “Atitude hostil dos brasileiros” como principal dificuldade daqueles tempos (IZUMU, 1973, p. 381). Os anos de estigmatização baseada na eugenia, e de políticas repressoras do Estado Novo, as atitudes agressivas da população nos tempos de Guerra e a sangrenta divisão após o fim do conflito, tudo isto foi devidamente enterrado em nome de um sentimento, o de *gratidão*.

Tratava-se de uma estratégia. Para superar os estigmas e inserir-se na identidade regional e brasileira, foi necessária a construção de uma nova história na qual os imigrantes deixavam a condição de elemento perigoso e indesejável e passavam para a de pioneiro do campo. Nas palavras do próprio Tatewaki “é a terra quem nos proporciona recursos materiais, morais e intelectuais. E inegavelmente, todos nós, é da terra e com a terra que vivemos”. Segundo Shizuno, depois do final dos conflitos entre *kachigumi* e *makigumi*:

Prevaleceu o posicionamento da inserção, como forma de criar uma imagem aceita na sociedade brasileira, o que contribuiu para a mobilidade social dos imigrantes japoneses. Assim, a imagem construída pelos imigrantes foi calcada na possibilidade de assimilação, na capacidade do bom trabalhador, na sua inteligência inata, na dedicação ao país, etc. (SHIZUNO, 2010, p. 148).

No ano dos festejos, a colônia participou de muitas atividades. Na edição comemorativo do Centenário da revista *Ilustração Brasileira* é possível encontrar algumas fotos que registram esta participação. Para a Biblioteca Pública foram doados

2600 obras e o busto do médio Hideo Noguchi, que ainda podem ser encontrados por lá. A doação do Posto de Puericultura também aconteceu. Foram realizadas atividades como uma *Exposição de livros e Arte Gráfica* japoneses no *Instituto de Educação* ou uma *sessão artística tipicamente japonesa* na Praça Tiradentes, além da participação no *Desfile das Etnias*. Tudo isto se tornou possível a partir da articulação promovida pela União dos Gakusseis de Curitiba, que fez o primeiro contato com as autoridades do Estado, contribuiu na integração dos demais elementos da colônia da capital a diversos representantes da comunidade no interior, e ainda ajudou a mobilizar vários setores da imprensa étnica para divulgar os resultados obtidos.

Segundo Weber, o discurso proferido por líderes étnicos faz uma mediação com a sociedade majoritária, na qual os imigrantes são incentivados a integrar-se, mas se busca também a atenção das autoridades para os aspectos positivos do grupo (WEBER, 2013, p. 10). A atuação da *Comissão da Etnia Japonesa* pode ser descrita como um marco para a criação simbólica de uma identidade nipo-paranaense. Um processo no qual a sociedade paranaense entrou em contato a cultura dos *nikkeis*. Um episódio que ajudou na reconstrução da imagem de um grupo étnico extremamente estigmatizado, cuja a trajetória no país tinha sido marcada por tensões. Um momento no qual os *estudantes nisseis* foram protagonistas, utilizando-se da reputação conquistada por eles para aumentar o prestígio de toda a etnia no espaço público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionar a fundação da UGC com um processo de reconstrução da identidade nipo-brasileira, enxergo na criação da figura do *estudante nissei*, que se deu a partir da institucionalização da União dos Gakusseis de Curitiba, como um dos primeiros passos para a renovação da imagem do *nikkei* na sociedade paranaense. Isto foi feito a partir do fechamento de fronteiras da agremiação, determinando quem deveria integrá-la e quais eram seriam suas finalidades.

Ao estudar a fundação da Casa da Estudante Universitária em 1953, Martins constata que as moradoras da CEUC criaram um espaço exclusivamente feminino e fortemente regulado em torno da ideia de que do comportamento feminino depende a honra de uma casa. Como se tratava de um grupo minoritário e ascendente no meio universitário a preocupação com a imagem da casa era fortíssima, e o comportamento de uma moradora da Casa deveria ser exemplar, principalmente no que dizia respeito à conduta moral (MARTINS, 1992, p. 21). Imagino a organização interna da União dos Gakusseis de Curitiba em termos semelhantes. Os ugegenses sabiam que seriam julgados como *nikkeis*, e queriam ser julgados como tal. Quanto mais positivo fosse o julgamento, melhor seria a imagem de toda a colônia no Estado.

O *gakusei* fez mais que adaptar-se a Curitiba. Inseriu-se no ambiente estudantil, ocupou ali um papel importante, com seus militantes engajando-se nas lutas travadas pela UPE e pelos Diretórios Acadêmicos e no cotidiano dos eventos universitários. Foi um dos grupos que contribuiu para o imaginário de “Cidade Universitária” que existira sobre Curitiba. A UGC era uma entidade moderna que não se escondeu dos problemas do Estado e do país. E nos espaços onde o fez, seguia colocando-se como representante da colônia japonesa.

A superação dos estigmas era essencial para concretizar um projeto de ascensão social via inserção no ensino superior. Não bastava um diploma, era necessária a aceitação do *nikkei* na elite brasileira. A UGC cresceu em representatividade e cumpriu fundamental neste processo. O momento marcante é a criação da *Comissão da Etnia Japonesa* para os *Festejos do Centenário de Emancipação do Paraná*.

Devemos nos atentar aos motivos pelos quais a etnia japonesa foi convidada para participar das comemorações, pesem os estigmas ainda fortemente imputados a ela,

e também as razões por esta organização ter ficado ao encargo da UGC. Acabada a Guerra, e com a certeza de que esta população permaneceria no Brasil, o governo paranaense uniu o útil ao agradável. O *nikkei* estava entre os grandes grupos de migrantes que chegaram ao Norte do Paraná, tendo como principal motivo desta migração a expansão da fronteira do café para esta parte do Estado. Sabendo que os nipo-brasileiros constituíam uma importante percentagem do quadro demográfico e da produção agrícola da região que foi o motor do crescimento paranaense, e procurando construir o imaginário de um Paraná diverso a partir de seus grupos de imigrantes e com a modernização atrelada ao café, foi do interesse do Governo do Estado incluir este grupo no grande caldeirão das etnias da terra das araucárias.

Os motivos do papel de liderança e protagonismo exercido pela entidade dos *estudantes nisseis* se encontram primeiramente na própria organização da colônia naquele momento. No contexto do pós-guerra ainda não existiam grandes associações *nikkeis*, e muitas delas estavam divididas entre as de vitoristas e as de derrotistas. Tratava-se de pequenos grupamentos que se dedicavam quase exclusivamente a atividades de sociabilidade interna. A UGC participou da reorganização e da ampliação desta sociabilidade e utilizando o cinema e o esporte, e pôde passar valores para a colônia a partir destas atividades.

Intencionalmente ou não, a escolha dos *Gakusseis* como “porta vozes” da colônia japonesa nos festejos do *Centenário* casava muito bem com o imaginário de paranaense que o governo procurava construir naquele momento. A utopia era a imagem do filho do imigrante pioneiro e desbravador, que manda seu filho para a universidade na capital, contribuindo duplamente para o progresso paranaense. A imagem do paranaense ideal para o Governo do Estado se parecia em muito com a do ugecense padrão.

Ainda que muitos autores tenham apontado a necessidade de um estudo mais detido do papel cumprido pelas associações no processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, ainda há muito que produzir neste campo. Este trabalho lançou alguns questionamentos iniciais sobre o papel cumprido pela União dos *Gakusseis* de Curitiba em um momento de integração dos *nikkeis* na sociedade brasileira. Muitos documentos presentes nos arquivos da agremiação ainda estão por serem trabalhados, e diferentes abordagens de pesquisa são possíveis a partir deles.



A UGC continuou crescendo e escrevendo novas páginas na sua história após o ano de 1953. Atualmente, luta para manter-se de pé, com um número baixo de integrantes e escassez de recursos. O legado da entidade para a colônia japonesa de Curitiba não se esgotará. A maior das associações nipo-brasileiras da capital paranaense, o *Nikkei Clube de Curitiba*, foi fundado por ex-ugecenses que buscaram uma nova casa ao ter de deixar os quadros da entidade dos *estudantes nisseis*. Muitos jovens nipo-brasileiros seguem deixando o interior rumo a Curitiba visando ingressar na universidade. Sua experiência de adaptação é hoje muito menos traumática, em grande parte pelo legado deixado pela entidade que representou pela primeira vez os *estudantes nisseis* no Paraná.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### *Fontes*

A Voz da União, Curitiba, 2 de jun. 1963.

Cartas Recebidas pela UGC entre 1949 e 1953

Documentos Produzidos pela UGC entre 1949 e 1953

Estatuto da UGC (1954)

Ilustração Brasileira: Edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, dez. 1953.

Ofícios Recebidos e Expedidos pela UGC entre 1949 e 1953

Livro de Atas da diretoria da UGC (1950-1952)

Livro de Atas do Departamento Esportivo da UGC

Livro de Atas da Comissão da UGC para os Festejos do Centenário do Paraná

MATSUDA, Nobutero. Entrevista concedida a Ivan Araújo Lima, 10/8/2014.

SATO, Américo. Entrevista concedida a estudantes da UGC para a publicação do livro *A Força de um Ideal*, 1999.

UGC. **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: UGC, 1999

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. **Relatório**: IV Congresso Estadual dos Estudantes. Curitiba, 1948.

UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES. **Relatório** da gestão outubro de 1949 a outubro de 1950 apresentado por seu presidente Lincoln da Cunha Pereira ao VI Congresso Estadual dos Estudantes. Curitiba, 1950.

UYEDA, Maria Helena. **A Voz da União**. Curitiba, 1989.

### *Bibliografia*

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas** – Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica S.A. de C.V., 1993.

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED/UFPR, 2000.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

\_\_\_\_\_. **O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 317-345.

CARNEIRO, Maria Luiza T. **A bitopia do imigrante ideal: Nem Negro, nem Semita, nem Japonês**. In: CARNEIRO, Maria Luiza T., TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 63-96.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra** – A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp/Geração Editorial, 2002.

DA MATA, Milton H. **Urbanização e migrações internas**. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

ELIAS, Norbert e SCOTSON John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GERALDO, Endrica. **A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil**. Campinas: Cadernos AEL, vol. 15, n 27, pp. 171-212, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

\_\_\_\_\_. **Quien necessita identidad ?** In: HALL, Stuart, DU GAY, Paul (org.) **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorroutu, 2003.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

HUCITEC. **Uma epopeia moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

IPARDES. **O Paraná reinventado – política e governo**. Curitiba: IparDES, 2006.

IZUMU, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 361-385.

KISHIMOTO, Alexandre. **Cinema japonês na Liberdade**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. (Dissertação de mestrado), 1991, UFPR, Curitiba, 1991.

KUMASSAKA, Y., SAITO, H. **Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 448-465.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e o significado da militância étnica (1960-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **“Um lar em terra estranha”**: A aventura da individualização feminina. A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. (Tese de Doutorado), 1992, UFPR, Curitiba, 1992.

MITA, Chiyoko. **Bastos – Uma comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 1999.

PAULA, Lucilia Augusta Lino de. **Protagonismo juvenil e Movimento Estudantil: uma estratégia de distinção?** Disponível em:

[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2F26reuniao.anped.org.br%2Ftrabalhos%2Ffluciliaaugustalinodepaula.rtf&ei=MJaTVYLXK4mdwgTf25a4Aw&usg=AFQjCN EE6cI\\_d-v21CSsiWR\\_LVv3FNzIrQ](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2F26reuniao.anped.org.br%2Ftrabalhos%2Ffluciliaaugustalinodepaula.rtf&ei=MJaTVYLXK4mdwgTf25a4Aw&usg=AFQjCN EE6cI_d-v21CSsiWR_LVv3FNzIrQ) Acessado em: 26/1/2015.

OI, Célia Abe. **Piratininga, 50 anos** – Uma história da geração nissei. São Paulo: Associação Cultural e Esportiva Piratininga, 2005.

MANNHEIN, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI, M. (org.) **Mannehin: Sociologia**. São Paulo, Ática, 1982.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SEED, 2001.

OGUIDO, Homero. **A saga dos japoneses no Paraná**. 2.ed. Curitiba: Gráfica Ipê, 1988.

ROSANELLI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café** – História e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no Norte do Paraná (Tese de Doutorado), 2009, USP, São Paulo, 2009.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

SAITO, Hiroshi. **Mobilidade e assimilação de imigrantes japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 467-474.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil** (Tese de Doutorado). Campinas, 2000, UNICAMP

\_\_\_\_\_. **O Espírito Comunitário Japonês – (Re)Interpretado no Brasil**. In: Co-edição: INSTITUTO BRASIL-JAPÃO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL E SOCIAL E ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Org.). **Centenário: Contribuição da Imigração Japonesa para o Brasil Moderno e Multicultural**. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2010.

SHIMIDU, Amélia Hiroko. Assimilação dos estudantes universitários nisseis em São Paulo. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 474-485.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo no Brasil**. Londrina: Eduel, 2010.

\_\_\_\_\_. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo** In: CARNEIRO, Maria Luiza T., TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 123-148.

SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi** - caminhos percorridos: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SUZUKI, Teiiti. **Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses**. In: SAITO, H., MAEYAMA T. (Ed.) **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Vozes/Edusp, 1973, p. 224-239.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. O Império do Sol Nascente no Brasil: Entre a Idealização e a Realidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza T., TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo: Edusp, 2010, p. 25-62.

UGC. **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: UGC, 1999

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

WAWZYNIAK, S. M. dos S. – **Histórias de estrangeiro: paços e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)** - Tese (doutorado), UFPR, Curitiba, 2006.

WEBER, Regina. **Líderes e intelectuais étnicos: significados e interpretações**. UFPR, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/10/Li%CC%81deres-e-intelectuais-e%CC%81tnicos-UFPR-Profa-Regina-Weber.pdf> Acessado em: 28/12/2014

## ANEXOS

### **1 – Transcrição editada da entrevista concedida por Nobutero Matsuda especialmente para este trabalho, no dia 10/8/2014.**

**Entrevistador:** Antes de tudo, quero dizer que eu vi teu depoimento aqui (no livro *A Força de um ideal*) e fiz questão de vir porque achei um dos mais emocionantes o seu. Dá pra ver que você vestia a camisa da UGC, e também teve uma trajetória como militante estudantil também que me interessa muito. Então a primeira coisa, assim, que me chamou muita atenção, muita curiosidade, é que aqui às vezes tá transcrito, como não vi o vídeo fica meio confuso às vezes, eu queria que você explicasse como funcionava a questão das repúblicas nessa época, e como surgiu a Baitaca, o que vocês faziam lá, quem que estava por lá.

**Nobutero Matsuda:** Bom, primeira coisa, como eu falei de início, procurar um lugar de acomodação. Os estudantes não tinham, não tinha uma casa própria de estudante ainda na época.

**Entrevistador:** Como surgiu a CEU você sabe?

**Nobutero Matsuda:** A CEU, pois é, a CEU surgiu também por causa disso, porque a maior parte dos estudantes que tinha vindo do nordeste, norte, e não tinha aonde se acomodar, estava todo mundo em pensão. Procurando pensão, casa, ou uma casa assim de grupo assim, que juntasse e pudesse alugar uma casa. Mas raramente a sociedade aceitava estudante como um pretendente a alugar uma casa, eles não gostavam não, de estudante ninguém gostava. Era arruaça.

**Entrevistador:** Ah, arruaça?

**Nobutero Matsuda:** É, então eles não gostavam, e daí houve um movimento independente disso, da casa do estudante, que era diretamente ligado com as universidades e diretórios acadêmicos. Forçaram o governador a montar uma Casa do Estudante. E daí conseguiram construir a Casa do Estudante. Era antes da UGC, não sei que presidente aí, mas conseguiram formalizar a construção da Casa do Estudante e o governo do Estado deu apoio e construíram a Casa do Estudante no Passeio Público. E ao mesmo tempo em que surgia isso, a União Paranaense dos Estudantes, que era a

entidade máxima dos universitários no Estado, fez um movimento e construiu um Restaurante Universitário, dentro do passeio público.

**Entrevistador:** Então foi luta da UPE mesmo

**Nobutero Matsuda:** Da UPE, União Paranaense dos Estudantes. E daí, os nisseis, são os estudantes filhos de descendentes de japônês, se esparramaram pela cidade, morando em pensão. Daí a liderança de um colega nosso lá, o Yoshikiti Kanashiro, ele tomou a iniciativa de reunir um grupo de cinco ou seis na época, e implantar uma entidade que pudesse auxiliar aqueles estudantes nisseis que viessem do interior. Ficavam perdidos por aí, não sabiam nem procurar pensão, então nós nos reunimos, organizamos a União dos Gakusseis de Curitiba. Não é bem União... o nome veio depois, mas foi um grupamento de estudantes reunidos que resolveram fundar a União dos Gakusseis, a entidade, pra depois dar o nome.

**Entrevistador:** Você estava na fundação?

**Nobutero Matsuda:** Estava. Bem eu, fui um dos colaboradores da fundação. E os mentores iniciais foram Yoshikiti Kanashiro...

**Entrevistador:** Pode ir falando.

**Nobutero Matsuda:** Kozo Kasai, Toshio Igarashi, ai depois você vê o nome, Toshio Igarashi, Toshio Kohatsu, Américo Sato, é, esses são os primeiros viu, praticamente os primeiros.

**Luzia Matsuda:** Você estava no meio também?

**Nobutero Matsuda:** Eu estava no meio sim. E a ideia então era ajudar o pessoal que vinha do interior, fazer um grupamento de tal maneira que nós conseguimos alugar uma república, Baitaca.

**Entrevistador:** Foram vocês que alugaram?

**Nobutero Matsuda:** Nós. Conseguimos alugar porque a pessoa que era proprietária tinha confiança nos descendentes de japoneses né? Nós nos reunimos lá em conjunto, pedimos que ele nos fizesse o favor de alugar a casa, que nós íamos cuidar direitinho etecetera. Conseguimos, primeira república de estudantes que foi a Baitaca. E aí então fazíamos reuniões semanais pra pensar uma maneira de criar uma entidade que pudesse



atender o pessoal que viesse estudar aqui em Curitiba, porque na época não tinha faculdades no interior.

**Entrevistador:** No caso, assim, vocês sentiam essa dificuldade, por isso que teve a ideia também.

**Nobutero Matsuda:** Exatamente por causa disso. Então resolvemos criar a União dos Gakusseis de Curitiba. Botamos o nome Gakusseis pra diferenciar.

**Luzia Matsuda:** Sabe o que quer dizer Gakusseis?

**Nobutero Matsuda:** Gakussei quer dizer estudante. Pra diferenciar um pouquinho com a Casa do Estudante ou com os Diretórios Acadêmicos né. Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos. Daí, criamos a União dos Gakusseis. O nome Gakusseis, o Kozo Kassai que criou o nome de Gakusseis, UGC né, a sigla. Ele deu a idéia e nós adotamos. Daí, a entidade começou a desenvolver diretorias, fazendo reuniões, procurando estudantes que estavam perdidos aí na cidade, nas universidades, e juntamos todos eles pra ingressar nessa entidade. UGC.

**Entrevistador:** Vocês iam atrás?

**Nobutero Matsuda:** Atrás.

**Entrevistador:** Viam quem era aprovado?

**Nobutero Matsuda:** Exato. Quem era descendente de japonês nós íamos atrás, conversamos com ele “olha nós estamos com a ideia de fundar uma entidade, e você engrossa o grupamento pra nós podermos ter força de criar mais ainda o movimento.” E daí foi, foi crescendo, com o tempo foi crescendo.

**Entrevistador:** Vocês imaginaram isso?

**Nobutero Matsuda:** Não, nunca imaginamos. Procuramos atender bastante pessoal que vinha perdido do interior, tava perdido aí na cidade. Isso chamou a atenção do governo, chamou a atenção da própria colônia do interior mesmo. Ficaram sabendo que tinha uma entidade assim, que procurava atender os estudantes que vinham estudar na universidade, fazer vestibular. Então começamos o movimento, e daí não parou mais. Criamos a UGC. Aí, a organização estudantil na época aqui em Curitiba era muito bem organizada. Mesmo os estudantes da universidade, faculdades particulares daqui, todos

eles, todos os estudantes, tinha consciência da organização de seu diretório, de seu centro acadêmico né. Daí então, criou-se a União Paranaense dos Estudantes, um movimento. A UPE já existia antes, mas não tinha um movimento tão grande. Nós da UGC que tínhamos mais movimento.

**Entrevistador:** Ah é?

**Nobutero Matsuda:** É.

**Entrevistador:** Olha só.

**Nobutero Matsuda:** E daí, saía sempre nos jornais.

**Entrevistador:** Assim, só uma pergunta assim. Por exemplo, já que a gente tá no tema da UGC ainda. Sempre escuto que... e li também, que na UGC tinha num bom sentido várias discussões assim, cada um tinha uma proposta. Claro que é muito natural. Acho que a UGC acabou sendo um pouco de cada uma dessas propostas de vocês.

**Nobutero Matsuda:** Exato.

**Entrevistador:** E poxa, queria que você falasse um pouco disso, do que era a proposta de cada um. Que papel você imaginava que a UGC poderia cumprir na sociedade? Diziam que o Kozo era um cara mais artístico, fazia os Salões (de Arte da UGC). Não sei a pergunta ficou clara. Fico imaginando isso.

**Nobutero Matsuda:** Ah. Nós criamos a entidade pra que? Até a dançar nós ensinávamos os nisseis.

**Entrevistador:** Ah é? A dançar é?

**Nobutero Matsuda:** Até a dançar.

**Entrevistador:** Pro pessoal se soltar né?

**Nobutero Matsuda:** Até isso nós procuramos incentivar. Incentivar também as meninas que estudavam na colônia.

**Interrupção – O telefona toca**

**Entrevistador:** Diga seu Nobutero.

**Nobutero Matsuda:** Bom, o que acontecia na colônia também... eles vendo esse movimento nosso aqui. Eles vendo esse nosso movimento (a gente) dizia pro pessoal da colônia “não é só rapazes que devem estudar”

**Entrevistador:** Ah sim, isso me chamou muita atenção.

**Nobutero Matsuda:** Até as meninas devem participar, ou estudar curso superior. Então fizemos um movimento inclusive no interior todo, pra que as meninas também estudassem no curso superior. Não ficasse só nos homens. Porque aquela idéia antiga da Guerra, após a Guerra, tinha uma semente muito ruim. Que o pessoal que veio da imigração, eles pensaram exclusivamente em trabalhar bastante aqui, ganhar dinheiro, e retornar pro Japão. Tinham esse pensamento. Então não deixavam, não davam muito valor às meninas, as mulheres estudarem. E nós já tínhamos outro pensamento mais avançado. Não pensávamos mais nisso. Nós pensávamos na... no pensamento de brasilidade. Nós nascemos aqui. Somos brasileiros. Vamos vencer aqui e fazer alguma coisa no nosso país. Esse era o princípio nosso. Era diferente da colônia.

**Entrevistador:** Pois é, então, até nas outras associações era diferente esse pensamento, você diria, ou não?

**Nobutero Matsuda:** Sim, por isso mesmo que eles ficavam isolados. As entidades que criaram aqui, eram os senhores de idade, então não tinham ideia (inaudível) e só pensavam em ganhar dinheiro e depois voltar. Mas surgiu a Guerra, e não teve mais a oportunidade de voltar. Daí, com nosso esforço, junto, é que criamos esse ambiente dos estudantes fazerem mais um movimento de unificar a colônia de uma maneira que tirasse esse pensamento ruim, de pensar mal do país. Então nós fizemos esse movimento pra que todos ficassem aqui, estudando na universidade, e se tornassem um bom cidadão brasileiro.

**Entrevistador:** Que bonito isso. Assim, uma coisa é ler, outra coisa é viver, por isso que quem estuda História tem que procurar pessoas como você. Lendo assim a gente sabe que o ano de (19)49 estava difícil. Tinha acabado a Guerra, ainda teve aquele negócio de conflito entre os japoneses e tal. Vocês tiveram algum receio na fundação ou Estavam decididos a encarar?

**Nobutero Matsuda:** Não. Decididos a encarar esse aspecto e ir pra frente. Tornar um bom cidadão brasileiro. Formar bem, estudar bastante, e ser alguma pessoa de utilidade

para a sociedade, no profissional. Se é engenharia, engenheiro, ser médico, um bom médico, e assim incentivar todo mundo a caprichar no estudo.

**Entrevistador:** Ah, que beleza! Uma beleza

**Nobutero Matsuda:** E que seja útil a sociedade. Só formar simplesmente e ir lá e clinicar, ou fazer construções, só isso não adiantaria. Era preciso acordar o espírito tanto da colônia japonesa como dos descendentes, acordando pra servir o país que nasceu. Amar o país que nasceu.

**Entrevistador:** Ah, bacana. E como é que vocês se comunicavam o pessoal do Glória por exemplo, das outras associações.

**Nobutero Matsuda:** Isso nós fazíamos através do esporte. Beisebol. Mesmo o beisebol quem começou a atividade aqui fomos nós da UGC. Começamos com um pequeno campo, qualquer campo que sobrasse aí (e) não fosse utilizado. (Era) longe, mas não importava. Até a Praça Rui Barbosa era centro de treino nosso, era um gramado. Nós treinávamos até lá. E daí através do beisebol começamos a chamar o pessoal “ó vocês se juntem aí”. (Para que) eles se juntassem, e vamos através do esporte começar a unir e criar. E eles começaram a criar então suas sociedades. Glória, Pinheiros e Uberaba. Então eles começaram a criar pequenas atividades esportivas como o beisebol. Era o único (esporte) que poderia, que o pessoal sabia, tinha gente que entendia, então poderia ensinar e fazer as reuniões, embates esportivos. E daí nós poderíamos divulgar o bom dos nossos pensamentos. Dizer ao pessoal da colônia que não só os rapazes estudassem, mas também as mulheres, moças, crianças estudassem também na faculdade. Tornassem cidadãs. Daí começou o nosso movimento e, ao mesmo tempo, nós imputávamos na cabeça dos antigos que acreditavam que o Japão tinha vencido a Guerra, mesmo após o término, eles ainda tinham, alguns elementos ainda acreditavam, e não admitiam que o Japão tivesse perdido. E daí houve bastante atrito.

**Entrevistador:** E vocês se posicionaram quanto a isso?

**Nobutero Matsuda:** Abertamente nós nos posicionamos. Nós não dizíamos assim “Japão perdeu!” Não.

**Entrevistador:** Porque também não dava né? Se chagasse assim o pessoal não ia te escutar.

**Nobutero Matsuda:** Daí não iriam ouvir. Então nós (fomos) aos poucos “olha o Japão está numa fase assim, tem um acordo com os Estados Unidos” e daí então, a imprensa, os jornais, começou a vir a televisão, tudo isso ajudou a esclarecer. Não foi necessário a gente chegar, criar um movimento. O movimento foi subterrâneo, com calma, devagar, e chamando eles pra conviver junto conosco. E nessas atividades nossas, de cinema, nós passávamos, apresentávamos até sessão de cinema pro pessoal da colônia, que nem isso eles tinham assistido. Não assistiam cinemas nacionais, então não sabiam nada.

**Entrevistador:** Só uma dúvida bem pontual. Vocês passavam cinema aonde assim, vocês alugavam?

**Nobutero Matsuda:** Alugávamos cinemas da cidade.

**Entrevistador:** Alugavam cinema da cidade e mandavam trazer de São Paulo?

**Nobutero Matsuda:** Trazíamos os filmes de São Paulo, passávamos pra eles e o pessoal saía correndo aí. Aonde tivesse cara da japonês.

**Entrevistador:** O pessoal gostava então.

**Nobutero Matsuda:** Gostava porque aparecia filme japonês. Daí, aos poucos, através de filmes também, fomos mostrando o Japão progredindo, desenvolvendo, tudo isso foram sentindo, que nos diários, nos filmes, aparecia. Aparecia que eles realmente perderam a Guerra. Que o americano tomou posse e tava dando uma ajuda extraordinária pro governo japonês. Tudo isso acalmou a briga que havia entre os que acreditavam que o Japão tinha ganho e os que não. Havia esse atrito. Mas foi serenando tudo isso. Praticamente foi apaziguado por causa disso.

**Entrevistador:** Chegou a ter muitos problemas aqui em Curitiba? Ou foi mais discussão boca a boca.

**Nobutero Matsuda:** Teve grupo, um grupo de... daqueles (inaudível) formando um grupo pré-militar sabe? De querer eliminar (outras pessoas).

**Entrevistador:** Eles atuaram aqui em Curitiba?

**Nobutero Matsuda:** Não, não. Aqui em Curitiba não foi. Foi mais no interior.

**Entrevistador:** Shindo Renmei né?

**Nobutero Matsuda:** É Shindo Renmei.

**Entrevistador:** Teve a Akebono aqui no Paraná acho.

**Nobutero Matsuda:** Isso. Teve esses grupos todos. Então, nosso movimento que deu um alcance profundo. Teve que ter a sensibilidade de não criar atrito.

**Entrevistador:** Porque se não ia piorar as coisas.

**Nobutero Matsuda:** Piorar, piora. Ai não dava. E daí, o que aconteceu? Todo mundo, foram servir, fazer o serviço militar. Começaram a frequentar as escolas. Começou a melhorar assim.

**Entrevistador:** Outra pergunta. Já que você falou que vocês focaram bastante na educação assim, o pessoal que era aqui de Curitiba mesmo, que tava mais na zona rural da cidade mais ou menos. As crianças costumavam a frequentar a escola já? Ou vocês incentivaram também a mandar

**Nobutero Matsuda:** Eles frequentavam as escolas, não na universidade.

**Entrevistador:** Vocês incentivavam a entrar no ensino superior.

**Nobutero Matsuda:** Isso. Nós queríamos que eles estudassem. Terminassem ginásio e o colégio e fizessem o vestibular pra entrar, ingressar no curso superior. Todo esse movimento era nosso objetivo principal. Fazer com que o pessoal jovem não ficasse só na roça com os pais, e morresse lá na roça. Nós queríamos que esses rapazes estudassem, transformassem em doutor, futuro doutor do país. E esse movimento parece-me que impregnou um movimento muito sério. Ninguém falava mal da UGC. Daí então que nós começamos atividades, levar atividade cultural, cinema, excursão, piquenique, tudo isso.

**Entrevistador:** Ah, eu vi as fotos de vocês lá.

**Nobutero Matsuda:** Ah viu?

**Entrevistador:** Muito bonitas, o pessoal ia pra praia e eram muitos hein? Não era pouca gente não.

**Nobutero Matsuda:** Não! Nós alugávamos um comboio aqui na estação. Um comboio, um vagão, dois vagões pra carregar o material que nós levávamos, comida. E dois, três

carros, pro pessoal passageiro. E, olha vou, dizer. Todo mundo tinha que aprender a cozinhar. Tem que aprender a cozinhar, fazer limpeza, variando em grupos. Todo dia um grupo.

**Entrevistador:** Aí é muito educativo né?

**Nobutero Matsuda:** É. Foi o que fizemos, um movimento, excursões, piquenique, tudo isso, às vezes uma viagem cultural, muito difícil, mas depende de dinheiro né? E nós não tínhamos.

**Entrevistador:** Vocês contavam com a ajuda de quem pra fazer esses eventos? Ou vocês levantavam tudo do jeito que dava e iam embora lá..

**Nobutero Matsuda:** Não, não. Não era assim não. Nós fazíamos algum movimento, um jantar, entendeu? Um jantar, um bailezinho pra incentivar o pessoal a dançar também. E com isso ia juntando dinheiro. Fazia um jantar.

**Entrevistador:** Só uma coisa. O baile e esses eventos frequentava mais o pessoal da colônia ou frequentava todo mundo? Era quem aparecia lá?

**Nobutero Matsuda:** Não, aí nós convidávamos o pessoal dos Diretórios, os estudantes que estavam estudando nas escolas privadas. Chamassem os colegas deles lá, pra vir participar das festividades nossas. Daí houve um entrosamento entre Diretórios Acadêmicos, Centros Acadêmicos né? União Paranaense dos Estudantes, tudo isso. E eu de cara já fui membro da União Paranaense dos Estudantes, então servia de ponte entre a União Paranaense e a UGC. E daí, entrosamos os movimentos.

**Entrevistador:** Olha que bacana! Isso que eu ia te perguntar. Porque lembro que no teu depoimento está escrito que você, se o pessoal procurasse em jornal ia ver muita coisa sobre a UGC, e eu fui procurar! Achei! Achei muito sobre você também. Achei sobre todo mundo. E isso que eu ia perguntar, se o pessoal da UGC nesse começo, porque parece que depois isso foi, essa relação foi se afastando né, a UGC foi aos poucos se afastando, até por conta da própria desmobilização né que rolou entre os estudantes e tal. Mas o pessoal da UGC costumava a participar então? Ou era uma coisa mais tua assim, participar da UPE, dos diretórios.

**Nobutero Matsuda:** Nós procurávamos participar também do movimento estudantil, dentro da UPE. A UPE patrocinava o movimento, nós não fugíamos não, porque todo o

estudante que tava dentro da UGC pertencia também aos Diretórios Acadêmicos. Então através dos nossos colegas, influenciar nos movimentos universitários. E daí, crescendo cada vez mais, basta dizer que a organização estudantil no Paraná, nós tivemos no meio. No meu período na UPE, até granja universitária nós tínhamos.

**Entrevistador:** Granja? Onde é que ficava a granja?

**Nobutero Matsuda:** Acho que aqui na, Quatro Barras aqui pra adiante. Tinha uns animais lá (íamos) pra pegar leite, pro pessoal aqui, pra UPE, e verduras que plantávamos lá e servíamos no Restaurante Universitário.

**Entrevistador:** Ah! Servia lá é?

**Nobutero Matsuda:** É. Criação de porcos que fizemos. Também uma vez por semana matávamos um porquinho lá.

**Entrevistador:** Ah, então vocês tinham uma ligação forte com o Restaurante! Hoje em dia a gente vai lá, come e vai embora!

**Nobutero Matsuda:** Vai embora né? Então tinha essa história toda.

**Entrevistador:** Que legal!

**Nobutero Matsuda:** Formavam filas pra comer, mas era uma maneira do estudante ter um lugar e satisfazer né.

**Entrevistador:** Nossa, nunca me passou pela cabeça. Hoje os funcionários são terceirizados.

**Nobutero Matsuda:** Os funcionários sim. Do Restaurante da UPE, por exemplo, era funcionários, nós pagávamos tudo. Nós tínhamos caminhonete, caminhão pra fazer carga, entrar na chácara e na sede. Tudo isso nós fizemos na UPE. A UPE era uma entidade fabulosa sabe? Brigávamos com a reitoria pra tirar dinheiro, brigávamos com o ministério, sempre pedindo ajuda. Porque estudante tem que viver de ajuda.

**Entrevistador:** Tinha quase todos (os estudantes) de fora né?

**Nobutero Matsuda:** De fora. Então pelo menos isso o governo conseguia atender. Em parte ajudava um pouquinho. De vez em quando nós fazíamos campanha, arrecadar arroz, feijão, café, na cidade e no interior. Todo mundo ajudava. Nós mostrávamos



nosso trabalho aqui. Porque estudante tinha chácara, mas era insuficiente pra atender todo o pessoal. Então pedíamos campanha através da rádio. Através de visitas próprias dos estudantes, que quando chegavam nas férias, tinha elementos de cada cidade, estudantes universitários, ou da UPE, ou da UGC, ou dos Diretórios, pedindo comida, ajuda, e o povo ajudava.

**Entrevistador:** Ai, que bacana.

**Nobutero Matsuda:** Assim que foi a entidade cresceu. Você já viu fotografia né?

**Entrevistador:** Vi, mas adoro ver! Vejo mais agora (...)

**Entrevistador:** Ah, deixa eu te perguntar uma coisa aqui que me chamou a atenção aqui. Foi uma coisa bem pontual que eu li no teu depoimento, que você deu pros cinquenta anos da UGC. Quando que foi essa visita do Bispo de Nagasaki aqui? Eu fiquei procurando, procurei o mundo inteiro atrás e não achei nada. Queria saber, quando é que ele veio.

**Nobutero Matsuda:** Não sei por que é que ele veio. Ele veio e se comunicou mais com o pessoal da igreja, colégio Dom Bosco. Eles são carmelitas né? Carmelitas, acho que é. Aí indicaram um padre, o padre não sei de onde é, mas quem acompanhou no fim fui eu e o pessoal da UGC que acompanhou, (fomos) mostrar a cidade, (passear) por colégio, faculdade, tudo isso foi nós.

**Entrevistador:** O que ele achou? Ele gostou?

**Nobutero Matsuda:** Gostou bastante. Na república nós recebíamos até professores das faculdades do Japão.

**Entrevistador:** Ah sim, eu me lembro (de ter lido) o cara até dormiu lá com vocês.

**Nobutero Matsuda:** Dormiu, dormiu!

**Entrevistador:** Ele deve ter adorado dormir com os estudantes!

**Nobutero Matsuda:** Gostou (dissemos) “olha professor, não tem luxo, aqui o senhor vai ter que tomar na xícara que nós usamos, toma um chá ou café e pão que a padaria fornece”.

**Entrevistador:** Então vocês recebiam quando vinha. algum tipo de pessoa do Japão.

**Nobutero Matsuda:** Sim. E o próprio professor ao em vez de ir pro hotel, ele preferia ficar com os estudantes. Pra conhecer como é que os brasileiros viviam aqui. Então era até interessante porque eles mesmos gostavam. Olhavam a república assim e diziam “é fantástico”.

**Entrevistador:** Imagino, imagino, acho que eu ia gostar também!

**Nobutero Matsuda:** Fazer cozinha, compra de mantimentos pras comidas da semana, era uma vez por semana. Um de cada pra ir na freira comprar verduras e outras coisas. Tudo em escala. A diretoria da república era presidente, secretário, tesoureiro, tudo organizado! Com livro, ata e reuniões. Era assim, onde é que foram os livros.

**Entrevistador:** É, estou procurando. Você falou que tinha o livro de atas. Mas to procurando até agora no arquivo. Achei os dos anos (19)70 já, dos (19)80, e os dos anos (19)50 e (19)60 não achei, mas vou achar! Se esse livro existe ainda vou achar!

**Nobutero Matsuda:** Vai achar. Inclusive eu doei um livro da primeira imigração japonesa no Brasil. Um livro dessa grossura assim (grande), com o nome de cada japonês que veio naquele navio, Kasato Maru.

**Entrevistador:** Olha só, esse aí é bacana hein.

**Nobutero Matsuda:** Eu doei esse livro lá, não sei se você vai encontrar.

**Entrevistador:** Não, é que lá tem muita coisa assim. (Se) o senhor ver. Tem um monte de caixas fechadas, tem que olhar direito. Ainda não abri tudo não. Foquei mais nas fotos, agora to procurando documentos escritos, to procurando agora.

**Nobutero Matsuda:** Quem sabe você encontra.

**Entrevistador:** As fotos, achei álbum quase de (19)49 até (19)70, de quase todos os anos. Achei bonita a capa dos álbuns que era uma coisa em alto relevo.

**Nobutero Matsuda:** Nunca vi não.

**Luzia Matsuda:** No começo era só homem né, porque vinha homem estudar.

**Nobutero Matsuda:** É só homem.

**Luzia Matsuda:** Era só homem. Ai no entanto, disse que tinha (mulher).

**Nobutero Matsuda:** Na minha república, Tudo Azul, vieram duas irmãs da faculdade aqui, não tinham onde morar. (Uma) pensão assim. Então, me pediram pra que eu deixasse morar na república dos rapazes. Falei “não tenham dúvidas, tem um quarto lá que dá pra morar”. Duas. Era a esposa do Américo Sato e desse que foi deputado, irmão do Nelson. Enfim, ficou a esposa dele, ta lá, foi pra Londrina. As duas irmãs moravam lá na república dos rapazes. Ai você vê a disciplina que tinha.

**Entrevistador:** O pessoal respeitava elas ?

**Nobutero Matsuda:** Não, todo mundo respeita!

**Entrevistador:** Aí sim, que bom.

**Nobutero Matsuda:** Moravam sim.

**Entrevistador:** Deixa eu te perguntar, já que você tocou nesse assunto, eu coloquei ele aqui também. No começo não tinha homem na UGC, mas surgiu o Departamento Feminino e ficou bem forte inclusive. Infelizmente só achei uma edição da *Voz da União* dessa época. Queria achar outras mas acho que não vou achar, já percebi isso. Mas dá pra ver que a mulherada tinha força sim! Como é que surgiu? Que atividades elas faziam? Porque aqui o livro, infelizmente, foi bom, mas o método né, eles botaram depoimento de presidentes, só que só teve uma presidente mulher, e foi lá nos anos 90 já. Então faltou a voz das mulheres um pouco. Queria saber como elas agiam.

**Nobutero Matsuda:** No Departamento, por exemplo, se tivesse departamento médico, eram os estudantes de medicina. Então, elas participavam, como participavam, como participavam no departamento aí, participaram de diretoria depois né? Pelos serviços que elas prestavam em atendimento a (inaudível). Daí começou a aparecer bastantes mulheres pra estudar. Entravam na faculdade e nesse período assim já começou a criar Casas do Estudante Universitário pela Universidade Federal, e depois, criaram a Casa da Estudante. E eu participei na fundação também dessa Casa da Estudante e tudo, foi tudo bom. Até hoje a Casa da Estudante é aí. Funciona.

**Entrevistador:** Sim, sim, tenho amigas que vivem lá.

**Nobutero Matsuda:** E Casa do Estudante lá é separado da universidade mas... participam todos os estudantes do curso superior. Lá perto do Colégio Estadual. Né? Bom que mais que tem pra falar sobre.

**Entrevistador:** Tá acabando! Tem mais algumas coisas. Duas questões. Uma coisa que não ficou clara pra mim foi como a UGC participou no Centenário da Emancipação. Porque eu sei que teve tradução de livros, não sei se teve mais alguma coisa, mas eu não entendi bem como funcionou. Queria saber.

**Nobutero Matsuda:** O Centenário da Imigração?

**Entrevistador:** Não, da Emancipação. Em (19)53. Tinha até uma foto ali que você mostrou, de vocês participando na Biblioteca Pública e tal.

**Nobutero Matsuda:** Ah. Aquilo é o Cinquentenário da Imigração Japonesa...

**Entrevistador:** O Cinquentenário é em [19]58

**Nobutero Matsuda:** Ah, 1953, Centenário da Emancipação do Estado do Paraná.

**Entrevistador:** Eu também ia perguntar do Cinquentenário da Imigração, como é que foram as festas em Curitiba, se teve alguma coisa.

**Nobutero Matsuda:** Centenário foi o seguinte, a UGC que é a entidade, era a única entidade que tinha assim uma estrutura organizada pra poder ter diálogo com o pessoal que veio do Japão. Então o que aconteceu, veio o governo japonês através do Consulado de São Paulo, contatou com a UGC. Pra que eles queriam doar um livro, então nós achamos que livro dá. Que seria o melhor significado em homenagem ao Paraná. Que o governo japonês queria oferecer. Então ofereceu não sei quantos mil volumes de livros em japonês. O problema é o seguinte, que o livro de japonês, quem é que vai entender japonês? Pouca gente. Mas não importa, livro é cultura que fica reservada. Então, nós achamos que mais tarde poderia servir. E deixamos na Biblioteca Pública do Estado. Fica lá guardado pelo menos. Quem quiser utilizar os livros, são livros de História do Japão que mesmo no Japão é difícil de encontrar. Os livros bem, todos livros escolhidos da História do Japão. Daí tá lá pra quem quiser usar. Mas quem é que manuseia? Nem eu entendo, mais de japonês! Então tá lá, guardado em todo caso o significado. E ficou uma estátua do Dr., um médico famoso no Japão que, como é que chama, tem até uma estátua lá na Biblioteca. Esqueci, um momento, mas tá lá, tem uma estátua lá, era um médico famoso, agora não to lembrando no momento.

**Entrevistador:** Isso é o de menos. E o cinquentenário?

**Nobutero Matsuda:** Cinquentenário da Imigração?

**Entrevistador:** É.

**Nobutero Matsuda:** Bem, eu era da UGC então participei na Comissão do Centenário do Estado do Paraná. Ah não... Cinquentenário da Imigração Japonesa. Até eu fiz um desenho. A mão e tudo, de mão dada assim e abraço com. um punho a bandeira brasileira e um punho a bandeira japonesa, e no fundo o navio Kasato Maru. Pra fazer publicidade. Mas eu participei da Comissão (do Centenário) também, como membro da UGC. Na comissão do Centenário do Estado do Paraná. Ai houve aquele festival ai no Estado e tudo, na ocasião a gente. foi inaugurado até o Colégio Estadual, o Colégio Militar do Paraná, onde eles ocuparam os Pavilhões da Exposição do Centenário. E o Colégio Militar funciona até hoje no local onde foi feita a exposição do Centenário do Estado do Paraná. E depois, o Cinquentenário da Imigração Japonesa, nós participamos, mas não houve expansão de homenagens, coisa que em Curitiba não tinha, não houve nada. Só um significado, uma reunião no dia e foi um pronunciamento e pronto, foi isso.

**Entrevistador:** Vou te fazer mais duas perguntas aqui. Pra encerrar o negócio da UGC. Depois você fala o que você quiser sobre a UGC... entre o momento que você saiu, acho que você saiu em [19]65 da UGC né.

**Nobutero Matsuda:** Quando eu saí?

**Entrevistador:** Acho que foi [19]65

**Nobutero Matsuda:** Quando eu entrei na UGC, que eu fui presidente?

**Entrevistador:** Foi presidente em. calma, em [19]54. Mas você ficou mais um tempo lá depois né?

**Nobutero Matsuda:** Fiquei.

**Entrevistador:** Queria te perguntar, entre o momento que você entrou, que fundou lá com seis pessoas e o que você saiu, o que você sentiu que mais mudou? E como você sentiu que a UGC ajudou não só, digamos assim, os *nikkeis*, como os estudantes aqui.

**Nobutero Matsuda:** O que a UGC fez foi o seguinte, essas campanhas de viagem cultural no interior, de sair cada grupamento de classe, de engenharia, medicina, farmácia e qualquer outro curso superior. O que saía na caravana e ia pro interior, cada

Departamento agiria no seu Departamento. Por exemplo, medicina, ia lá nos bairros ver se tinha doença ou não, alguma coisa, examinava os doentes. E no que encontrasse doentes graves encaminhava junto à prefeitura, pra prefeitura trazer pra capital ou fazer esse tratamento lá na cidade mesmo. Então tinha ligação com o prefeito, e o prefeito atendia todos os pedidos da UGC. Então eles atendiam bairros pobres lá da cidade, e verificavam se tinham alguma doença que estava crescendo, ou tivesse alguém doente, ruim, tudo isso eles indicavam. Pessoal da Engenharia procurava orientar a prefeitura nos serviços de Engenharia, nos projetos das casas, das ruas e esgoto, tudo isso. E a Farmácia procurava as indústrias farmacêuticas. Eles levavam um monte de remédios e distribuía gratuitamente lá no interior. Dentista procurava os dentes dos doentes lá e atendia. Então cada classe de profissionais do curso universitário, iam lá e atuavam nesse setor, e atendiam a prefeitura. A prefeitura dava as condições de comodidade, às vezes davam presente, refeições, ou, alguma outra coisa. Sempre a prefeitura ajudava. Então as prefeituras aguardavam a visita da UGC desses lados, porque eles ajudavam a prefeitura na visão geral da administração da prefeitura, atendendo doentes e orientando tudo. Prefeitos também não eram pessoas assim, que entendessem tudo. Então a UGC tinha elementos de cada profissão, e poderia ajudar lá os profissionais que a prefeitura tinha. É um entrosamento entre prefeitura e a UGC. Isso foi um entrosamento muito bom sabe? O pessoal pelo menos descobria muitas doenças que estavam (ocorrendo). Aconselhando a alertar as autoridades da saúde pra eles atuarem direto lá no local né. E que mais que a UGC tem? Mas ou menos é isso né?